

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FRANCISCO DAS CHAGAS DA CRUZ PEREIRA**

**ASCENSÃO POLÍTICA DE PAULO MARINHO EM CAXIAS NA DÉCADA DE 1980.**

SÃO LUÍS-MA  
2017

**FRANCISCO DAS CHAGAS DA CRUZ PEREIRA**

**ASCENSÃO POLITICA DE PAULO MARINHO EM CAXIAS NA DÉCADA DE 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- Curso de Mestrado, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do grau de mestre em História Social

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Regina H. M. de Faria Linha  
de Pesquisa: Poder e Sociabilidade

SÃO LUÍS-MA  
2017

**FRANCISCO DAS CHAGAS DA CRUZ PEREIRA**

**ASCENSÃO POLÍTICA DE PAULO MARINHO EM CAXIAS NA DÉCADA DE  
1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- Curso de Mestrado, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do grau de mestre em história Social

Orientador: Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

Aprovada em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr Victor de Oliveira Pinto Coelho (PPGHIS/UFMA, Orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Helena Martins de Faria (UFMA, co-orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> João Batista Bitencourt (PPGHIS/ UFMA)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Arleth Santos Borges (PPGCSOC/ UFMA)

Aos meus pais Raimundo e Antônia

## AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida.

Aos meus pais e irmão pelo apoio e esforços para que eu progredisse nos estudos.

À professora Jordânia, da UEMA, pelo incentivo.

Aos amigos do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias pela simpatia com que me trataram durante as pesquisas.

Ao padre Gildenor e à Comunidade Menino Jesus de Praga pela dedicação, carinho e generosidade.

Às minhas primas Francisca e Nonata pelo apoio.

À professora Regina pelos conselhos, ensinamentos e pela conduta extremamente humana e ética. A ela serei eternamente grato.

Ao professor Victor que muito contribuiu conosco.

“Conhecendo-lhes a hipocrisia, respondeu-lhes Jesus: ‘porque me quereis armar um laço? Mostrai-me um denário’. Apresentaram-lho. E ele perguntou-lhes: ‘De quem é esta imagem e a inscrição?’ ‘De César’ – responderam-lhe. Jesus então lhes replicou: ‘Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus’”. (Marcos 12, 15-17).

## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo retratar a ascensão política de Paulo Marinho em Caxias, bem como a importância da imprensa nesse processo. Paulo Marinho ainda hoje exerce uma liderança política em Caxias-MA, mas sua emergência política aconteceu na década de 1980, quando a sociedade caxiense se mobilizava, reivindicando seus direitos, querendo uma vida digna e melhor. Marinho filiou-se ao PMDB e, com o partido, engendrou um discurso político cheio de mensagens de esperança. Seu principal projeto era renovar os quadros políticos da época, dando oportunidade aos jovens e voz aos menos favorecidos. A ideia-mestra de suas propostas era que o “novo” suplantaria o “velho” - sinônimo de atraso econômico e ligado ao regime autoritário iniciado em 1964. Marinho e seu partido atraiu milhares de seguidores que, na grande maioria, identificaram nessas propostas uma condição de futuro melhor. A ascensão de Paulo Marinho é fruto, sem dúvida, da mobilização social dos caxienses.

Palavras-chaves: Paulo Marinho. Caxias. PMDB. Mobilização.

## ABSTRACT

This paper aims to portray the political rise of Paulo Marinho in Caxias, as well as the importance of printing in this process. Paulo Marinho still has a political leadership in Caxias-MA, but his political emergence happened in the 1980s, when the Caxian society mobilized, claiming their rights, wanting a decent and better life. Marinho joined the PMDB and, with the party, created a political speech full of messages of hope. Its main project was to renew the political frameworks of the time, giving opportunity to young people and voice to the the poor people. The main idea of his proposals was that the "new" would supplant the "old" - synonymous of economic delay and linked to the dictatorial regime begun in 1964. Marinho and his party attracted thousands of followers who, in the great majority, identified in these proposals a condition of a better future. The rise of Paulo Marinho is undoubtedly the result of the social mobilization of the caxienses.

Keywords: Paulo Marinho. Caxias. PMDB. Mobilization.



## LISTA DE SIGLA

AI – Ato Institucional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ESG – Escola Superior de Guerra

MCU – Movimento do Custo de Vida

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Libertador

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR – Partido Republicano

PRT – Partido Republicano Trabalhista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

UDN – União Democrática Nacional

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1 – Controle da repressão política: expurgo por período de governo .....	47
Tabela 1 – Histórico da representação do MDB na Câmara Municipal de Caxias (1970-1982) .....	56
Tabela 2 – Representação na Câmara Municipal de Caxias/partidos .....	57
Quadro 2 – Alternância de poder em Caxias: lista de prefeitos entre 1965 a 1982 e seus respectivos partidos .....	58
Figura 1 – A construção da imagem de Paulo Marinho 1986 .....	78
Figura 2 e 3 – Imagens de opositores do PMDB como perseguidores.....	87
Quadro 3 – Maiores votações para deputado estadual em Caxias 1986 .....	90
Quadro 4 – Maiores votações para deputado federal em Caxias 1986 .....	91
Quadro 5 – Maiores votações para senador em Caxias 1986.....	91
Figura 4 – Panfleto da campanha do voto nulo .....	97
Quadro 6 – Eleições de 1988, Caxias-MA .....	98
Quadro 7 – Votos nulos nas eleições de Caxias (1970-1988) .....	98
Tabela 3 – Resultado das eleições municipais de 1988 Caxias- MA, votos válidos.....	99

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. A “CAXIAS DO JÁ TEVE”: aspectos sociopolíticos de Caxias anteriores à chegada de Paulo Marinho</b> .....	22
1.1. Considerações gerais sobre Caxias .....	22
1.2. O domínio político de Aluizio Lobo e Alexandre Costa .....	24
1.3. Sobre partidos e cultura política brasileira .....	33
<b>2. O EMBATE POLÍTICO DO MDB NO BRASIL E EM CAXIAS NO REGIME CIVIL-MILITAR</b> .....	39
2.1. O golpe civil-militar e o fim do pluripartidarismo .....	39
2.2. A criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) .....	43
2.3. O MDB e a sociedade civil lutam pelo fim do regime .....	48
2.4. Os opositoristas e seu fraco desempenho nas urnas em Caxias .....	54
2.5. As condições sociais dos caxienses nos anos 1980 .....	59
<b>3. ENTRE O VELHO E O NOVO: a entrada e consolidação de Paulo Marinho na política caxiense</b> .....	63
3.1. Nova postura do PMDB e filiação de Paulo Marinho .....	63
3.2. Os peemedebistas caxienses procuram apoio nos setores sociais .....	70
3.3. A construção midiática de Paulo Marinho através do Jornal da Cidade .....	74
3.4. A juventude como triunfo político .....	80
3.5. O discurso de perseguição política .....	84
3.6. Eleições de 1986: uma derrota e um ganho político .....	89
3.7. Eleições de 1988: a popularidade consagrada .....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo tratar da ascensão política de Paulo Marinho em Caxias-MA, nos anos 1980, bem como do papel da imprensa local nesse processo. A questão que norteou a pesquisa foi como ele conseguiu mobilizar, entre 1985 a 1986, portanto, no espaço de um ano, milhares de seguidores (e eleitores) entre as camadas populares, sendo que, até o início da década, exercia ali pouca influência no ambiente político<sup>1</sup>.

Paulo Marinho tem sido um dos principais protagonistas da política caxiense, durante as últimas três décadas. Seja como membro governista, seja como membro da oposição ele se tornou o principal líder do grupo político ligado à José Sarney<sup>2</sup> na região. Sua figura é tida localmente como emblemática, sendo para uns “herói” e “manipulador” para outros. Em meio a essa divisão, criou-se no meio político caxiense e até no meio acadêmico, a visão de que a sua ascensão política se deu pela facilidade que ele teve em arregimentar grande número de eleitores por meio de sua oratória, considerada “sedutora”, “de fácil acesso ao público”, mas ao mesmo tempo “ilusória” e “manipuladora”.

Em trabalhos acadêmicos, nas poucas vezes que o tema foi abordado, autores têm construído uma narrativa sobre a entrada dele na política, apontando como principal fator certo “vácuo político” ocorrido em Caxias, na década de 1980, identificado como falta de líderes capazes de mobilizar o eleitorado. O carisma, apresentado como uma característica política de Paulo Marinho, teria sido essencial para que ele assumisse um lugar entre as maiores lideranças políticas locais. Esses são posicionamentos de alguns analistas políticos como, por exemplo, Quincas Vilaneto (2006, p. 56), que em seu livro *O município e a Câmara Municipal*, afirma: “nas eleições estaduais de 1986, com a morte prematura de José Ferreira de Castro [então prefeito do município], em 1985, abre-se um vácuo de liderança em Caxias<sup>3</sup>”. Segundo o autor, esse “vácuo” fora preenchido por “jovens políticos caxienses”, entre os quais Paulo Marinho. O historiador Bruno Ribeiro (2010, p. 67), ao escrever algumas linhas sobre o assunto, pergunta: “Qual agente iria se habilitar para ocupar esse

---

<sup>1</sup>As diversas fontes consultadas, especialmente os jornais locais, que costumavam comentar os acontecimentos políticos do município e da região, até o ano de 1984 não trazem notícias sobre Paulo Marinho nem outros indícios de haver influência dele na política local. Tudo leva a crer que fosse quase desconhecido da maioria da população caxiense, embora sendo natural do município.

<sup>2</sup> José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney) nasceu em Pinheiro-MA, em 24 de abril de 1930. É jornalista, advogado, político e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. Na política, iniciou-se em meados dos anos 1940, envolvendo-se em movimentos estudantis. Posteriormente, fez parte do grupo político de Victorino Freire, a quem posteriormente se opôs. Foi também deputado federal, governador, senador e presidente da República.

<sup>3</sup> Sobre José Castro, ver Bastiani (1998).

espaço que se abriu e ampliou-se de maneira relativamente rápida no espectro político local?” O autor responde que Paulo Marinho foi capaz de preenchê-lo.

Ainda, segundo Ribeiro (2010, p. 66), com “a morte de José Castro, em março de 1985, sai de cena aquele que era visto por muitos como principal e talvez um dos últimos líderes carismáticos da política caxiense daquela geração”. Desta forma, explicita que não necessariamente o município estava sem “líderes políticos”, mas faltava-lhe um “líder carismático”. Outro argumento é que as forças políticas até então dominantes no município tinham entrado em desgaste, não havendo entre elas alguém capaz de arregimentar um número considerável de eleitores.

O “carisma” foi considerado como uma característica política de Paulo Marinho, e aparece, nas narrativas, para explicar a maneira de ele se expressar, ou ao modo de ele conversar com o eleitor, de forma atraente, sedutora, parecendo haver uma relação íntima entre ele e o eleitorado. Na falta de um agente político capaz de mobilizar as camadas sociais caxienses, os autores argumentam que o discurso sedutor de Paulo Marinho tenha mobilizado parte do eleitorado para junto de si. O conceito de “carisma” é apresentado por Max Weber, e corroborado por Pierre Bourdieu (2011, p.191) como “produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições (...)”. Max Weber (1982, p. 99) define carisma como o poder “extraordinário e pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual”. Ainda acrescenta que “a dedicação de seus discípulos, seus seguidores, seus amigos pessoais do partido é orientada para a sua pessoa e para suas qualidades” (WEBER, 1982, p. 100)<sup>4</sup>.

Lembramos que esse é um atributo apontado como a razão para a ascensão de diversos líderes políticos brasileiros. Estudos sobre o cenário nacional – principalmente os voltados para o período de 1945 a 1964, considerado por alguns autores como o período populista por excelência – demonstram que muitos líderes políticos ascenderam nacionalmente utilizando-se de certo valor e habilidade de cunho pessoal e de certo carisma, tornando-se capazes de mobilizar eleitores. Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e João Goulart são alguns exemplos, não raros considerados também populistas<sup>5</sup>. Marilena Chauí (1994) afirma que o

---

<sup>4</sup> Gomes Filho (2014) diz que para se exercer um poder baseado no carisma (qualidades extraordinárias, heroísmo, etc.) é necessário que o líder seja reconhecido como portador dessas qualidades. Em outras palavras, o líder carismático depende do reconhecimento do grupo para poder exercer tal poder, tornando a análise do poder carismático não apenas centrada nas qualidades de quem o possui, mas na crença de quem é dominado por ele.

<sup>5</sup> Existe uma ampla discussão sobre o conceito de populismo nas ciências humanas e sociais. É um conceito complexo, com diversas interpretações. O que é chamado período populista, na historiografia clássica, tem início com a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, estendendo-se até o golpe civil-militar de 1964. O populismo é aqui

carisma é um dos traços do populismo, capaz de incorporar o poder à pessoa que o detém, tornando-se indistinguível o poder e a pessoa que o exerce.

Alguns autores têm dado a entender que a cultura política brasileira<sup>6</sup> propiciou um terreno fértil para emergência de líderes populistas. Sérgio Buarque de Holanda é um dos que oferece certo gancho para essa interpretação. Em *Raízes do Brasil*, o autor afirma que a cultura brasileira é notada pelo apego aos laços familiares, aos círculos íntimos e privados. Ele analisa como a família patriarcal<sup>7</sup> passou a ser modelo para outras formas de organização social no Brasil, incluindo a administração pública. Transportados os valores da família patriarcal para a vida pública, a impessoalidade e a objetividade no trato com a administração do Estado deixam de existir, fazendo com que o público seja confundido com o privado, gerando relações movidas por interesses pessoais. Para ele, “no Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses” (HOLANDA, 2009, p. 146). Ele ainda complementa que, ao longo da história pátria, existiu um predomínio constante de vontades particulares, expressas em círculos fechados e que “foi sem dúvida o da família aquele que exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade” (HOLANDA, 2009, p. 146).

Se enveredarmos na lógica do autor, podemos afirmar que a obediência e a intimidade, ambas presentes na família patriarcal, também foram transportados para o setor público, vendo na figura do governante certa posição de pai ou de protetor, refletindo o modelo do chefe de família. A racionalidade e a objetividade na política seriam, em determinados momentos, substituídas pelos sentimentos, como movedores das ações políticas, incluindo também as decisões do eleitorado. Neste sentido, passariam a ser característico do

---

entendido, na expressão de Francisco Weffort (2003, p. 69), como “estilo de governo” ou “política de massas”, na qual é privilegiada a relação entre o político e o eleitor ou o político e as massas. Neste sentido, o populismo seria, na expressão do autor, um estilo de governo “sensível às pressões populares”, e ao mesmo tempo, capaz de moldar suas aspirações (política de massas). Massas são entendidas como aquela parcela da sociedade que ainda não se organizou como classe(s) social(ais).

<sup>6</sup>Acatamos o conceito de cultura política de Motta (2009, p. 21): o “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos relacionados ao futuro”. E o complementamos com as observações de Bernstein (1998, p.355), quando adverte que ela “corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e as grandes crises de sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e através das gerações”.

<sup>7</sup>No clássico *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freire apresenta densamente a descrição da família patriarcal. Neste trabalho, optamos por defini-la, de modo genérico, como uma família chefiada por um patriarca que detém o poder sobre seus filhos e esposa e também sobre seus agregados e escravos. Dessa forma, torna-se uma família extensa e subordinada ao patriarca (pai, marido, senhor).

brasileiro a intimidade, o apego, o privado. Nessa intimidade existiria uma facilidade de enxergar no governante uma figura familiar.

Essa perspectiva torna-se interessante na medida em que se pensa o líder carismático como aquele dotado de talento e habilidades pessoais, excedendo, ao menos aparentemente, as habilidades dos demais, passando a ganhar a simpatia e o apoio de seus contemporâneos, numa crença de que ele possa resolver os problemas apresentados em uma dada realidade. O carisma ganha reforço na medida em que o líder estabelece um grau de relacionamento com aquele que nele deposita confiança, estabelecendo uma sensação de intimidade, de partilha de valores e de familiaridade. Assim, na vida política brasileira, o eleitor se sentiria mais atraído pelo candidato que lhe aperta a mão e dá-lhe um abraço que por aquele que se mantém distante ou indiferente, embora possa ter um grau de eficiência e maiores prestezas no trato com a coisa pública.

Outra reflexão que podemos trazer é de Marilena Chauí, no artigo *Raízes teleológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados*, no qual ressalta o papel das influências de crenças messiânicas sobre a população brasileira, ficando esta à espera de alguém com poderes divinos (ou quase divinos), capaz de libertá-la do sofrimento presente, criando a figura do “libertador” como aquele que lhe proporcionará uma vida futura de paz e prosperidade. A autora distingue o messianismo agostiniano daquele em que foi introduzido às camadas populares. Para ela, este último teve como introdutor Joaquim de Fiori, no século XII, e foi transmitido em certo grau pelos franciscanos e jesuítas<sup>8</sup>. Seu pensamento básico é que o fiel deve manter uma vida reta, enquanto espera a vinda do salvador, para lhes proporcionar uma vida melhor. Transferida para a vida política ibérica, esse fundo messiânico fundamentaria a crença em torno do sebastianismo, que acredita na volta de D. Sebastião, rei português morto em combate na África, para restaurar a glória de Portugal.

No Brasil, onde ainda existem fortes traços culturais ibéricos, a crença se espalharia pelo país e facilitaria a insurgência, em momentos críticos, de homens com discursos proféticos, heróicos, capazes de mobilizar seguidores e simpatizantes, portanto, criando um terreno adequado para a emergência de líderes populistas e carismáticos. O resultado seria uma política em que a tomada de decisões vem de cima para baixo, com pouca ou nenhuma

---

<sup>8</sup> Joaquim de Fiori ou Gioacchino da Fiore (1130-1202) foi um abade, filósofo místico e teólogo italiano. Defendia a corrente milenarista e o advento do Espírito Santo. Foi criador da concepção trinitária (1177) que foi de grande influência religiosa no século XII, principalmente sobre os franciscanos.

participação da maioria da população. A crença de que a mudança para uma vida melhor viria de um agente externo, com valores extraordinários, seria, no campo da mobilização social, um impasse para uma efetiva mobilização da sociedade. No dizer da autora, isso provocaria “a fragilidade dos movimentos sociais e populares, das formas de auto-organização da sociedade e da dependência da sociedade civil do Estado” (CHAUÍ, 1994, p. 29).

Se, por um lado, a cultura política brasileira explicaria esse comportamento na política do país, por outro lado não devemos esquecer que as camadas sociais possuíram papel importante no processo que levou à ascensão de vários líderes populistas e carismáticos. Melhor dizendo, é preciso observar os interesses em disputa e o estado em que se encontrava a sociedade. Como dito anteriormente, a crença se mantém viva enquanto é fundamentada em um objeto de desejo (real ou simbólico) de quem crer. Nesse contexto, os líderes carismáticos e populistas mantiveram uma relação com seus seguidores/eleitores, proporcionando-lhes algum tipo de satisfação de interesses, por mais que seja assimétrica a relação entre eles. Os interesses de seus seguidores podem ser colocados como objeto reivindicado; logo, não anulamos a possibilidade de esses indivíduos se mobilizarem (de forma individual ou em grupo) para verem satisfeitos esses interesses.

A relação das classes trabalhadoras com o Estado ou com agentes políticos tem sido objeto de acalorados debates, sobretudo no que diz respeito ao período denominado populista. Na maioria dos casos, segundo Jorge Ferreira (2001), a abordagem é feita de maneira em que se põe o Estado como órgão controlador dos trabalhadores, estes não organizados como classe, se deixariam manipular pelos discursos dos líderes populistas. Iludidos por tais discursos, que representariam a ideologia dominante, os trabalhadores deixariam de se mobilizar em prol dos próprios interesses, aceitando passivamente os benefícios prometidos por esses líderes, caso chegassem a controlar o aparelho do Estado.

Uma nova abordagem do assunto vem sendo discutida pelos historiadores, entre estes Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, que questionam, sobretudo, o efeito da manipulação de líderes populistas sobre as decisões dos trabalhadores. Para esses autores, a manipulação por si só não seria suficiente para diluir a mobilização dos trabalhadores. Para Jorge Ferreira (2001, p. 110), os trabalhadores recorreram a “ideias, experiências e estratégias políticas”, demonstrando que não estavam “manipulados ou iludidos, mesmo na época do primeiro governo Vargas”. Lançando mão das palavras de José Murilo de Carvalho, o autor corrobora com a ideia de que é preciso entender a relação Estado/classe trabalhadora no período populista, como uma via de mão dupla, embora a relação não fosse equilibrada. No



mesmo viés, Ângela de Castro Gomes, em seu artigo *O populismo e as ciências sociais no Brasil*, afirma que a classe trabalhadora brasileira foi se constituindo de acordo com o horizonte de um campo de possibilidades, sendo sujeita de sua própria história. Portanto, a autora exclui a possibilidade de uma classe manipulada ou passiva no seu próprio processo histórico. Para ela, atribuir aos trabalhadores um papel ativo significa “uma presença constante na interlocução do Estado, significa reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas de um outro, como de relê-las” (GOMES, 2001, p. 46).

A visão dos autores citados, embora tratando das décadas de 1930 a 1960, é de relevância para este trabalho. A contribuição se dá pelo fato de ver a classe trabalhadora – e as diversas categorias sociais, podemos também dizer – como capazes de negociar, articular alianças e garantir suas próprias reivindicações e interesses. Neste sentido, queremos pensar a relação entre Paulo Marinho e seus eleitores, apresentando as demandas sociais existentes no período para encontrar possíveis respostas para que esses eleitores votassem nele. Assim, seu discurso deixa de ser analisado apenas pelo enfoque do carisma, passando a abrir espaço para possíveis relações consensuais ou de interesse entre o político e seu eleitorado.

As narrativas construídas sobre Paulo Marinho, apresentando o carisma e o vácuo político deixado pela morte do prefeito José Castro como fatores que contribuíram para a emergência política de Paulo Marinho em Caxias, possuem uma lógica própria, mas são insuficientes para explicar toda a complexidade do fenômeno. A nosso ver, é preciso analisar as condições sociopolíticas da época para chegar a explicações mais convincentes. Importa olhar outros ângulos da questão para compreender melhor que motivos levaram cidadãos de diversas categorias sociais, a aderirem ao programa político apresentado por Paulo Marinho nos palanques de campanha.

É importante ressaltar que Paulo Marinho disputou com outros políticos o controle do poder local. Neste sentido, cremos que melhor seria não colocá-lo como alguém que veio preencher um “vazio” deixado por outro, mas como um dos agentes, entre vários outros, que estavam em disputa na arena política local, tendo conseguido se sobressair. Paulo Marinho ainda era um desconhecido da maior parte da população caxiense antes de 1985. Neste ano ele ganha destaque dentro de seu partido, o PMDB, preparando-se para as eleições do ano seguinte. Trazê-lo para as entranhas da luta pelo poder nos faz enxergar as relações e alianças que foram feitas, seja com a classe trabalhadora, seja com os grupos econômicos locais, uma vez que somente a força do carisma poderia não durar muito tempo, sem uma contrapartida

“material” para os indivíduos que se interessassem em segui-lo. Weber (1982, p. 100) afirma que “o domínio organizado exige o controle do quadro de pessoal executivo e os implementos materiais da administração”, e acrescenta que “a recompensa material é necessária para a manutenção do domínio”, mesmo o carismático. O discurso, embora sedutor, para surtir o efeito esperado é necessário que nele haja quaisquer tipos de vantagens ou prazer para aqueles que o acatam. Esperamos contribuir com o debate sobre esse tema, apresentando alguns elementos empíricos e teóricos sobre a ascensão política de Paulo Marinho em Caxias, traçando seu perfil político e suas alianças nos âmbitos partidários e sociais.

O discurso é um conceito importante nesse trabalho para compreender a forma que analisamos as fontes, sobretudo os jornais por meio dos quais os grupos políticos expressaram suas visões e ideias sobre a realidade local. Entendemos discurso como “um lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como lugar onde se expressam estas lutas e estes confrontos” (BARROS, 2010, p. 144). Deles foi possível extrair as diferentes representações desses grupos e identificar as condições de possibilidades que as tornavam visíveis e as interdições que a elas se impõe. Esse aspecto foi possível pela consciência de que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por finalidade conjurar poderes e perigos” (FOUCAULT, 2009, p. 8-9).

Os grupos políticos retratados no decorrer do trabalho e o próprio Paulo Marinho, individualmente, produziram e redistribuíram uma vasta documentação discursiva, expressa por meio de periódicos e que visava à adesão de pessoas ao seu ponto de vista. Porém, a adesão envolve a crença no que se diz, os interesses pessoais de quem os diz e de quem os aceita. Neste sentido, as lutas políticas se inserem também no plano das lutas por representações, pois os grupos tendem a “impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHATIER, 2002, p. 17). O político que através da aceitação de seu discurso consegue um grande número de eleitores exerce sobre eles certo poder que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2011, p. 8). Esse poder oferece “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância das inteligências” (BOURDIEU, 2011, p. 9). Quem o possui tem “o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças” (BOURDIEU, 2011, p. 14).

Cabe ressaltar que este trabalho está inserido na produção historiográfica classificada como história do tempo presente. O “historiador, qualquer que seja sua especialidade cronológica, bebe em seu presente e, longe de pensar que ‘é de nenhum tempo e, país nenhum’, ele sabe que está ligado por múltiplas fibras a seu tempo e à sua comunidade à qual pertence”, nos diz Jean-François Sirinelli (1998, p. 78). Porém, o historiador do presente é aquele que trabalha com um tempo que ele mesmo presencia ou que as manifestações desse tempo ainda estão se configurando na sociedade em que vive. É um tempo relativamente próximo ao historiador, tornando sua obra “antes de tudo como testemunho, como objeto histórico” (CHAUVEAU; TÉRTART, 1999, p. 25). O historiador é testemunha, mas nunca ignora o rigor científico. Como diz Chartier (2006, p. 216), “o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”. Neste sentido, entendemos o tempo presente como aquele em que os acontecimentos históricos estão temporalmente próximos ao historiador e a história do tempo presente é, acima de tudo, a história cuja singularidade está no fato de o historiador ainda poder viver os desdobramentos dos fatos que descreve e narra em sua obra.

Esta dissertação estuda duas décadas particularmente recentes, se considerarmos o tempo histórico, porém importantes para a compreensão dos acontecimentos atuais do município de Caxias. Para quem trabalha com o tempo presente, existe, salvo alguns obstáculos, uma “abundância da produção escrita, sonora, visual e informática acumulada pelas sociedades contemporâneas”, sendo possível também ao historiador do tempo presente produzir ele mesmo o seu arquivo (CHARTIER, 2006, p. 215).

Na elaboração deste trabalho, privilegiamos fontes diversas, entre elas, jornais, revistas, livros de atas da Câmara Municipal de Caxias e dados fornecidos pelo IBGE e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Cabe ressaltar a contribuição dos jornais impressos na construção de nossa narrativa, especialmente no terceiro capítulo. Atualmente, pesquisadores das ciências humanas consideram os jornais como documentos por serem relevante material de pesquisa que fornecem um conjunto de informações que possibilitam novas interpretações (PEREIRA, 2006, p. 15). Os jornais podem captar, reproduzir e fazer circular ideias e valores que são referências em uma determinada sociedade, e portanto, são construtores de representações sociais. Os debates, as discordâncias ou concordâncias podem ser captados pela crônica jornalística. Como produto de uma representação social, o discurso jornalístico, consciente ou inconscientemente, seleciona, limita e organiza um discurso, tenta transmiti-lo

ao mundo, visando transformá-lo a sua maneira. Como fonte documental, os discursos impressos “é de certa maneira parte integrante de uma discursão ideológica em grande escala: ele reponde alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BARCKIN, 2002 apud PEREIRA, 2006, p. 17).

Neste sentido, alguns jornais impressos foram relevantes para nossa pesquisa e cabe dizer algumas informações sobre eles. São eles: *O Pioneiro*, *O Nosso Jornal* e *Jornal da Cidade*. Escolhemos esses jornais porque eram os de maiores circulação no município no período analisado, terem uma periodicidade regular e por, em um determinado momento, eles serem favoráveis aos programas de campanhas do político em questão. Analisando as representações contidas nos discursos neles veiculados, pretendemos perceber como foi construída, por estes veículos de imprensa, a figura política de Paulo Marinho. Cremos que eles também contribuíram para o aumento de eleitores desse político.

O Jornal *O Pioneiro* foi um dos defensores do regime civil-militar no município e, durante o regime, responsável por divulgar notícias positivas de um dos grupos políticos locais, liderado por Constantino Ferreira de Castro<sup>9</sup>. A partir de 1987, com a mudança de postura de seus proprietários na arena política, passa a apoiar a candidatura de Paulo Marinho para prefeito do município, passando a produzir matérias jornalísticas positivas sobre o candidato.

No início da década de 1980, o periódico semanal *O Nosso Jornal* começou a circular em Caxias. Escolhemo-lo como fonte documental pelo fato de o periódico expor informações constantes sobre as atividades políticas dos líderes locais. Seus editores diziam ter uma visão “imparcial” dos acontecimentos políticos da cidade, mas no decorrer da década passaram a ser simpáticos com os integrantes do PFL, liderados por Aluízio Lobo, principal adversário político de Paulo Marinho. Seu proprietário, José Barros, durante o regime civil-militar, foi filiado ao MDB local.

*O Jornal da Cidade* foi fundamental para entendermos o processo de construção midiática de Paulo Marinho articulada pelo seu partido, o PMDB. Fundado por esse político, serviu como porta-voz da cúpula do PMDB local, como oposição política aos grupos dominantes no município.

---

<sup>9</sup> Político e empresário caxiense. Membro de uma das famílias mais ricas e conservadoras de Caxias no período. Seu grupo político foi formado apoiando o regime civil-militar, mas localmente opositor político de Aluízio Lobo, principal representante daquele regime no município.

Não obstante, essas fontes ainda foram insuficientes para algumas questões formuladas, podendo ser este trabalho passível de algumas lacunas. Entretanto, somos gratos por contribuir para este debate, tão essencial para a história de Caxias e para o leste maranhense.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo tratamos dos aspectos político-partidários de Caxias, no período ligeiramente anterior à entrada de Paulo Marinho na seara política, mais precisamente a década de 1970. A intenção é compreender a formação e a manutenção do grupo político ao qual Paulo Marinho se contrapôs, grupo cuja emergência é atribuída à conjuntura do regime civil-militar. Assim, poderemos compreender o contexto pelo qual discurso político de Paulo Marinho foi elaborado. O que será apresentado no capítulo é o domínio de Aluizio Lobo e de Alexandre Costa, aliados de José Sarney no município. Serão analisados os aspectos que os levaram e os mantiveram no poder.

Ainda neste capítulo, no tópico 1.3, trataremos de escrever, de modo geral, sobre a forma de como a historiografia clássica tem pensado a cultura política brasileira, caracterizando-a por práticas clientelísticas e fisiológicas. A proposta do tópico é tecer algumas considerações sobre as condições históricas, sociais e por vezes religiosas dos ibéricos, difundidas e mescladas na América Portuguesa, que segundo algumas teses, influenciaram nas formas de organização política da sociedade e na constituição do Estado nacional brasileiro. As práticas clientelísticas, fisiológicas e a tendência para o autoritarismo e o populismo são aspectos que teriam sido gestados no período colonial e que se tornaria um “entrave” para consolidação plena da democracia no país, pois ainda hoje seus resquícios poderiam ser encontrados na política nacional. Nossa visão, porém, é de que ressalvando as condições históricas e culturais, o Brasil manteve uma trajetória distinta dos países europeus no processo de consolidação da democracia e não uma trajetória desvirtuada. O processo que culminou na emergência política de Paulo Marinho é, para nós, um exemplo de que as práticas clientelísticas e autoritárias nem sempre eram aceitas passivamente pela sociedade, preferindo esta aderir ao discurso do “novo”, da “mudança” em detrimento do “velho” e do “autoritarismo”.

No segundo capítulo, o regime civil-militar e a posição do MDB no parlamento é apresentado para oferecer um cenário contextual amplo e ainda para reforçar o que dissemos a pouco, ou seja, que as forças políticas do país, por várias vezes usaram de meios não democráticos para permanecer ou controlar o poder, mas que parte da sociedade resistiam ao autoritarismo. Compreendemos que apresentar o contexto citado é importante para

entendermos algumas ações típicas dos grupos políticos caxienses, como as atitudes autoritárias e clientelistas exercidos por eles. Paulo Marinho, ao se consolidar no meio político não ficou isento de algumas dessas práticas, mas sua emergência se deu em um contexto de mobilização social contra o regime autoritário e ele só atraiu multidões com um discurso que apelava para a renovação dos quadros políticos e contra o autoritarismo.

No terceiro capítulo abordamos a emergência de Paulo Marinho em meio às efervescências sociais e políticas ocasionadas pelo fim do regime civil-militar, um período marcado pelo aumento do êxodo rural, conflitos agrários e mobilização popular. Analisamos ainda a reestruturação do PMDB local, as disputas internas do partido e a construção da imagem política de Paulo Marinho, engendrada pela cúpula partidária e pelo jornal peemedebista.

Nesse capítulo, para abordar as ações que Paulo Marinho e seu partido fizeram para conquistar o eleitorado, entre outras, focaremos de modo especial nas narrativas que exaltavam o candidato, construindo uma imagem positiva do mesmo. Nesse aspecto, os jornais tornaram nossas fontes privilegiadas, veículos pelos quais tais discursos eram apresentados. O aspecto discursivo e a performance do candidato perante o eleitorado também terão destaque no capítulo.

Destacamos que, embora Paulo Marinho mantivesse contato com José Sarney e fosse de seu grupo político, eles só fortaleceriam essa aliança nos anos 1990, ou seja, posteriormente ao nosso período de análise e após o desgaste político dos principais líderes do município. Até então, os principais aliados de Sarney no município eram Alexandre Costa e Aluizio Lobo. Por esse motivo, nossa narrativa não entrou nos detalhes da aliança entre os dois. Nosso objetivo se limitou a analisar as ações de Marinho e de seu partido na busca por seu eleitorado.

## **1. A “CAXIAS DO JÁ TEVE”: aspectos sociopolíticos de Caxias anteriores à chegada de Paulo Marinho**

Nossa compreensão sobre a entrada Paulo Marinho na política caxiense seria insustentável se não a inserirmos no contexto em que ela aconteceu. E nessa perspectiva, pensamos ser necessário apresentarmos o ambiente político e social do município de Caxias anterior à chegada desse agente político. Este capítulo visa retratar minimamente o período do regime civil-militar na região, mostrando a maneira como os grupos políticos estavam estruturados, apontando suas principais lideranças e suas bases sociais. Foi a esses líderes que Paulo Marinho contrapôs, recorrendo à retórica de que o quadro político de Caxias devia ser renovado.

### **1.1. Considerações gerais sobre Caxias**

Localizado no leste do Maranhão, muito cedo ganhou destaque na província (depois, estado) por se tornar um destacado centro comercial. Alguns autores afirmam que o município foi beneficiado por sua posição geográfica, constituindo-se desde o período colonial em um dos locais de passagem obrigatória para quem vinha do centro-sul da América portuguesa para o litoral<sup>10</sup>. Viajantes e mercadores vindos de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí se hospedavam e/ou abasteciam-se no seu comércio, vendendo e comprando produtos. No início do século XIX, o rio Itapecuru, seu principal meio de acesso a São Luís, tinha um fluxo constante de embarcações, trazendo e levando mercadorias, até artigos de luxo confeccionados na Europa. O florescimento do comércio e a expansão populacional do lugar logo se fizeram notar pelas autoridades da Colônia, favorecendo a elevação do povoado à categoria de vila<sup>11</sup>. Em meados do mesmo século, a Vila de Caxias era a segunda mais importante do Maranhão em termos econômicos, ficando atrás apenas da capital, São Luís.

Além do comércio, a economia baseava-se também na agricultura e na pecuária. Com a inserção do Maranhão em um sistema agro-exportador, em meados do século XVIII e por quase todo o século XIX, o cultivo do algodão e do arroz ganharam relevância. Mas, a exemplo do que ocorria em outras regiões maranhenses, o cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar também eram praticados, seja para abastecer o mercado local de farinha, açúcar e

---

<sup>10</sup> Ver Coutinho (2005) e Vilaneto (2006), autores que abordam o surgimento e o crescimento econômico do antigo Julgado das Aldeias Altas, posteriormente Vila das Aldeias Altas e, por fim, Cidade de Caxias.

<sup>11</sup> A Vila de Caxias foi oficialmente criada pelo Alvará de 31 de outubro de 1811, assinado pelo príncipe-regente, D. João.

aguardente de cana, seja para atender demandas regionais ou até internacionais, dependendo das mudanças conjunturais<sup>12</sup>.

O acúmulo de capital proveniente do comércio possibilitou a alguns comerciantes investirem uma parcela desse capital na indústria, diversificando os negócios e provocando uma eufórica onda de modernização no município, emblematicamente representada pelas três fábricas de tecido ali instaladas nas últimas décadas do século XIX. Segundo Milson Coutinho (2005, p. 295), a primeira fábrica de tecidos, instalada em 1883, teve sua produção inicial “totalmente absorvida pelos mercados consumidores, e os pedidos já se faziam por conta do que seria produzido futuramente”. Para o autor, o sucesso da indústria caxiense animou “Codó e São Luís” a seguirem o mesmo caminho. No final do século XIX, Caxias contava com duas grandes fábricas de tecidos. Uma das fábricas, a Companhia União Caxiense, inaugurada em 1889, confeccionava tecidos coloridos, impulsionada “por um motor de 400 cavalos, movidos a vapor, que movimentava 220 teares, e onde operavam 350 trabalhadores especializados” (COUTINHO, 2005, p. 296). À época, os cidadãos caxienses acreditavam que a “modernidade” havia chegado ao município. Essa compreensão era fortalecida não só pela construção das fábricas, mas por outras novidades, como, água encanada, construção de pontes interligando diversos pontos da cidade e da estrada de ferro. Foi o período da “belle époque caxiense”, assim denominado por Pessoa (2009).

A euforia durou até meados de 1950, quando as indústrias têxteis fecharam as portas. O discurso de opulência abriu espaço para a emergência do discurso da decadência. A representação de um passado glorioso, expresso no codinome de “Princesa do Sertão” dado à cidade de Caxias, é contrastado com o pejorativo “Cidade do Já Teve”, símbolo da nova realidade econômica criado pelas famílias que periclitavam economicamente com o passar do tempo.<sup>13</sup> Nos jornais locais, ora se fala em decadência econômica, ora se alardeia o orgulho da glória pretérita.

A projeção de Caxias conseguiu ser mantida por mais tempo graças ao novo surto de industrialização ocorrido em meados do século XX, modesto em relação ao primeiro, direcionado ao beneficiamento da amêndoa do coco babaçu. Dados do IBGE informam que, na década de 1950, houve um crescimento vertiginoso na extração e exportação do produto *in natura*; em 1956, o município chegou a exportar 1. 487. 371 toneladas de amêndoas. Esse

---

<sup>12</sup> Ver Faria (2012)

<sup>13</sup> Voltaremos a esse aspecto no próximo capítulo, quando analisarmos o discurso de campanha de Paulo Marinho.



crescimento foi um fator substancial para a criação de indústrias voltadas para a extração do óleo e produção da torta de babaçu, a partir da década de 1960. Na década seguinte o município contava com duas grandes e modernas refinarias de óleo babaçu, destinado à exportação. Dessa amêndoa eram fabricados também outros produtos, como o sabão.

A riqueza gerada por tais atividades proporcionou a constituição de uma elite econômica que logo cedo integrou-se ao meio político, participando ou influenciando nas disputas pelo poder a nível local ou regional. Essa elite não era homogênea, mas se conservou por longo tempo no poder, devido ao seu caráter fisiológico (tão forte na cultura política do nosso país), que levava seus integrantes a assumirem, em certos momentos, posições políticas contraditórias ideologicamente nas alianças com lideranças estaduais e / ou nas disputas locais. Na década de 1970 e 1980, a maior parte dos ocupantes de cadeiras na Câmara Municipal de Caxias e os que protagonizavam a política local estavam ligados aos interesses econômicos dos setores industrial e comercial. As intrigas políticas que existiam eram motivadas, muitas vezes, por interesses econômicos opostos desses setores. Alguns políticos buscavam ganhar relevância dizendo-se descendentes de antigas famílias com projeção econômica no século XIX (e mesmo no século XVIII), que mantinham certo status naquela sociedade, ancorados na tradição.<sup>14</sup>

## **1.2. O domínio político de Aluizio Lobo e Alexandre Costa**

O regime civil-militar influenciou nos resultados das eleições de 1965 no Maranhão, que culminaram com a subida dos opositoristas ao governo, com a vitória de José Sarney para o cargo de governador, apoiado pelas Oposições Coligadas, formadas pelos partidos Partido Social Progressista (PSP), União Democrática Nacional (UDN) e PR (Partido Republicano). Esses partidos eram opositores do grupo político comandado pelo senador Victorino Freire, que controlava o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dominava a política estadual há mais de duas décadas; seus aliados e adeptos eram chamados vitorinistas.

De acordo com Costa (2006), as eleições de 1965 foram rigorosamente fiscalizadas pelo governo federal, que enviou tropas do Exército para garantir a “tranquilidade das

---

<sup>14</sup> É o caso da família Novais Machado, de origem portuguesa, detentora de terras desde o Império, cuja influência política em Caxias findou apenas com a derrocada do grupo vitorinista com o qual estava aliada. Vitorinismo é a denominação dada ao mando político de Victorino Freire no Maranhão, iniciado durante o Estado Novo (1937-1945), estendendo-se até parte do regime militar, quando foi suplantado pelo sarneyismo, ou seja, pela ascensão do grupo liderado por José Sarney. Ver Costa (2006).

eleições”. As Oposições Coligadas já denunciavam, de longas datas, a existência de fraudes eleitorais e acusavam os situacionistas de ganharem os pleitos apenas por meio delas. As tropas federais foram enviadas com a finalidade de coibi-las. Segundo Benedito Buzar (1998), após um recenseamento determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral, descobriu-se que mais de 200 mil eleitores maranhenses não existiam, sendo confirmadas as fraudes denunciadas.

A vitória dos opositoristas pusera fim ao longo domínio de Victorino Freire na política estadual. Não contando mais com a estrutura política nacional que o favorecera, ele filiou-se à ARENA, mas não conseguiu passar confiança aos militares à frente do governo, que mantinham cautela em relação a muitas lideranças do PSD.

O grupo vitorinista sofria desgastes políticos desde a Greve de 1951. Esta foi um “movimento oposicionista contra a posse de um governador considerado ilegítimo, o vitorinista Eugênio Barros”, de acordo com a explicação de Costa (2006, p. 19). Foi uma greve geral que se caracterizou pela “capacidade de mobilização das massas, paralisou a capital durante 15 dias em fevereiro-março e 18 dias em setembro-outubro/1951, gerando o temor e a expectativa de uma guerra civil e conquistando as atenções da grande imprensa nacional”. Para esse autor, a maneira como Victorino conseguiu contornar a Greve de 1951 conscientizou as Oposições Coligadas de que a derrota dos vitorinistas só viria com ajuda do poder central, pois reconheciam a condição “periférica e dependente do Maranhão no contexto da Federação brasileira” (COSTA, 2006, p. 19). Isto é, a “libertação” só viria de cima para baixo, do centro do poder para a periferia, como ocorreu após a subida dos militares ao poder (COSTA, 2006, p. 84). Diz, ainda, que “passados quase quinze anos da Greve de 1951, a bandeira oposicionista da moralização dos costumes políticos fora empunhada pela ditadura militar, que, do alto, determinou a mudança das regras do jogo na política maranhense, reestruturando o sistema de dominação e provocando a alternância de grupos no poder” (COSTA, 2006, p. 83-84). E continua explicando que devido ao apoio da UDN ao golpe contra João Goulart em 1964, “algumas lideranças udenistas obtiveram acesso ao governo federal e atuaram, em conjunto com a facção militar sorbonista (grupo dos generais Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery), no sentido de sanar segundo sua óptica elitista, o sistema político brasileiro” e “eliminar as bases políticas dos partidos dominantes na democracia pós-45” (COSTA, 2006, p. 81). Nessa lógica, também no Maranhão, o PSD (sob o controle de Victorino) e o PTB foram boicotados.

O regime civil-militar também repercutiu nas disputas políticas em Caxias. Uma das primeiras modificações ocorridas ali foi o fim das frequentes crises políticas que desde

República Velha ocorriam no município. Essas crises eram provocadas por desavenças entre os diversos grupos políticos locais atrelados aos grupos políticos que dominavam o estado. Na falta de consenso, promoviam atos que tumultuavam o processo político, sobretudo o processo eleitoral. Até então, era prática usual do grupo perdedor das eleições acionar o Judiciário, tendo pretensão de impedir que a chapa vencedora das eleições assumisse o cargo para o qual fora eleita. Houve muitos casos em que, em pleno exercício do mandato, administrações foram destituídas por ações judiciais movidas por opositores, relutantes em aceitar a derrota nas urnas. Praticamente às vésperas do golpe de 1964, Caxias ainda estava envolvida nessa prática que se tornou quase que naturalizada: batalhas judiciais, resultando em um entra e sai de prefeitos e vereadores fora do seu devido tempo legal.<sup>15</sup>

Essa prática, realizada não apenas em Caxias, tornava-se constante no município. A frequente contestação dos resultados eleitorais no Judiciário substituía outras práticas notadamente antidemocráticas, realizadas no município ainda no Império, como a subtração dos livros de atas eleitorais e a coerção dos eleitores pelos coronéis, na República Velha. A partir do Governo Vargas, a coerção na hora do voto poderia ser evitada ou desestimulada por meio da criação do voto secreto e da Justiça Eleitoral. Isso fez com que os grupos autoritários locais readequassem suas práticas às normas estabelecidas e a contestação dos resultados dos pleitos na Justiça, quando esses não lhes agradavam, foi uma das alternativas encontradas para continuarem controlando o processo eleitoral.<sup>16</sup>

Durante o regime militar esse tipo de prática cessou, permitindo ao candidato eleito ocupar o cargo no tempo estabelecido em lei.<sup>17</sup> Percebemos que o forte controle político dos

---

<sup>15</sup> A esse respeito, Vilaneto (2006), em *O município e a Câmara Municipal*, ressalta que desde as primeiras eleições republicanas em Caxias, em 1918, houve acirradas disputas pelo poder municipal, sendo que, naquele ano, governistas e opositoristas se julgaram vencedores das eleições. À época, foram instaladas duas Câmaras e duas Prefeituras, uma controlada pela oposição e outra composta apenas pelos governistas, causando a primeira crise política do município na era republicana. Após este episódio, o autor aponta crises políticas em 1922-1924 (os vereadores eleitos foram depostos e eleitos outros); 1924-1927 (as eleições da Câmara foram tumultuadas e os vereadores eleitos foram novamente depostos); 1937 (o Poder Legislativo foi fechado por ordem de Getúlio Vargas); 1947 (acirramento das disputas eleitorais, contendo violência, denúncias de fraudes); 1950 (o candidato a prefeito das Oposições vence as eleições, mas é impedido de assumir; alguns meses depois consegue uma liminar para ocupar o cargo, mas o ocupa por pouco tempo, pois a Câmara Municipal, com maioria governista, cassa seu mandato, destituindo-o definitivamente do cargo); 1955 (o grupo vitorinista vence as eleições para o executivo municipal, mas em pouco tempo o prefeito é afastado do cargo).

<sup>16</sup> O que nos chama especialmente atenção é o fato de que o Judiciário é constantemente acionado por uma das partes em disputa para resolver perturbações de ordem eleitoral, demonstrando que o pleito em Caxias dificilmente ocorria em tranquilidade, mas sempre a parte derrotada questionava a lisura do processo.

<sup>17</sup> Com o fim do regime militar crises políticas voltam a assolar o município. O primeiro prefeito eleito após 1985, Sebastião Lopes de Sousa, também não consegue governar até o final do mandato devido a ações judiciais promovidas pelos opositores. Essa característica marcante na política republicana caxiense volta a se repetir em 1997, com a destituição de Ezíquio Barros Filho do cargo de prefeito.

militares e o receio dos grupos locais de serem expurgados da arena política pelo regime autoritário são elementos explicativos para a aparente estabilidade entre os grupos políticos em confronto no município no período. Eles minimizaram as divergências entre eles, por mais ferrenhas que fossem, para continuarem atuando. O caminho para um cessar das divergências entre os grupos políticos, geradoras das crises políticas locais, iniciou-se logo após o golpe de 1964 e foi, de um lado, produto da repressão política imposta pelo regime. Os militares promoveram expurgos políticos que tiveram efeitos significativos na política maranhense. De acordo com Costa (2006, p.80), um dos efeitos foi “uma forte onda repressiva que atingiu os setores nacionalistas e de esquerda”. Houve prisões de dirigentes comunistas, sindicais e de quem mais fosse considerado “subversivo”. Manifestações públicas, como passeatas e comícios, foram proibidos. Os “setores mais radicais das Oposições Coligadas foram expurgados e depurados” (COSTA, 2006, p. 80). Em Caxias, as prisões e conduções coercitivas eram realizadas sob comando de Aluísio de Abreu Lobo, homem de confiança dos militares e tenente do Exército (R-2), que atuava como diretor do Tiro de Guerra-192. O objetivo era identificar e “neutralizar” quem era considerado perigoso pelo regime no município. Houve também no município perseguições políticas por posturas ideológicas, ocasionando prisões de alguns sindicalistas e a cassação do mandato do vereador caxiense Edson Vidigal (PSP), que tinha posicionamento progressista.

Nesse clima de apreensão, os políticos locais procuravam uma maneira de não contrariar o regime. Como as eleições marcadas para outubro de 1965 foram mantidas pelos militares, os grupos locais pensaram uma maneira de satisfazer ao governo federal, sem haver confronto e evitando futuras cassações políticas. O quadro político caxiense em meados de 1964 refletia a situação geral do estado. Para as eleições de 1965, a classe política estava dividida entre o grupo vitorinista (apoiava a candidatura de Renato Archer para o governo do estado), o grupo das Oposições Coligadas (apoiava a candidatura de José Sarney) e o grupo liderado pelo deputado estadual Aldenir Silva (do PDC, apoiando a candidatura de Costa Rodrigues). Entre as três chapas, o embate maior ficava entre os vitorinistas e os oposicionistas. O primeiro grupo era liderado em Caxias por Eugênio Barros, ex-governador do estado.<sup>18</sup> As Oposições eram comandadas por Alexandre Costa, membro de uma família de

---

<sup>18</sup>Eugênio Barros, natural de Matões (município vizinho a Caxias), desde cedo migrara para essa cidade, onde iniciou sua carreira política, tornou-se grande industrial e ocupou o cargo de prefeito municipal (1948-1950). Foi governador do Estado de 1951 a 1956.

grandes recursos no município.<sup>19</sup> Esses três grupos, embora mantivessem essa distinção em torno dos candidatos ao governo do estado, pensaram, no município, apoiar apenas um candidato à prefeitura, preferencialmente um candidato que fosse benquisto pelo regime militar, mas mantiveram a rivalidade no nível estadual. Decidiram fortalecer a imagem de Aluizio Lobo e lançá-lo candidato a prefeito. A trégua nas rivalidades profundas entre os grupos pode, portanto, ser fruto do medo de retaliações por parte dos militares e (quem sabe?), da identificação com os propósitos autoritários do novo regime político.

Por outro lado, o caráter dessa união em torno da candidatura de Aluizio Lobo também pode ser atribuído ao casuísmo que marcava e ainda marca as práticas de grande parte dos políticos brasileiros, sempre em busca de “vantagens políticas para se manter[em] no poder”, como destaca Fleisher (1994, p. 15). O receio de ambos os lados de serem excluídos da arena política pode ter sido decisivo para essa postura, falando mais alto o apego ao poder que possíveis convicções políticas. O drama dos expurgos políticos deixava os grupos locais em alerta. Ao perceberem as perseguições do regime àqueles que não se alinhavam à nova realidade política, atuaram de modo a não darem margem a desconfianças. Entretanto, os que aderiram ao regime por temor ou por convicção se viram em pouco tempo adaptados ao novo sistema político, readequando suas práticas políticas às novas regras eleitorais.

Em 1965, os três grupos lançaram oficialmente a candidatura de Aluizio Lobo a prefeito de Caxias. A conciliação em torno da candidatura dele é explicada pelo fato de ser ele membro das Forças Armadas e ter a simpatia do novo regime, sendo amigo pessoal do então presidente, o marechal Castelo Branco. O primeiro passo da campanha foi construir e divulgar para o eleitorado um perfil administrativo dele, porque o agora candidato Aluizio Lobo ainda não tinha muita expressividade no meio político caxiense. Pouco antes, ele ocupara a diretoria do Colégio Caxiense, uma instituição de ensino privado do município. Uma escola modelo onde estudavam os filhos das famílias ricas e tradicionais de Caxias e de municípios vizinhos.

---

<sup>19</sup>O caxiense Alexandre Alves Costa era então deputado federal. Projetara-se como uma grande liderança no âmbito estadual, sendo prefeito de São Luís (em 1951), vice-governador (eleito em 1955, mas só empossado em 1957, devido à crise política entre vitorinistas e oposicionistas), e obtendo votação expressiva para deputado federal em 1966. Sua imagem, atrelada às Oposições, apresentava-o como alguém disposto a realizar uma mudança política no Maranhão, juntamente com José Sarney. Gozava de certa confiança dos militares. Em 1964, eles facilitaram sua ascensão à Câmara Federal ao cassarem o mandato do deputado Neiva Moreira (PSP). Sendo o primeiro suplente, Alexandre Costa assumiu o cargo na condição de apoiador do regime. Era, então, membro das Oposições Coligadas e com fácil acesso à esfera federal. Nas eleições de 1966, segundo dados do TSE, foi o terceiro deputado federal mais bem votado no estado, com 14.811 votos, atrás de Henrique de La Roque (17.987 votos) e João Américo de Sousa (18.515 votos), ambos pertencentes à ARENA. Nas eleições de 1970 elegeu-se senador (com 183.990 votos) juntamente com José Sarney, para as duas vagas do Senado Federal disponíveis para o estado.

Para Medeiros (1996), a gestão de Aluízio Lobo nesse cargo deu subsídios aos coordenadores de sua campanha para projetá-lo ao Executivo municipal, construindo uma retórica positiva em torno de sua administração no colégio.

À época, Caxias era um importante colégio eleitoral,<sup>20</sup> o que tornava o município objeto de disputa de expressivas lideranças políticas. A estreita relação entre Alexandre Costa e Aluízio Lobo era vantajosa para ambos. Se as Oposições Coligadas saíssem vitoriosas na disputa pelo cargo de governador poderiam contar com um aliado influente em uma das maiores cidades do interior do estado. O apoio do governo federal, a vitória das Oposições no estado e de Aluízio Lobo em Caxias tornariam Alexandre Costa o homem mais influente na política caxiense.

A campanha de Aluízio Lobo também teve apoio do grupo do governador Newton Bello, que estava encerrando seu mandato e havia rompido com Victorino Freire. Explicações para a aliança com entre grupos tradicionalmente opostos na política local eram divulgadas na imprensa pelos integrantes dos próprios grupos. Afirmavam que a união era um ato simbólico de adesão à “Revolução” de 1964 e expressava o apoio aos “revolucionários” que teriam livrado “todos das angústias de um tempo que jamais voltará” (O PIONEIRO, 1 ago. 1976, p. 1).

Durante a campanha, Aluízio Lobo se apresentava perante os eleitores de forma peculiar. Gesticulava muito, fazia acenos e, às vezes, pequenas dramatizações que levavam os eleitores às gargalhadas; muitos viam em seus comícios um momento de descontração. Para Vilaneto (2006, p. 57), tudo isso tinha uma “característica populista [...] [pois Aluísio] se apresentava ao público em comício como se estivesse em cena um ator histriônico. Um folclore político no imaginário caxiense”. Utilizava também uma linguagem simples, compreensível às camadas sociais mais baixas, destacando-se de outros políticos que usavam uma linguagem rebuscada, incompreensível para a maioria dos eleitores.

Outra de suas estratégias de campanha foi juntar em um mesmo espaço ou comício indivíduos de posições extremas – como o bispo da cidade, D. Luís Amarelim, e o pai de santo mais conhecido de Caxias, mestre Bruno –, algo até então improvável.<sup>21</sup> Fatos como

---

<sup>20</sup> Segundo dados do jornal *Folha de Caxias* e do TSE, em 1970, Caxias tinha um eleitorado equivalente a 6.000 eleitores. Nas eleições de 1972 contava com 13. 183 eleitores. As narrativas dos jornais diziam ser o município o terceiro maior colégio eleitoral.

<sup>21</sup>D. Luís Amarelim era considerado bastante conservador por obedecer preceitos da Igreja Católica, especialmente na classificação das denominações religiosas de matrizes africanas de modo pejorativo. Essa Igreja exercia no município, até então, muita influência em algumas decisões políticas locais, em particular as que se referiam ao que era tido como “bons costumes”, que deveriam seguir os mais rígidos preceitos da moral

esse pesaram positivamente na sua candidatura, contribuindo para que se lhe atribuísem uma habilidade natural para a conciliação entre partes divergentes.

Aluízio Lobo exerceu também uma espécie da política de pão e circo, e com essa atitude, ia constituindo seu eleitorado. Durante e após a campanha, já como prefeito, promovia reuniões e encontros com populares, seguidos de fartas distribuições de produtos de utilidade domésticas (facas, sabão, caixas de fósforo etc.) e outros “presentes”,<sup>22</sup> arremessados de cima do palanque, após o término do seu discurso. Essa prática acabou se tornando uma de suas marcas enquanto político. Assim, garantia grande público em seus encontros e comícios, pessoas movidas pelo desejo de serem contempladas com os presentes. Vejamos como um periódico de Caxias relatou um desses episódios:

Cerca de 10 mil pessoas participaram do Encontro com o Deputado Aluízio Lobo, no bairro Ponte [...] o referido Encontro faz parte de uma grande série de outros Encontros que o Deputado Aluízio Lobo, vem fazendo desde a 1ª Festa da Amizade e Fraternidade, que realizou com a presença de mais de 10 mil pessoas em agradecimento ao povo Caxiense pela sua expressiva vitória, não só a de Deputado Estadual, mas de todo o seu sucesso na Política em Caxias e toda Região. Os encontros com o Deputado Aluízio Lobo com o povo, é sempre motivado por farta distribuição de presentes, incluindo os mais valiosos, procedendo o sorteio para evitar injustiça, porém extra sorteio é também distribuído muitos outros brindes, quase todas de utilidade doméstica (O NOSSO JORNAL, 10 a 31 jan. 1985, p. 6).

A “distribuição de presentes” era realizada como forma de “recompensa” pelos votos recebidos, distorcendo o sentido clássico idealizado para a representação política. Ao criar expectativas na população para tais recompensas do eleito, Aluízio Lobo reforçava a concepção do voto como moeda de “troca” para obtenção de benefícios pessoais. Seus adversários indagavam de onde vinham os recursos para a compra dos produtos: se do próprio político ou dos cofres públicos. Um jornal local deu a entender que seriam “comprados com dinheiro da Prefeitura” (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 4).

---

católica. Em jornais locais dessa época, em especial *O Pioneiro* e *O Nosso Jornal*, encontramos registros de debates na Câmara Municipal sobre questões moral, nos quais os vereadores citavam os argumentos da Igreja Católica para fundamentar seu ponto de vista. Nos anos 1980, por exemplo, um vereador se opôs à construção de um motel na cidade, afirmando que “só vai trazer malefício para os pais de família, sendo um incentivo a mais para a prática da prostituição” (JORNAL DA CIDADE, mar. 1987, p. 1). A família a que o vereador se refere é a família tradicional, na visão da Igreja, aquela constituída pelo casamento católico. Outros vereadores, também contrários à construção do motel, argumentavam que a construção era uma falta de respeito para com a Igreja. Assuntos como prostituição, homossexualismo e outras denominações religiosas não raro tinham a reprovação da Igreja e das camadas sociais mais conservadoras.

<sup>22</sup>O termo “presente” era usado tanto por políticos e eleitores quanto pelos jornais da época para se referirem aos produtos distribuídos por Aluízio Lobo aos eleitores.

Em 1966, quando Aluízio Lobo assumiu o cargo de prefeito de Caxias, José Sarney também tomava posse como novo governador do estado. Por meio de Alexandre Costa, Aluízio Lobo teve livre acesso ao novo governo, recebendo apoio político e recursos estaduais para sua administração, o que lhe deu mais prestígio entre as lideranças políticas locais. Em contrapartida, ajudou o aliado a ter influência política cada vez maior no município. Em sua ascensão nacional, Alexandre Costa sempre contava com um número expressivo de votos dos caxienses. Nas eleições de 1970, Alexandre e Sarney (ambos da ARENA) chegaram a obter 92% da preferência do eleitorado caxiense que escolheu os novos senadores, sendo os demais votos distribuídos entre brancos, nulos ou no adversário, Eptácio Cafeteria (MDB). Os jornais caxienses afirmavam que os dois senadores eram grandes líderes políticos no município, caracterizando-os como “batalhadores incansáveis, cooperadores ímpares, amigos desta terra (Caxias) e deste povo” (FOLHA DE CAXIAS, 11 jan. 1970, p. 1).

Alexandre Costa conseguiu ter um domínio político quase total no município, pois chegou a controlar todos os grupos políticos locais de maior expressividade durante os governos militares. Medeiros (1996, p.74), nas entrelinhas, sugere que Alexandre Costa e Aluízio Lobo criaram uma estratégia para impedir a ascensão de lideranças independentes, ao afirmar: “desde 1º mandato do Prefeito Aluízio Lobo, o Senador [Alexandre] domina praticamente a política caxiense usando os meios que melhor lhe convém. Às vezes as tentativas de novos líderes são tragadas pela experiência e força do velho Senador”. Cooptação e uso patrimonialista da máquina pública, comumente utilizados na arena política maranhense, estavam entre as práticas utilizadas por eles para inibir o nascimento de lideranças consideradas indesejáveis.

Nos anos 1970, a força política de Aluízio Lobo permitiu-lhe eleger um aliado como sucessor, o médico Marcelo Tadeu de Assunção, contando com o apoio irrestrito não só de Alexandre Costa, mas também de José Sarney.<sup>23</sup> A aliança com ambos dava frutos positivos para a ARENA no município, evitando “uma demonstração de desprestígio do governo estadual junto aos militares” no ainda mais “importante município no interior do estado” (VILANETO, 2006, p. 56).

No exercício de prefeito, porém, Aluízio Lobo mostrara uma faceta autoritária e não se esquivara em utilizar os dispositivos criados pelo regime civil-militar para fazer intimidações

---

<sup>23</sup> Marcelo Tadeu de Assunção era considerado na imprensa caxiense, sobretudo pela *Folha de Caxias*, de propriedade de uma importante família do município, como um homem simples, pacato e de grandes habilidades administrativas.



aos adversários políticos. Logo no início, ainda em 1966, quis mostrar que contava com apoio do mais alto escalão do governo federal e convidou o presidente da república, marechal Castelo Branco, para assistir as festividades de 1º de agosto, data em que se comemora a Adesão de Caxias à Independência do Brasil. O presidente atendeu ao convite, fortalecendo o prestígio de seu grupo político.

Para garantir o domínio na ARENA no município, ele se utilizava de práticas pouco conciliadoras com os opositores e até mesmo entre os membros da ARENA. O jornal *O Pioneiro*, em edição de 25 de maio de 1977, na primeira página reportava-se à insatisfação de alguns políticos da ARENA e do clero caxiense com Aluízio Lobo. O jornal denunciava atos “irresponsáveis” atribuídos a Aluízio. Um deles teria ocorrido quando era prefeito, ao impedir a realização de uma procissão religiosa, apoiando-se em uma Circular do Ministério da Justiça que proibia grandes aglomerações em locais públicos. A denúncia veiculada na imprensa afirmava que ele nem se encontrava na cidade, na ocasião, mas havia ordenado por telefone que fosse impedida a procissão quando os fiéis e o pároco já se preparavam para iniciá-la. Um argumento chave era que a mencionada circular não incluía manifestações “religiosas cristãs”, logo, a proibição caracterizaria perseguição à instituição religiosa.

Esse episódio aumentou a tensão que tinha surgido nas relações entre Aluízio Lobo e a Igreja Católica, devido a algumas ações dele serem consideradas repulsivas aos olhos do clero caxiense, a exemplo de sua aproximação com os terreiros de umbanda. A maioria da classe abastada caxiense era católica, conservadora e pouco tolerante com as práticas religiosas de matrizes africanas. Aluízio Lobo fora a primeira autoridade local a manter publicamente relação cordial com umbandistas. A Igreja Católica, tendo um bispo de linha conservadora, não via com bons olhos tal relação. O clero fazia severas críticas àqueles que se aproximassem ou fossem simpáticos aos umbandistas. As críticas, vindas de uma instituição com grande prestígio junto à população caxiense, mereceram atenção dos políticos, majoritariamente católicos. Mas Aluízio Lobo parecia ignorá-las, o que se caracterizava como uma ameaça à autoridade moral da Igreja no município, tendo até chegado a aceitar homenagens feitas pelos umbandistas, como destacou um periódico local.

No próximo 28 de abril do corrente ano, o Deputado Estadual - e ex-prefeito Aluízio Lobo, receberá significativas homenagens dos umbandistas de Caxias, com a festa da Cultura Afro-brasileira, em louvor a São Jorge, com participação de dois conferencistas de nível internacional – Dr. Ayusa Morad Amar (médico) – professor da Universidade de São Paulo e de Campinas [...], o outro conferencista é o senhor Babalorixá Jamil Rachid, Presidente da União de Tendas Espíritas do Estado de São Paulo, de Umbanda e Candomblé. As homenagens que serão prestadas ao deputado Aluízio Lobo

têm o apoio unânime de todas as correntes umbandistas, espíritas e de candomblé de Caxias.

A matéria, divulgada na segunda página d' *O Nosso Jornal*, edição de 21 a 31 de maio de 1984, faz-nos compreender melhor a relação de proximidade entre o então deputado Aluizio Lobo e os umbandistas. Ao afirmar que as homenagens tiveram “apoio unânime” das correntes umbandistas e espíritas do município, o periódico sugere nas entrelinhas que o deputado era bem relacionado com as pessoas dessas correntes religiosos e, provavelmente, teria nelas parte de seu eleitorado. Com isso, o clero local passou a estreitar relações com a facção arenista opositora de Aluizio Lobo, cujos membros demonstravam publicamente serem mais submissos aos dogmas católicos.

### **1.3. Partidos e cultura política brasileira**

A ascensão de um líder político se torna inexplicável se não observarmos o sistema político e social em que ele está inserido. A sociedade moderna criou mecanismos e instituições que permitem a participação representativa dos diversos setores sociais nas tomadas de decisões políticas do Estado. Numa democracia, os partidos políticos se tornaram essenciais para representar as diferentes vozes da sociedade. O líder político, num estado democrático, depende do partido para começar uma carreira política. O partido carrega um conjunto de valores e ideologias que podem influenciar nas ações políticas de seus líderes e nos próprios programas partidários. Desse modo, antes de passarmos a análise do contexto partidário em que emergiu politicamente Paulo Marinho, exporemos reflexões feitas por alguns autores sobre a constituição do sistema partidário brasileiro.

É consenso entre os autores que os partidos políticos modernos surgiram em meados do século XIX, sendo resultado do avanço da democracia e dos ideais liberais do século XVIII. Para Motta (1999), o pensamento liberal contribuiu para questionar os excessos do poder monárquico e fortalecer a proposta de que as pessoas deveriam ter direitos à liberdade em relação ao Estado. No seio desse pensamento estava a divisão do poder estatal em três esferas autônomas (os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), cabendo ao Legislativo a função de elaborar as leis, fiscalizar o Executivo e “representar o povo, como forma de garantir que suas liberdades, direitos e desejos fossem respeitados” (MOTTA, 1999, p.15). De acordo com esse autor, os partidos políticos começaram a se configurar com a existência do Poder Legislativo. Ferreira Netto (1989) critica essa visão clássica sobre os partidos políticos, mas aceita a ideia de que eles não existiam como tais antes do surgimento das ideias liberais.

Em suas palavras, “os partidos, assim chamados, anteriores ao século XVIII, nada tinham a ver com as elaboradas concepções que fundamentariam, a partir de então, o conteúdo e a razão das agremiações políticas” (FERREIRA NETO, 1989, p. 12).

A ampliação das ideias iluministas emergidas no século XVIII (como liberdade), a conscientização das pessoas sobre os direitos (individuais e coletivos) e a criação de instituições baseadas nas doutrinas liberais deram as condições ao aparecimento, no século XIX, das primeiras organizações partidárias. Autores como Chacon (1985), Motta (1999) e Bernstein (2003) consideram que há uma relação entre a existência dos primeiros partidos políticos e as atividades parlamentares. Quando os parlamentares passaram a formar alianças e constituir grupos organizados no Parlamento deram origem aos primeiros partidos políticos modernos (MOTTA, 1999, p. 16).

Para Bernstein (2003), existiu também uma geração de partidos nascida fora do ambiente parlamentar, que emergiram no seio da sociedade civil organizada: igrejas, sindicatos, associações etc. Surgidos no final do século XIX, esses partidos são vistos como frutos de maior conscientização política das pessoas e do avanço da democracia no Ocidente. Trabalhadores, operários e mesmo a Igreja Católica se organizaram para conquistar e garantir seus direitos ou assegurar suas ideologias nas políticas do Estado, através de partidos que os representassem. Para Bobbio (1998, p. 900), o desenvolvimento do movimento operário, as mudanças econômicas e sociais produzidas pela industrialização levaram as camadas populares ao cenário político, “cujas reivindicações se expressam inicialmente em movimentos espontâneos de protesto, encontrando depois canais organizativos sempre mais complexos até à criação dos partidos dos trabalhadores”.

Os partidos dessa geração (os partidos socialistas, por exemplo) construíram programas voltados para um “novo modo de convivência civil, de que seriam artífices as classes subalternas política e socialmente emancipadas” (BOBBIO, 1998, p. 900). Para esse fim, perceberam a importância de educar as massas, torná-las ativas e conscientes de seu próprio papel na arena política. Burocratizados, seu desejo era ser “capaz de enfrentar uma ação política contínua que envolvesse o maior número possível de trabalhadores e que atingisse toda a esfera de sua vida social, que acolhesse as suas demandas e exigências específicas e as transformasse num programa geral” (BOBBIO, 1998, p. 900). Os deputados eleitos por esses partidos “eram obrigados a uma rígida disciplina de partido na sua atividade parlamentar” (BOBBIO, 1998, p. 901).

Uma ideia que se propagou sobre os partidos é que eles existem com a finalidade de representar os interesses ou valores de determinada parcela ou grupo da população na esfera do Estado. Numa democracia, todos deveriam ser representados pelos partidos. Enquanto alguns têm uma natureza quase confessional, que os aproximam de valores e práticas religiosas, outros são identificados como representantes de classes: da classe trabalhadora, da classe burguesa, entre outras características.

O conceito de representação política é de grande valia para o estudo dos partidos políticos. Nilton Viana (2003, p. 12) apresenta-os como “organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes”. Já Motta (1999, p. 11) diz que os partidos “representam, ou ao pelo menos tentam representar, as opiniões e os desejos dos cidadãos no nível do Estado, trabalhando para que as ações do governo atendam às necessidades da população”. É fato que os partidos políticos em um regime democrático, mesmo os de minoria, precisariam de uma base social, ao menos no período das eleições, o que garantiria, em tese, sua função representativa.

Alguns autores têm construído teses defendendo que as ideias liberais se espalharam por grande parte do mundo ocidental e influenciaram na formação do Estado brasileiro (MOTTA, 1999, p. 25). No entanto, essas ideias teriam sofrido apropriações, reajustando-se aos quadros culturais e organizacionais da América portuguesa. As elites que aqui haviam se constituído, utilizaram-nas primeiramente como fio condutor para as revoltas que visavam pôr fim ao jugo da metrópole. A elite agrária e conservadora, que avalizou e participou do processo de independência, teria readequado o ideário liberal europeu às suas próprias necessidades.

Na constituição do Estado nacional brasileiro, a manutenção da escravidão, a criação de um quarto poder (o Moderador), o fato de a qualificação do eleitor passar pela renda pecuniária que ele tinha e as violentas práticas eleitorais são alguns dos elementos que indicariam como as ideias liberais estavam mescladas a ideias e ações típicas do absolutismo.

De fato, após implantada a República, em menos de cem anos foram elaboradas seis Constituições federais (em média 16,6 anos para cada Constituição), duas delas outorgadas, enquanto em todo o período imperial vigorou apenas uma. Golpes de estado e períodos ditatoriais aconteceram, com obstruções nas atividades do parlamento, tendo havido suspensão ou cerceamento dos partidos políticos. Não foram poucas as intervenções do Estado nas organizações partidárias, provocando fragilidade na função representativa delas.

As maiores intervenções no sistema partidário ocorreram em 1937 (com o golpe que implantou o chamado Estado Novo), 1945 (com a reabertura político-partidária), 1965 (os partidos existentes foram proibidos), 1967 (pluripartidarismo é extinto) e 1979 (volta o pluripartidarismo).

Alguns autores consideram que uma explicação para essas instabilidades pode estar na existência (e persistência) de uma cultura política em que o clientelismo e o personalismo são fortes, sendo entraves para a existência de um sistema político efetivamente representativo. Para Marilena Chauí (2008, p.71), isso teria feito com que os partidos políticos no Brasil tendessem a ser “clubes privados das oligarquias locais e regionais, sempre tomam a forma clientelística na qual a relação é de tutela e de favor”. Nesse sentido, a função representativa dos partidos acabaria sendo obscurecida diante dos interesses privados, enquanto a população ficaria a acreditar que os partidos ou os agentes políticos são “salvadores da pátria” e não seus representantes.

Essa forma de ver, sentir e praticar as vivências políticas teria sido gestada ainda no período colonial. As relações políticas, naquela época, configurar-se-iam como uma relação privada e personalista. A divisão administrativa em capitânias hereditárias representaria bem este processo. Nas capitânias, o poder estava centralizado nas mãos do donatário e todos deveriam recorrer a ele em caso de alguma necessidade ou apelo. Constituídas as capitânias reais que integraram o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão (depois, do Maranhão e Grão-Pará e mais tarde do Grão-Pará e Maranhão), o sistema de doação de sesmarias tornava os sesmeiros senhores de grandes extensões de terras, geridas por eles com relativa autonomia. A grande distância territorial entre as possessões coloniais e a metrópole fazia com que a Coroa Portuguesa desse aos seus funcionários e aos proprietários rurais uma alargada margem de atuação. Desse modo seria comum a interseção entre o público e o privado.

Após a constituição do Estado nacional, o exercício do poder político teria se sustentado nas trocas de favores (inclusive nos dois partidos), nos laços de fidelidade a um potentado, que retribuía com proteção e outros benefícios aos seus clientes. Segundo Richard Graham (1999, p. 3), “o clientelismo constituía a trama da ligação política no Brasil no século XIX, sustentando praticamente todos os aros do político”. Essa lógica de procura por clientela transformava clientes em eleitores. As trocas de favores teriam uma função importante nesta relação. Os favores passariam a ser entendidos como uma moeda de troca por votos e ascensão aos cargos públicos. A relação assimétrica de poder configurar-se-ia em uma relação

de desigualdade, onde existiriam aquele que “manda” e aquele que “obedece”. Quem estava em posição privilegiada nas relações de poder oferecia vantagens para aquele que estava em posição de desvantagem. A carência de um e a abundância de outro teria feito com que essa relação desigual permanecesse, gerando uma rede de dependências, ligando os dependentes àquele que tinha condições de oferecer-lhes apoio.

Para Cunha (2006), o clientelismo tem suas raízes numa tradição ibérica, na qual as relações sociais se caracterizavam pela permanência do conceito aristotélico de “amizade”, essencialmente o de “amizades desiguais”, como foi discutido por Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*. A amizade constituía, neste sentido, o suporte de fortes laços políticos e fontes de deveres duráveis.

A reiteração ou pura repetição desse tipo de relação assimétrica de poder no tempo dando forma ao fenômeno geral da patronagem e do clientelismo, claramente ultrapassa a curta duração, o acontecimento, inserindo-se em um tempo histórico que, se não é o da história de respiração muito contida, da longa ou longíssima duração, na expressão conhecida por Fernand Braudel, é sem dúvida o de um tempo bastante alargado (CUNHA, 2006, p. 227).

Segundo alguns autores, ainda hoje o Brasil tem fortes traços dessa herança da colonização portuguesa; a coisa pública ainda é tratada como coisa particular. Manter laços de “amizade” com aquele que se encontra no poder seria a maneira mais fácil (e vista como “natural”?) de alcançar os benefícios públicos, criando, por esse modo, uma classe privilegiada. Muitos cargos públicos que deveriam ser ocupados por agentes especializados ficam concentrados nas mãos daqueles que detém o poder e o distribuem segundo interesses particulares, geralmente empregando parentes e amigos com pouca ou, às vezes, nenhuma qualificação, especialmente nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

É consagrada entre alguns trabalhos historiográficos que essa forma própria de relacionamento político influenciou na formação dos partidos políticos brasileiros, que teve caminhos distintos daqueles seguidos pelos partidos europeus. Isso porque seriam os partidos, em sua maioria, nascidos ou do aparato estatal que os liga aos interesses de quem controla o poder político ou de um pacto entre as elites econômicas e políticas do país, deixando a maioria da população sem representação nas decisões do Estado. Além disso, há certo consenso de que ao longo da história política brasileira, uma parte dos partidos políticos manteve um caráter fisiologista. O fisiologismo se caracteriza pelo constante apego ao poder

ou por aquele que está no poder, independente se isso contraria alguns princípios morais ou ideológicos. O que importa para esses partidos é conseguir algum cargo no governo.<sup>24</sup>

A nosso ver, segundo essas teses consagradas, o fisiologismo na política brasileira teve ao menos duas consequências práticas: primeira, limitou a possibilidade de criação de organizações partidárias com forte cunho ideológico; segunda, o apego à máquina governista impossibilitava um diálogo concreto, fora do período eleitoral, entre partido e eleitorado, viabilizando a permanência por muito tempo de um grupo no poder. O resultado foi teria sido um sistema partidário distinto, melhor dizendo, um “desvio” do que houve em muitos países da Europa. No Brasil, os partidos foram construindo suas bases sociais de maneira distinta, historicamente determinada, onde não raro houve margem para a emergência de líderes populistas e carismáticos. Nosso objetivo, contudo, será escapar de uma categorização exagerada sobre nosso “desvio” de um modelo ideal externo e procurar entender a emergência política de Paulo Marinho justamente em meio às tensões entre o novo, a construção simbólica do novo, o peso da tradição e os novos mecanismos de controle e repressão oriundos da ditadura civil-militar.

---

<sup>24</sup> O fisiologismo dos partidos brasileiros é pensado como parte integrante de um “modo de agir” politicamente, tendo profundas ligações com raízes culturais e pensadas muitas vezes como o modo correto de fazer política. A consequência disso é a perpetuação dos mesmos grupos no poder.

## **2. O EMBATE POLÍTICO DO MDB NO BRASIL E EM CAXIAS NO REGIME CIVIL-MILITAR**

Haja vista que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Caxias teve bastante influência tanto na construção discursiva quanto nas principais estratégias de campanha que deram visibilidade a Paulo Marinho na política do município, este capítulo visa tecer algumas considerações sobre o contexto de criação, desenvolvimento e as concepções ideológicas desse partido, enfocando de modo especial sua luta pelo retorno da democracia no país e suas ações no próprio município nesse período. É importante ressaltar que Paulo Marinho emerge juntamente o ganho de visibilidade do próprio partido no município e que, portanto, é necessário tecer as condições que tornaram essa visibilidade possível.

### **2.1. O golpe civil-militar de 1964 e o fim do pluripartidarismo**

A situação política brasileira ligeiramente anterior a esse Golpe de Estado era de acirrada polaridade entre grupos de esquerda e de direita, tanto no Parlamento quanto no meio social.<sup>25</sup> A partir do início dos anos 1960, as esquerdas vinham crescendo no país e ganhavam adesão popular (MOTTA, 1999, p. 105). Partidos de perfil progressista, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contavam com um número expressivo de esquerdistas, juntaram-se a seguimentos sociais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), centrais sindicais, ligas camponesas e outros movimentos e passaram a exigir reformas estruturais para o Brasil. À época, falava-se em Reformas de Base, um conjunto de reformas que traria, ao ver

---

<sup>25</sup> Durante o período democrático (1945-1964) os três principais partidos eram União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os dois últimos eram influenciados pela política de Getúlio Vargas e, por isso, seus filiados eram muitas vezes chamados pelos opositores de varguistas. A UDN, principal partido da oposição, fora fundada pelos que se opunham não só a Vargas como também ao seu modelo de governo e programa de desenvolvimento do país. Esse partido tinha o apoio basicamente da classe média e do empresariado urbano. Os udenistas queriam que o país seguisse um modelo liberal, não aceitando a forte intervenção estatal na economia, como pregado pelos apoiadores de Vargas, e eram a favor de abertura do país ao capital estrangeiro. Opunham-se à forma personalista e populista da política de Vargas e dos partidos que lhes eram fiéis. O PSD era composto basicamente por funcionários públicos, agentes administrativos da Era Vargas, muitos tinham sido interventores estaduais e apoiadores do ex-ditador. Pode ser considerado um partido formado pela base aliada de Vargas e criado para se ajustar aos novos tempos democráticos. Tinha apoio de grandes proprietários e oligarcas rurais, cujos interesses eram divergentes do empresariado urbano. Sua ideologia partidária caracterizada pelo pragmatismo. Na prática, seu pragmatismo político tornava-o fisiológico, mas não estava sozinho; unido ao PTB, ambos permaneceram no topo do jogo do poder no período democrático de 1945 a 1964. O PTB foi fruto de uma aproximação de Vargas dos trabalhadores urbanos. Teve participação e fundação ativa de seu ministro do trabalho, Marcondes Filho. Foi pelo PTB que Vargas concorreu à Presidência nas eleições de 1950. Com o tempo, embora influenciados pelas ideias de Vargas, o PTB passou a crescer e ter em seus quadros membros mais ligados à esquerda, chegando a liderar uma frente progressista no Congresso Nacional. O acirramento dos ânimos políticos no Congresso e nas ruas fez com que os udenistas e outros conservadores se unissem aos militares para derrubar o governo Goulart (PTB), em 1964. (Ver MOTTA, 1999, p. 79-108).



desses grupos, melhor igualdade social. Nas propostas apresentadas estavam as reformas agrária, educacional e urbana. Nas eleições de 1960, pela primeira vez desde a redemocratização de 1945, os udenistas ganharam votos suficientes para alcançar a Presidência da República com a eleição de Jânio Quadros.

Jânio Quadros renuncia ao mandato poucos meses após tomar posse, assumindo o vice, João Goulart (PTB), depois de uma intensa reação dos conservadores.<sup>26</sup> O governo Goulart enfrentou constante instabilidade. A crise econômica, acompanhada por uma crise social e política, desestabilizou seu governo até levá-lo a queda. Os trabalhadores, que desde a reabertura política em 1945 podiam se mobilizar mais livremente que em períodos anteriores, passaram a pressionar. Além disso, crescia a pressão popular sobre o governo para aprovar as reformas necessárias para o bem-estar dos trabalhadores. Pressionado pela esquerda e pela direita, o Governo Goulart começou a fraquejar e contar com menos apoio em um Congresso com maioria conservadora. O equilíbrio das forças gerou uma ingovernabilidade para esse governo. O PTB tinha 29,8% nos assentos da Câmara dos Deputados e o aliado PSD 30,3% – logo, a maioria –, mas as pressões sociais e algumas propostas delicadas das Reformas de Base anunciadas pelo presidente, sobretudo a Reforma Agrária, fizeram com que boa parte do PSD debandasse para a oposição, deixando o governo sem apoio necessário para aprová-las.<sup>27</sup>

Os militares também estavam insatisfeitos com as atitudes do governo e o cenário internacional da Guerra Fria influenciou-os a se decidirem a participar do golpe que derrubou Goulart em 1964. O Brasil estava na área de influência americana contra o comunismo. O caso da Revolução Cubana, em 1959, deixara os americanos receosos de que revoluções comunistas se espalhassem pelo continente. Para deter a ameaça comunista na América, os Estados Unidos equipavam, ofereciam treinamento e apoio financeiro aos militares dos países latino-americanos considerados estratégicos. Para Alves (1984), baseados e formados nesse prisma, ganhou espaço entre os militares brasileiros a Doutrina de Segurança Nacional,<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> A legislação eleitoral do período estabelecia eleições separadas para presidente e para vice-presidente, podendo assim ser eleito um candidato apoiado pelo governo numa chapa e, na outra, sair vitorioso o candidato da oposição. Foi o que ocorreu nas eleições de 1960, quando saiu vitorioso Jânio Quadros (UDN) para presidente e João Goulart (PTB) para vice. Essa situação gerou embaraço à política do período, pois com a renúncia de Quadros, a Constituição estabelecia que o vice deveria assumir o cargo. Entretanto, Goulart era um dos maiores inimigos dos udenistas que tentaram impedir sua posse, acirrando ainda mais a já tensa situação política do país.

<sup>27</sup> Os dados numéricos foram obtidos em Motta (1999, p. 105).

<sup>28</sup> Segundo Alves (1984, p. 33), a Doutrina de Segurança Nacional é uma ideologia cujas origens na América Latina vêm desde o século XIX e veiculava “teorias geopolíticas, ao antimarxismo”. Porém, é no século XX, sob o clima da Guerra Fria que ela se torna mais consistente e organizada a fim de neutralizar a atuação dos comunistas no continente. No Brasil, desenvolveu-se a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento,

gerida pela Escola Superior de Guerra (ESG). As manifestações sociais não eram vistas com bons olhos por eles, consideradas sinais de avanço da ameaça comunista. Assim, justificando que iam salvaguardar a democracia e contando com o apoio de setores conservadores civis, da burguesia, da classe média e de grandes veículos de comunicação, passaram a tramarem um golpe contra o governo.

É importante destacar o papel de alguns partidos políticos nesta trama. A UDN e alguns partidos minoritários de centro-direita, como o PSP (Partido Social Progressista) de Adhemar de Barros, uniram-se em torno dos militares. A UDN defendia posturas liberais e era contrária a intervenção estatal na economia (MOTTA, 1999, p. 94). A classe média, além de seu conservadorismo, viu no projeto político dos udenistas uma oportunidade de satisfazer seus interesses econômicos e políticos e apoiou-se neles. Queria um modelo de desenvolvimento econômico que viabilizasse uma abertura maior do Brasil para o mercado e investimentos internacionais. Além disso, a UDN apresentavam nos seus programas, nas campanhas eleitorais, a defesa da democracia representativa, apresentada como capaz de assegurar o desenvolvimento econômico em função do bem-estar da população.

O marechal Castelo Branco, ao assumir a presidência, expurgou políticos que eram vistos como uma ameaça ao movimento que implantou o regime. Nesta perspectiva, o governo fez uma depuração política em todo país. Começou afastando da vida pública todos os políticos progressistas mais atuantes, muitos ligados ao PTB e PSD. Também foram perseguidos diversos líderes políticos e sindicais, não raros sob a acusação de serem comunistas. Muitos tiveram seus direitos políticos e sindicais cassados. Passou-se a desmobilizar também os movimentos sociais autônomos.

Os líderes civis que apoiaram o golpe também foram gradativamente perdendo espaço nas decisões políticas no novo regime até terem seus direitos políticos cassados. Foi o caso de Juscelino Kubistchek e de Carlos Lacerda. Para Napolitano (1998, p.14), mesmo as lideranças militares mais diretamente ligados às tropas “não eram muito bem vistas pelos estrategistas do novo regime”. Também nessa linha, Alves (1984, p. 64) diz que as Forças Armadas, no primeiro ano do regime, procuraram eliminar “todo o pessoal militar que estivera associado ao governo anterior e estabelecer a predominância da Escola Superior de Guerra (ESG) e a

---

formulada pela Escola Superior de Guerra. Alves (1984, p. 34) a define como um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informação e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódico”.

extrema direita”. E afirma, ainda, “foi necessário eliminar militares democratas e nacionalistas que poderiam opor-se à política de intensificação da repressão declarada e de favorecimento das corporações multinacionais” (ALVES, 1984, p. 64).

Embora houvesse essas cassações e fechava-se o cerco para os partidos oposicionistas, o governo decidiu manter o calendário eleitoral. O calendário previa eleições majoritárias em onze estados da federação, entre eles alguns considerados importantes, como Minas Gerais, Guanabara e Santa Catarina. Foram vitoriosos nos estados de Guanabara e Minas Gerais, respectivamente, os candidatos Negrão de Lima e Israel Pinheiro, ambos aliados e apoiados por Juscelino Kubistchek e eleitos pela coligação PTB-PSD. Ficava evidente que a força política da coligação não fora abalada pela intervenção militar, sobretudo nos grandes centros urbanos. Além disso, o ex-presidente Juscelino Kubistchek “demonstrou sua forte influência eleitoral, embora ele mesmo tivesse privado de seus direitos políticos por dez anos e não pudesse concorrer a cargos eletivos” (ALVES, 1984, p. 89). A ala mais radical do regime, a chamada linha-dura, via com preocupação a derrota do governo nos principais estados do país e passou a pressionar Castelo Branco para endurecer ainda mais a repressão política.<sup>29</sup> Segundo Alves (1984), tentando agradar essa ala, o governo fez um acordo prévio com os governadores eleitos, no qual o governo federal garantir-lhes-ia a posse desde que cedessem a ele a indicação dos futuros ocupantes das Secretarias de Segurança dos estados. Na perspectiva do governo, a indicação era uma forma de controlar o poder dos novos governadores, pois lhes tirava- a possibilidade de resistência pelo aparato militar.

O quadro político foi agravado quando o governo levou para apreciação do Congresso uma emenda constitucional que enfraquecia o Judiciário e limitava os poderes do Legislativo. Vendo que os senadores e deputados receavam em não aprovar a emenda, porque estariam limitando os próprios poderes, o governo procurou um meio de evitar a derrota, caso isso viesse acontecer, perderia apoio significativo da ala mais radical do regime (ALVES, 1984, p. 90).

Os estrategistas de Castelo Branco perceberam a fragilidade da base do governo no Congresso e passaram a discutir com o presidente a implementação de um decreto presidencial para impedir a derrota iminente. Assim, não esperando mais a decisão do

---

<sup>29</sup> Para Alves (1984) os integrantes da coalizão que derrubou João Goulart e implantou o regime civil-militar não eram homogêneos. Desde o início do movimento viu-se uma forte polarização entre aqueles que giravam em torno do marechal Castelo Branco, considerados da linha mais moderada e aqueles que defendiam um controle maior para o sistema político, os chamados linha-dura, reunidos em torno de Costa e Silva. Enquanto os primeiros pensavam em devolver, futuramente, o poder de volta aos civis, os outros queriam uma revolução permanente. Os linha-dura se fortaleciam em momentos de impasses políticos.

Congresso, o Governo Castelo Branco impôs o Ato Institucional nº 2. O AI 2, como ficou conhecido, que entre outras coisas, limitava o poder do Congresso, dava grandes poderes ao Executivo e permitia o controle do Judiciário<sup>30</sup>. No artigo nº 18, o Ato extinguiu todos os partidos políticos existentes e estabelecia que novos partidos fossem constituídos pelas regras fixadas no Estatuto dos Partidos, criado em junho de 1965. A regulamentação desses partidos seria feita por Atos Complementares a serem decretados. Essa medida foi a forma encontrada pelo governo para barrar o crescimento dos partidos da oposição, sobretudo o PTB e PSD – para alguns autores, o Ato foi uma resposta do governo à eleição dos novos governadores de Minas Gerais e da Guanabara – e, além disso, contentar a ala radical do regime. Desta maneira, chegava-se ao fim o pluripartidarismo no Brasil.

## **2.2. A criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**

O Ato Institucional nº 2 não estabelecia normas para a criação das novas agremiações partidárias, o que só veio acontecer com o Ato Complementar nº 4. Ele estabelecia uma fórmula rígida para a formulação dos novos partidos. Exigia que estes deveriam ser criados em até 45 dias, após a promulgação do ato, ou seja, num curto período de tempo. Além disso, exigia que cada novo partido deveria ser composto, no mínimo, por 120 deputados e 20 senadores. Pela quantidade de parlamentares, havia a possibilidade de se formarem três partidos, mas se formaram apenas dois. O governo buscou formar um partido que lhe desse sustentabilidade no Congresso, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Consentiu que se criasse um partido de oposição, que enfrentou muitas dificuldades em sua formação. Primeiro, porque não conseguia número suficiente de parlamentares para ser criado, como exigia a lei. Alguns senadores receavam que uma eventual filiação a esse partido poderia acarretar represálias futuras por parte do regime. Os opositores “tiveram assim que suportar a constrangedora situação de ver o presidente Castello Branco intercedendo junto a um Senador para convencê-lo a juntar-se ao MDB” (MOTTA, 1996, p. 204). Porém, depois de muitas negociações, feitas até mesmo pelo governo, por razões já esclarecidas, foi formado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que contava com 148 deputados federais e 22 senadores.

---

<sup>30</sup> Os Atos Institucionais passaram a ser a base legal para o Executivo manter o controle da sociedade e dos poderes públicos. Para Alves (1984), o regime repassava a ideia de que a legitimidade do governo (apresentado como revolucionário) não vinha do Congresso, mas do Poder Constituinte. Segundo a autora, “já no preâmbulo do primeiro Ato Institucional define-se a autoridade como decorrente não do povo, mas do exercício de facto do poder” (ALVES, 1984, p. 54).

Sobre a composição e atuação do MDB, Motta (1996) faz uma reflexão interessante. Observa que o partido nasceu de cima para baixo, foi “criado de dentro do Parlamento para fora, por força do arbítrio do regime” (MOTTA, 1996, p. 204). Assim, nasce sem bases no seio da sociedade.<sup>31</sup> Só após ser estabelecido no Parlamento é que foi em busca de apoio social. Outra observação do autor é sobre a fachada democrática criada pelo regime ao permitir o funcionamento dos partidos políticos, inclusive o de oposição. Queriam os militares, na visão do autor, “distinguir-se das ditaduras e ‘republicuetas’ tão comuns na América” (MOTTA, 1996, p. 203). Ainda observa que, ao trazer a oposição para dentro do campo institucional, o regime facilitava o controle dela, pois agregava diversas agremiações oposicionistas anteriores em apenas uma. Em suas palavras, “os detentores do poder decidiram-se pela criação de um sistema bipartidário, cabendo às heterogêneas forças oposicionistas o desafio de se acomodarem todas na mesma agremiação” (MOTTA, 1996, p. 203).

Quanto à sua composição, o MDB recebeu o maior número de parlamentares oriundos do PTB e PSD, portanto, foram os valores e práticas desses partidos que mais influenciaram nas tomadas de decisões futuras do novo partido e em seu caráter político-ideológico. A composição de parlamentares emedebistas no Senado ficou da seguinte forma: oriundos do PTB - 13 senadores; do PSD - 6 senadores; do PTN, PSB e do PL um senador de cada, totalizando 22 senadores. Já na Câmara Federal, 75 deputados federais eram oriundos do PTB; 44 do PSD; 10 da UDN; PDC e PTN, 5 de cada; do PSP, 4; do PSB e do PRT, 2 de cada; do PST, 1. Percebe-se que os dois maiores partidos, o PTB e o PSD, juntos correspondiam quase a totalidade dos parlamentares emedebistas.

Para Motta (1996), a estrutura político-ideológica do PTB e PSD serviu de apoio para a construção do caráter ideológico do MDB. Além disso, algumas conquistas e ações do partido também podem ser explicadas a partir desse aspecto, como o fato de a base eleitoral do partido ser majoritariamente urbana e de ter um caráter conciliatório com o governo em diversas ocasiões. Vejamos mais detalhadamente o que, para Motta (1996), cada um desses dois partidos legou ao MDB.

O PTB, segundo o autor, tinha como uma de suas características um perfil reformista, que lhe deu maior alcance no meio social durante seu período de funcionamento. Esse perfil, no entanto, é fruto de uma maior aproximação com adeptos das doutrinas de esquerda e de

---

<sup>31</sup> A mesma observação é feita ao partido do governo, a ARENA.

possuir, em seio, membros de outros partidos, como do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os quais, impedidos de participar da política partidária por essa sigla, viram no PTB uma opção possível. Motta (1996) lembra que, inicialmente, o PTB foi formado por burocratas do governo Vargas, sobretudo aqueles ligados ao Ministério do Trabalho e herdou com isso certo perfil fisiológico. Ressalta, ainda, que muitas discussões internas existiam entre as duas alas, ou seja, entre os fisiológicos e os reformistas. Observemos que o partido liderava a bancada progressista no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Nacionalista, que lutava pelas reformas sociais e possuía uma base eleitoral bastante significativa nos grandes centros urbanos. Na Câmara dos Deputados, na legislatura de 1958-1962, representava 20,2% do total de deputados, expressão do crescimento de 12,3% em comparação ao início dos anos 1950. Era o partido que tinha o segundo maior número de deputados na Câmara Federal.

As contradições e divisões internas do PTB também devem ser levadas em consideração, pois tiveram certa influência no futuro do MDB. Neste sentido, Motta (1996, p. 207) afirma:

O PTB que compunha majoritariamente o MDB não era dominado pela ala favorável às reformas de base e às reivindicações populares. E nem poderia ser de outro modo, uma vez que a onda de cassações pós-64 atingiu basicamente os políticos ligados às propostas reformistas. De fato, a ala mais à esquerda do PTB e a própria esquerda de um modo geral foram bastante enfraquecidas e esvaziadas com a derrota sofrida em 1964. Isso, obviamente, comprometeu sua capacidade de atuar e influir politicamente.

Embora em meio a cassações políticas, os grupos reformistas do PTB conseguiram deixar sua marca no MDB, pressionando o partido para colocar na agenda possíveis reformas. A influência pôde ser percebida na formulação de seu programa partidário, onde foram inseridas temáticas como reformas sociais e o nacionalismo. Outro legado do PTB foi a apropriação pelo MDB da ampla base eleitoral urbana que aquele partido possuía. O fato fica evidente a partir das eleições de 1974, quando o MDB consegue uma grande vitória sobre o partido do governo, especialmente no Senado. Os votos que levaram ao aumento de sua representatividade no Congresso provieram, sobretudo, dos grandes centros urbanos, áreas que anteriormente eram redutos eleitorais da coligação PTB-PSD.<sup>32</sup>

Quanto ao PSD, o autor é de opinião que esse partido propiciou ao MDB a habilidade política de negociação e de moderação, em momentos cruciais. Para ele, os ex-pessedistas

---

<sup>32</sup> Cabe aqui ressaltar que essa correspondência do eleitorado não foi imediata. Diversos motivos – como a desarticulação do partido nos anos iniciais e a desconfiança do eleitorado num sistema partidário imposto – agiram como barreiras para que o partido não obtivesse vitória. Além das perdas de principais referências, dirigentes, pois muitos foram exiliados.

foram importantes para a definição dos rumos e da atuação do MDB. Ressaltamos que o PSD era um partido cujos membros eram representantes dos setores conservadores rurais, e caracterizado pelo caráter pragmático. Esse pragmatismo dava a habilidade na hora das negociações com líderes de diferentes ideologias. Essa característica pessedista foi transferida para o MDB. A esse respeito, Motta (1996, p. 207) diz que:

A matriz pessedista contribuía para dar um tom mais moderado à atuação oposicionista, através de uma predisposição para a conciliação que irritava os membros mais radicais do MDB. Todavia, em diversos momentos, particularmente quando o autoritarismo se fez sentir com mais força, a experiência e moderação dos ex-pessedistas foram cruciais para manter a frente oposicionista e dar-lhe um rumo consequente.

Ressaltadas as heranças trazidas para o MDB pelos parlamentares que o integraram, Motta (1996) também observa que, ao longo dos anos da ditadura, as influências dos antigos partidos perderam gradativamente espaço dentro do partido de oposição consentido pelos governos militares. Isso, porém, é explicado pela própria dinâmica do novo sistema partidário e a consolidação do próprio MDB, que criou com o passar do tempo um programa próprio, fruto das demandas que foram surgindo. Além disso, novos integrantes iam se filiando, sem nenhuma veiculação com partidos anteriores, em um movimento assim descrito por Motta (1996, p. 206):

Os dados demonstram uma tendência, no decorrer do tempo, de diminuição do peso do ex-PTB no interior do MDB. Se na formação do partido, em 1966, os trabalhistas compunham 50,6% dos deputados federais, em 1967 essa proporção baixava para 37,6%. Em 1971 os deputados emedebistas de origem petebista correspondiam a 37,2% do total; em 1975 caíram para 26,2% e em 1979 foram reduzidos a 19%. Essa redução, todavia, deveu-se ao declínio da influência dos antigos partidos de um modo geral, fruto da renovação nos quadros políticos. Em 1979, 76 deputados do MDB – 40% de um total de 189 – já não apresentavam vinculação partidária anterior.

É interessante ressaltar a dinâmica do partido em relação ao seu ofício como opositor. Como vimos, a princípio o partido quase não pôde ser formado. As vertentes ideológicas diferentes que nele se acoplaram, deixaram-no de início meio desarticulado, quase desacreditado no futuro. As consequências dessas mudanças foram logo sentidas não apenas internamente como também pelos setores sociais que não depositavam credibilidade em um sistema partidário artificialmente constituído, no qual os partidos não possuíam fortes bases sociais. O resultado da desarticulação do MDB, nos primeiros anos do regime militar, foi o baixo desempenho nas eleições de 1966, 1968 e 1970. Além disso, o novo regime instituiu

eleições indiretas para presidente da República, governador e prefeito das capitais numa clara tentativa de manter o controle do poder em todas as regiões.

O MDB enfrentou muitas dificuldades, entre elas não possuir o mesmo aparato que a ARENA, pois esta contava com o apoio da máquina estatal e se tornou o partido de maior representação no país. Nas eleições de 1966 para a Câmara dos Deputados, “a ARENA teve 50,5% dos votos contra 28,4% do MDB. Em 1970 foi pior ainda o desempenho oposicionista: 48,4% dos votos para a ARENA, contra 21,3% para o MDB” (MOTTA, 1999, p. 121). Tal resultado é fruto de uma vasta ação do regime para instituir o controle sobre as decisões políticas do país, com a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, entre outras medidas. A oposição era vigiada pelo governo e os deputados ou senadores mais aguerridos foram cassados e enviados ao exílio. Desta maneira, sobrava uma oposição fraca, sem forças para enfrentar o governo no Congresso Nacional e sem apoio social. O quadro a seguir mostra um aspecto da ação dos governos militares.

**Quadro 1.** CONTROLE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: EXPURGOS POR PERÍODO DE GOVERNO

Ramo do Governo	1964-1967 Castelo Branco	1967-1970 Costa e Silva Junta Militar	1970-1973 Médici	1974-1979 Geisel	TOTAL
Congresso Nacional	76	105	0	8	189
Assembleias Estaduais	100	178	10	2	290
Câmaras Municipais	11	36	0	2	49
Governadores	10	0	0	0	10
Prefeitos	27	30	0	0	57
TOTAL	224	349	10	12	595

**Fonte:** Reprodução do livro de ALVES, 1984, p. 134.

O maior número de cassações de políticos no exercício de mandatos está nos dois primeiros governos dos presidentes militares, período em que a institucionalização do regime estava sendo estabelecida. De 1970 a 1973, no Governo Médici, no auge do autoritarismo, só há expurgos em algumas Assembleias Legislativas. No Governo Geisel volta a haver expulsão de parlamentares em nível federal, porque o MDB já havia conquistado mais eleitores, haja visto os resultados favoráveis nas eleições de 1974, e o governo queria conter seu crescimento.



De dezembro de 1968 a outubro de 1969, o Congresso Nacional e sete Assembleias Legislativas estiveram fechados, impedidas de exercer suas funções. Durante esse período, “o Executivo promulgou 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-leis. Destinavam-se especificamente a institucionalizar o controle de instituições da sociedade civil” (ALVES, 1984, p. 142). Amparado na Doutrina de Segurança Nacional, com essas medidas legais, na prática, o regime criava um aparato de controle legal sobre a imprensa, estabelecendo a censura prévia, o controle dos órgãos e instituições de ensino (como as universidades) e cerceava a participação política da maioria dos cidadãos, sobretudo daqueles que lhes fossem contrários.

O controle do espaço político e a desarticulação da oposição deixaram o caminho favorável para a aprovação no Congresso das propostas de emendas constitucionais apresentadas pelo governo, facilitando a governabilidade. O regime intervinha na economia, sem pressões políticas. Entretanto, o alarde em torno do crescimento econômico alcançado no governo Médici, o chamado Milagre Brasileiro, buscou construir a imagem de que a Revolução de 1964 – como o regime militar intitulava o Golpe – havia mudado os rumos do país e que o Brasil estava próximo a se tornar uma potência econômica mundial. O crescimento da classe média, que ampliara sua capacidade de consumo com as políticas de venda a crédito, ajudava a mascarar a realidade do desenvolvimento econômico, feito com base no endividamento externo, no arrocho salarial da classe trabalhadora e na crescente concentração de renda. Uma grande parcela dos brasileiros continuava vivendo em situação de miséria e analfabetismo. Em meados dos anos 1970, o descontentamento com o regime recrudescera, resultando no crescimento da oposição.

### **2.3. O MDB e a sociedade civil lutam pelo fim do regime**

A situação política nacional até as eleições do ano de 1970 parecia ser de total favorecimento ao regime ditatorial e de poucas chances para a oposição conseguir se erguer, tanto que havia parlamentares oposicionistas desacreditados do seu partido e de uma possível reviravolta política.

No setor econômico, o período de 1968 a 1973 foi marcado por um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e de uma extensa propaganda do governo, que afirmava estar o país crescendo a uma taxa média de 10% ao ano. Este crescimento, às custas do arrocho salarial, do incentivo a investimentos estrangeiros no setor industrial e do consumo de bens

duráveis fez com que uma parcela crescente da classe média apoiasse o governo, o que lhe garantia uma certa base na sociedade (NAPOLITANO, 1998, p. 45).

Entretanto, depois de 1973 os rumos do país iriam mudar. O milagre econômico começava a mostrar suas contradições, fazendo ver o alto custo de vida que atingia a maioria mais pobre, a exploração do trabalhador e a inflação agravada pela crise internacional do petróleo (NAPOLITANO, 1998, p. 43). Com isso, a classe média começou a inquietar-se contra o regime. Na política, a partir daquele ano o MDB tentou uma estratégia mais ousada, visando desmascarar a falsa democracia existente no país. Aproveitando-se da proximidade das eleições indiretas que iriam escolher o presidente da República, o partido ousou criar uma campanha simbólica para presidência, tendo como candidato Ulisses Guimarães e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, concorrendo como presidente e vice, respectivamente. O objetivo era fazer a campanha nos antigos moldes da democracia instaurada em 1945, com apelo direto aos eleitores, como se eles pudessem votar e escolher o melhor candidato ao cargo. A campanha contagiou as camadas populares e foi inteiramente acompanhada pela imprensa. Os candidatos simbólicos percorreram o país, atraindo multidões em comícios e caminhadas. No final diziam que isso era apenas um ato simbólico e que os eleitores não poderiam votar neles porque o sistema de eleição para os principais cargos executivos no país era indireto. Com isso, o MDB pretendia mobilizar a população e trazer à tona a ilegitimidade do processo de escolha do chefe do Executivo nacional. A campanha simbólica teve “outra função fundamental: renovar esperanças e diminuir o medo e o isolamento paralisantes causados pela pressão” (ALVES, 1984, p. 180).

De fato, o partido da oposição não conseguia ganhar maioria no Congresso, era fraco, não contava com muitos recursos nem com o aparato da máquina pública e era visto com desconfiança pelos eleitores, que não acreditavam em um partido de oposição criado pelo governo, como já afirmamos. A anulação do voto era mais mobilizadora que o voto na oposição. Também faltava um contato mais direto do partido com a população a fim de repassar-lhes confiança ou um programa com um modelo político e social diferente do que estava vigente. A situação mudou a partir das eleições de 1974, não apenas por força da oposição, que embora começasse a mobilizar-se não possuía meios para suplantar o partido do governo. Pressionada, precisava de uma oportunidade para poder agir, uma ocasião qualquer para vencer o governo. A oportunidade veio com a reformulação das regras eleitorais daquele ano, que autorizou os candidatos a se expressarem nas propagandas eleitorais transmitidas pelas rádios e canais de televisão. O excesso de confiança do governo no aparato repressivo e

no apoio que ainda gozava, graças aos anos do milagre econômico, o governo julgava poder vencer as eleições legislativas que se aproximavam (ALVES, 1984, p. 187).

As campanhas eleitorais daquele ano foram acirradíssimas. Pela primeira vez, a oposição teve oportunidade de falar à nação em cadeias nacionais de rádio e televisão. E colocou-se, de forma mais combatente que os anos anteriores, contra as políticas do governo e o regime de autoritarismo. O MDB ganhou espaço, encorajando outros movimentos oposicionistas a também reagirem ao autoritarismo instalado no país desde 1964. Se seus integrantes foram vistos como fracos e submissos ao regime, procuravam passar uma imagem positiva do partido, com pessoas decididas e capazes de enfrentar o governo. A tática surtiu efeitos. Votar na oposição tornou-se sinônimo de colocar-se contra o regime. As eleições daquele ano tiveram um caráter mais plebiscitário do que propriamente de confiança na oposição (ALVES, 1984, p. 189).

O resultado das urnas surpreendeu governistas e oposicionistas. O MDB teve amplo crescimento na Câmara e, sobretudo, no Senado. O governo teria que negociar com a oposição para aprovar as medidas de seu interesse. De acordo com Alves (1984), a oposição conseguiu 59,3% dos votos destinados ao Senado, enquanto a ARENA obtivera 41%. Na Câmara dos Deputados, os governistas tiveram uma vitória apertada, com 51,9% dos votos contra 48% do MDB.<sup>33</sup>

A derrota do governo naquelas eleições levou-o a um contra-ataque. Algumas medidas foram tomadas para conter o crescimento da oposição e evitar que esta alcançasse maioria no Congresso. O governo Geisel – já compromissado com um processo lento e gradual de abertura política, de forma a não oferecer danos ao regime – agiu. De início, a denominada Lei Falcão modificou as regras da propaganda eleitoral por meio de rádio e televisão, que se limitaria a apresentar apenas o nome, o número e algumas informações dos candidatos. Além disso, houve um desequilíbrio entre as verbas para prefeituras comandadas pela oposição e aquelas controladas pela ARENA. Estudos do Serviço Nacional de Informações (SNI) informavam as regiões onde o MDB poderia alcançar maior votação: as regiões mais urbanizadas do eixo do sul e sudeste, enquanto o norte e o nordeste eram majoritariamente ARENA (ALVES, 1984, p. 192). Como os analfabetos eram impossibilitados de votar àquela

---

<sup>33</sup> Esses percentuais de votos divergem dos que foram apresentados por Motta (1999). Esse autor, com base em Kinzo (Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB. 1966-1979, São Paulo, Vértice, 1988, p. 73), afirma que, na Câmara dos Deputados, a ARENA teve 40,9% e o MDB 37,8% dos votos. Alves informa ter utilizado dados do Tribunal Superior Eleitoral, divulgados pelo Departamento de Imprensa Nacional.

época e nessas duas últimas regiões havia maiores índices de analfabetismo, foi inevitável a correlação entre analfabetismo e maior submissão do eleitorado ao controle das lideranças políticas.

Tendo em vista a derrota do governo nas eleições, aumentava a pressão da ala mais radical do regime (a chamada linha dura) sobre o governo Geisel. Para aplacá-la e seguir com o projeto de “distensão”, o governo apresentou ao Congresso Nacional a proposta da Emenda Constitucional nº 7, que visava basicamente uma reforma judiciária. A proposta sofreu oposição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pressionou o MDB para rejeitá-la. Após amplos debates no Congresso e sem haver consenso, os parlamentares a rejeitaram. Entretanto, utilizando os poderes que o AI 5 lhe conferia, o Executivo fechou o Congresso Nacional e assinou-a, como também a Emenda Constitucional nº 8, que determinava um conjunto de medidas alterando as regras eleitorais vigentes. Entre essas estava a criação dos senadores biônicos. Como a cada eleição eram renovados 1/3 do Senado, apenas um senador seria eleito por voto popular direto, sendo o outro por via indireta, visando barrar o crescimento da oposição naquela casa legislativa.

Outro dispositivo da Emenda Constitucional nº 8 alterou os números da representação por estado na Câmara dos Deputados. Até então o percentual de representação era em proporção ao número de eleitores registrados, conseqüentemente, de pessoas alfabetizadas. Isso favorecia os estados do sul e sudeste, que tinham maiores índices de alfabetizados e onde a oposição obtinha vitória. Com a nova emenda, a representação passava a ser proporcional ao número da população total do estado, incluindo os analfabetos, que não votavam. A medida aumentava as representações dos estados do norte e nordeste, onde a ARENA obtinha maiores vitórias. Assim, o governo procurava assegurar maioria também na Câmara.

Nas eleições de 1976 foram postas em prática as novas regras e o resultado deu vantagem ao governo, porém, menor que o desejado pelos militares. Mas a ARENA enfrentava uma oposição mais c e uma combativa crescente mobilização social em prol dos direitos humanos, da abertura política e da democratização. O fim do milagre econômico deixava os índices da inflação cada vez maiores e fizeram com que os setores médios da sociedade e mesmo os grandes empresários não mais confiassem no modelo de desenvolvimento econômico do regime civil-militar e, conseqüentemente, retirassem-lhe o apoio.

A partir dos anos 1970, a sociedade civil passou a se mobilizar e mostrar descontentamento com o governo. A inflação começava a solapar os brasileiros e a classe

média inquietou-se. Afloravam nas ruas diversos movimentos que visavam chamar atenção do governo para o alto custo de vida, entre eles, o Movimento do Custo de Vida (MCV) que ganhou visibilidade nacional<sup>34</sup>

Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, onde participava mãe de desaparecidos, presos políticos e de exilados, exigindo anistia aos últimos e a localização dos primeiros (HABERT, 1992, p. 54). Com o relaxamento da censura, devido ao processo de abertura política, a imprensa passou a denunciar casos de violação dos direitos humanos. A Igreja Católica também passou a se manifestar contra a tortura de opositores ao governo. Em 1978, a Igreja Católica juntamente com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e diversos movimentos sociais em favor da anistia, fundaram o Comitê Brasileiro pela Anistia, no Rio de Janeiro e que se espalhou por diversos estados em torno da bandeira “anistia ampla, geral e irrestrita”, passando a ser incluída nas plataformas de todos os movimentos sociais (HABERT, 1992, 53).

Já no final da década, a classe operária, sobretudo dos grandes centros urbanos, passava a ser mais atuante e, organizada em sindicatos, decretava greves gerais que chamaram atenção em todo o país. Foram exatamente os operários das chamadas indústrias de ponta, como os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de São Paulo, que encabeçaram os movimentos grevistas nessas regiões, a partir de 1978 (HABERT, 1992, 57). Os operários lutavam por seus empregos, pressionando as empresas a não demissão em massa, além de lutarem pela democratização no ambiente de trabalho (ALVES, 1984, p. 267). Todo esse movimento politizou rapidamente os trabalhadores e foi a base para parcelas significativas deles vissem a necessidade de se construir um partido político próprio e uma central única para unificar suas lutas (HABERT, 1992, p. 63). Nessa perspectiva, nasceram o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

O governo, para assegurar-se no controle político, criou em 1979 uma nova estratégia para desarticular a oposição. Em 1965, a estratégia do regime era reduzir as diversas correntes de oposição a apenas uma, para melhor controlá-la. Em 1979, porém, fez o contrário: dividiu a oposição para enfraquecê-la. Foi com essa estratégia que o governo pôs fim ao bipartidarismo no país. Tentava reavivar as divergências ideológicas e partidárias anteriores a 1964 e que, durante a luta contra o regime, ficaram amenizadas. Esperava manter o controle sobre os novos partidos políticos, seja por cooptação, seja por outros meios de submetê-los.

---

<sup>34</sup> Posteriormente este movimento teve seu nome mudado para Movimento Contra a Carestia.

Assim, em 1979 foram criados cinco partidos: o Partido Social Democrático (PDS), da base do governo, substituía a antiga ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi o herdeiro direto do antigo MDB; o Partido dos Trabalhadores (PT); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Ivete Vargas e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo esquerdista e um dos maiores herdeiros do varguismo, Leonel Brizola. Este partido é resultado da cisão dentro PTB. O uso da letra P na frente de cada sigla foi mais uma estratégia do regime para confundir o eleitor na hora do voto, pois muitos já votavam no MDB. Acostumados apenas com dois partidos, era fácil diferenciar o partido do governo e o da oposição pelas siglas. Com mais partidos e todos obrigatoriamente começando com a letra P, um eleitor desatento poderia se confundir. Os governistas acreditavam que isso os ajudaria a barrar o crescimento do antigo MDB.

O governo também agiu para desafogar-se das pressões sociais e políticas no que diz respeito à anistia a presos por opiniões contrárias ao regime. Em 1978, o grupo que clamava por anistia havia crescido vertiginosamente e não podia ser ignorado. Deste modo, em negociações, governo e oposição chegaram a um acordo. A oposição perdia no ponto em que presos considerados perigosos pela Doutrina de Segurança Nacional não puderam ser liberados e não estava encerrada a possibilidade de acontecerem novas prisões por motivos políticos. E também porque os casos de torturas cometidas aos presos políticos não seriam investigados. Essa era distensão permitida pelos militares, fazendo uma abertura controlada, gradual e segura. Mas o que se via era um regime que já não conseguia controlar a sociedade com o aparato institucional e repressivo que ele mesmo criara. Estava perdendo forças na arena política e no apoio da sociedade.

No final da década de 1970, as oposições estavam cada vez mais fortalecidas. O PMDB era o partido que mais crescia no país. Após a eleição de 1982, ganha corpo a transição para o regime democrático. A corrosão do regime era crescente e o governo perdia espaço. O PDS, partido governista, enfrentava disputas internas, que levaram sua ala mais liberal a romper e juntar-se à grupos da oposição, criando um novo partido, o PFL (Partido da Frente Liberal), deixando o governo cada vez mais enfraquecido.

Aproximava-se o fim do governo de João Figueiredo, o último presidente do regime militar. Entre 1983 e 1984, a mobilização pela volta de eleições diretas para presidente da República contagiou o país, envolvendo e atraindo milhares de brasileiros. Mas a emenda constitucional que a propunha não foi aprovada. Acordos entre o PMDB e outros partidos da oposição com dissidentes do PSD possibilitaram a formação da Aliança Liberal (esses

dissidentes constituiriam o PFL – Partido da Frente Liberal), garantindo a maioria no colégio eleitoral que escolheu o novo governante do país. Paulo Maluf, candidato governista à presidência, foi derrotado, sendo eleito como presidente Tancredo Neves (PMDB) e como vice José Sarney (um dissidente do regime, ex-integrante da ARENA e do PSD, de onde saíra para filiar-se ao PMDB, no calor das disputas desse processo eleitoral). Chegava ao fim um período visto por muitos analistas como de obscuridade na política brasileira, que durou mais de vinte anos. As esperanças nacionais foram depositadas no novo governo, a quem cabia: encaminhar o país para a consolidação da democracia, combater a inflação cada vez mais galopante, restituir direitos dos brasileiros perdidos durante a ditadura e encaminhar uma Assembleia Constituinte. Mas o presidente eleito não chegou a ser empossado, vitimado por uma enfermidade. Coube ao PMDB, através de José Sarney, a responsabilidade de direcionar o país rumo à democracia.

#### **2.4. O MDB e seu fraco desempenho nas urnas em Caxias**

Após a adoção do bipartidarismo, em 1967, a maioria dos vereadores caxienses e dos políticos locais filiou-se à ARENA. Aluizio Lobo, que gozava da confiança dos governos federal e estadual, tornou-se o líder da seção local do partido. A ARENA configurava-se como um partido de elite, dos conservadores, das famílias tradicionais, tanto as urbanas (empresariais), quanto as rurais (as grandes proprietárias de terras) do município<sup>35</sup>

Enquanto isso, a formação do MDB foi modesta e de pouco apreço entre as camadas sociais mais elevadas. Seus filiados eram de pouca expressividade na política local, alguns nem mesmo tinham experiência em concorrer a cargos públicos. Em geral, eram pessoas da classe média da cidade: professores, profissionais liberais, pequenos comerciantes, fotógrafos, entre outros. Depois, alguns emedebistas conseguiram alcançar destaque no cenário municipal, como João Afonso Bastos (Barata) e José Brandão que se elegeram para a

---

<sup>35</sup> Dentre elas, destacam-se as famílias Silva e Castro, que mantinham entre si grande rivalidade econômica e, depois, política. Aluizio Lobo contava com o apoio irrestrito da família Silva, devido à aliança que tinha com Alexandre Costa, cuja irmã era a matriarca da família Silva. Os Castro resolveram ingressar na política partidária com candidatos próprios, o que motivou a criação de uma sublegenda da ARENA, em Caxias. Esta era uma estratégia dos militares para manter no partido do governo facções políticas distintas no âmbito dos municípios. O apoio político de uma dessas famílias era importante para quem quisesse conseguir expressivo número de votos no município. Elas controlavam, por meio de alianças com outras famílias influentes, boa parte do eleitorado caxiense. Muitos empresários utilizavam sua influência e autoridade entre seus operários e funcionários, aliciando-os a votarem nos candidatos que apoiavam. Isso é expresso pelo patriarca da família Silva (Alderico Silva), em artigo no jornal de sua propriedade, alardeando que os candidatos apoiados por ele, nas eleições de 1970, haviam conseguido alcançar expressiva votação no município e esclarecendo como agira para isso.

Assembleia Legislativa pelo partido. João Bastos era de uma de família de comerciantes, bastante conhecida no município. Ganhou projeção na vida pública, elegeu-se vereador e deputado estadual.<sup>36</sup> Durante sua atuação na Câmara Municipal demonstrou ser moderado no trato com os opositores locais e em relação ao governo estadual. Do mesmo modo agiu José Brandão, líder do MDB no município. Se tal posicionamento era fruto da natureza do temperamento de ambos ou das contingências políticas que amordaçavam e continham o ânimo dos opositores é algo que não chegamos a investigar. Provavelmente resultava de uma mescla dos dois fatores.

Após a subdivisão da ARENA em duas sublegendas (Arena I e Arena II), em Caxias, logo se viu que a medida oferecia vantagens aos governistas e prejudicava a oposição<sup>37</sup>. O MDB se tornou quase inexpressivo no município. Os candidatos da ARENA contavam com meios de transporte, às vezes públicos, para ir aos mais longínquos locais da zona rural do município, estabelecendo contatos com eleitores e fortalecendo laços com as pessoas proeminentes das localidades. Os dois grupos arenistas tinham recursos para fazer uma boa divulgação política, fortalecendo os nomes de seus candidatos, pois podiam torná-los mais conhecidos dos eleitores. Esse procedimento era comum no restante do país, devido ao partido governista contar com a máquina pública, recursos financeiros oriundos do Estado e um quadro de políticos de carreira, reconhecidos, com ligações com empresários. Tinha, portanto, um capital político e financeiro que lhe permitia estar à frente do MDB. Este, “conduziu grande parte de sua campanha no interior literalmente sobre o lombo de burros ou a pé” (ALVES, 1984, p. 191).

As duas alas arenistas ganharam protagonismo na política local, redirecionando a disputa partidária em relação aos primeiros anos de governo militar. Entre a criação do bipartidarismo, em 1965, até 1971, embora a ARENA estivesse em posição de vantagem, ainda havia certa competição entre governo e oposição, ou seja, ARENA x MDB. A partir de 1971, quando a ARENA II se consolidou com forte arsenal econômico, o partido monopolizou as disputas locais. O protagonismo na disputa eleitoral local ficou entre ARENA I e ARENA II. O partido governista se permitia fazer-se governo e oposição ao mesmo tempo.

---

<sup>36</sup> O referido político foi vereador por três legislaturas consecutivas, entre 1966 e 1976. Foi secretário do MDB e deputado estadual (1979-1983).

<sup>37</sup> O sistema de sublegenda era permitido pela legislação partidária da época, pensada para agregar as facções rivais que apoiavam o regime militar. Para Mendes Neto (2013, p. 18), importado do Uruguai, o sistema de sublegenda foi mais um fruto da engenhosidade do regime civil-militar brasileiro, a fim de conter descontentamentos e manter a política sob controle, o que “possibilitou à ARENA eleger o maior número de prefeitos e garantiu maioria no Congresso Nacional”.



Sobrava ao MDB um papel quase que invisível diante daqueles dois rivais, que disputavam o poder. Com poucos recursos e baixa popularidade no município e no estado, a legenda sobrevivia a duras penas.<sup>38</sup>

A partir de 1973, o MDB nacional reagiu ao medo implantado pelo regime desde 1964, lançando a candidatura simbólica de Ulisses Guimarães para presidente da República, demonstrando “a defasagem entre a linguagem da democracia e a realidade do controle político”, que imperava no país, e acabou por marcar “o início da fase de efetiva atuação oposicionista do partido de oposição oficialmente reconhecido” (ALVES, 1984, p. 180-181). Esse entusiasmo emedebista em nível nacional não trouxe mudanças significativas para seus partidários, em Caxias. Enquanto o MDB nacional dava sinais de crescimento, no município teve uma das menores representações desde sua criação. Em 1976, a situação do MDB caxiense era bastante crítica a ponto de pensarem em fechar o diretório municipal. Se nas eleições de 1972, conseguira três das onze cadeiras da Câmara de Vereadores, esse número decresceu na eleição seguinte, como podemos ver na tabela a seguir.

**Tabela 1.** Histórico da representação do MDB na Câmara Municipal de Caxias (1970 -1982)

LEGISLATURA	REPRESENTAÇÃO
1970/72	3
1973/76	3
1977/82	1

**Fonte:** Câmara Municipal de Caxias: Livros de atas da Câmara

A tabela demonstra que o partido da oposição sofreu uma queda de 2 (dois) vereadores em 1976, em comparação com as duas eleições anteriores. Podemos atribuir essa queda: aos baixos recursos financeiros do partido, e com isso, poucas chances de manter uma campanha de maior notoriedade. Além disso, haviam o controle da máquina administrativa pelos grupos arenistas e a coerção dos militares.

<sup>38</sup> Mesmo com a criação do fundo partidário em 1965, os recursos que o MDB recebia eram irrisórios. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos estabelecia a forma de distribuição de recursos entre os partidos e dentro dos próprios partidos. Internamente o “diretório nacional deveria redistribuir no mínimo 80% aos diretórios estaduais, proporcionalmente ao número de representantes nas Assembleias Legislativas; os diretórios estaduais, por sua vez, deveriam redistribuir 60% aos diretórios municipais, proporcionalmente ao número de legendas federais que o partido tenha obtido na eleição anterior em cada município” (BRAGA; BOURDOUKAN, 2009, p.119). O MDB, porque tinha baixa representação, ficava com a menor parte dos recursos.

Porém, um elemento da conjuntura política nacional também pode ter contribuído para a queda do MDB caxiense. O crescimento nacional do partido em 1974, com sérios danos ao governo e grandes possibilidades de que conseguisse novas vitórias nas eleições municipais de 1976 levaram o governo a vê-lo como uma ameaça real ao regime. Para conter-lhe o crescimento, o regime utilizou-se de atos intimidatórios, como o fechamento do Congresso Nacional, expurgos políticos e, em algumas regiões, demonstração de força do aparato repressivo e mudanças nas leis eleitorais. No pleito de 1976, em Caxias, o regime exibiu seu poderio militar como um aviso claro de que não aceitaria derrotas. Poucas semanas antes das eleições, a população acordou com a cidade sitiada por tropas do Exército, causando pânico e medo entre os populares. O episódio foi bastante explorado de forma detalhada no jornal *O Pioneiro*. Os candidatos oposicionistas ficaram em alerta, com temor de enfrentarem o regime de maneira mais ostensiva. Em declaração intimidadora, o então governador do Maranhão, Osvaldo Nunes Freire, afirmava que “as manobras” – como essa ação militar era apresentada – eram para “advertir aos menos avisados de que a Revolução está sempre atenta e as autoridades contarão com o apoio e proteção nas horas necessárias” (O PIONEIRO, 31 out, 1976). Ou seja, o governador deixava claro que o regime poderia usar de métodos coercitivos para garantir a vitória arenista.

O resultado das eleições foi devastador para os oposicionistas. Os arenistas festejaram-no propagando: “quem saiu fortalecido foi o partido da revolução, tendo as duas alas desmoronado o MDB em Caxias” (O PIONEIRO, 24 nov. 1976). A ARENA saíra fortalecida em todo o território maranhense. Segundo esse jornal caxiense, entre os prefeitos eleitos no Maranhão, 119 eram da ARENA, enquanto o MDB obtivera apenas nove. Em São Luís, a ARENA conseguira 11 cadeiras na Câmara de Vereadores e o MDB obteve cinco. Em Caxias, a representação ficou como mostra a tabela a seguir, com a ARENA somando 90% das cadeiras da Câmara Municipal.

**Tabela 2.** Representação na Câmara Municipal de Caxias/partidos (1977-1982)

<b>PARTIDO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
ARENA I	36%
ARENA II	54%
MDB	10%

**Fonte:** Câmara Municipal de Caxias: Livros de atas da Câmara

A oposição parecia mergulhar numa situação catastrófica, sem perspectivas para o reerguimento. A cada eleição se concretizava o domínio dos governistas, especialmente de Alexandre Costa e Aluizio Lobo, pois este novamente vencera o pleito para prefeito. Em 1977, toda a diretoria do MDB deixou seus postos, sobrando poucos combatentes no partido, levando o jornal situacionista a divulgar o fato numa matéria com o título: “Extinção do Diretório Municipal do MDB” (O PIONEIRO, 9 nov. 1977). A solução para o MDB local era conviver com essa realidade até que outras circunstâncias lhes permitissem revertê-la.<sup>39</sup>

Com o quadro político de total favorecimento à ARENA, o desenrolar das disputas partidárias em Caxias até os anos oitenta foi de uma alternância de poder entre ARENA I e ARENA II, depois substituídos por PDS I e PDS II, sem nenhuma oportunidade de a oposição alcançar o executivo municipal, nem mesmo obter um número considerável de representantes na Câmara de vereadores. Esta estrutura perdurou por vinte anos, sendo anos de dominação política das duas facções arenistas, capitaneadas por Aluizio Lobo, na ARENA I e pela família Castro, na ARENA II, subsidiadas pelos governos federal (na mão dos militares) e estadual. A sustentação política dos dois grupos vinha de cima para baixo e entrelaçava-se aos interesses do grupo dominante no Maranhão a partir de 1966, comandado pelo governador e, depois, senador José Sarney. Os mandatários locais se fortaleciam à medida que os novos dominantes do estado se firmavam no poder.

**Quadro 2.** Alternância de poder em Caxias: lista de prefeitos entre 1965 a 1982 e seus respectivos partidos

ANO	PREFEITO	PARTIDO
1965	Aluizio de Abreu Lobo	PSD/ARENA
1969	Marcelo Tadeu Assunção	ARENA I
1972	José Ferreira de Castro	ARENA II
1976	Aluizio de Abreu Lobo	ARENA I
1982	José Ferreira de Castro	ARENAILI/ PDS II

**Fonte:** Câmara Municipal de Caxias: extraído do livro *Caxias das Aldeias Altas*

<sup>39</sup> Compreendemos que a falta de uma mobilização por parte da sociedade civil caxiense contra a ditadura pode ter dificultado o encorajamento do partido oposicionista, que sem respaldo popular, temia enfrentar com mais agressividade o grupo governista. Se a partir dos anos 1970, boa parte da população do país, nos grandes centros urbanos, começava a despertar e lutar pela volta da democracia, a sociedade caxiense parecia viver na inércia. Não obtivemos nenhum registro ou informação de que houvesse no município algum tipo de movimento que exigisse o retorno da democracia. Por outro lado, a falta de contato maior do partido com a população e a própria atuação dos opositores moderados, maioria no partido, pode ter contribuído para isso. A situação, porém, mudou nos anos 1980.

O quadro mostra como se delineou, desde o começo dos governos militares a competição partidária em Caxias no interior do partido governista (ARENA/PDS), dividido nas duas facções rivais. As condições econômicas, históricas e populacionais tornavam o município, até então o terceiro maior colégio eleitoral do Maranhão, um espaço político estratégico para o governo do estado. Uma eventual subida da oposição ao poder local seria um desgaste do governo estadual diante dos militares, que confiavam aos governadores (todos do seu partido - ARENA/PDS) o zelo pelo controle político, principalmente nas cidades com maior representatividade eleitoral.

## **2.5. As condições sociais dos caxienses nos anos 1980**

Nos últimos anos do regime militar em Caxias, o quadro social do município estava em constante transformação. O município começava a enfrentar problemas que antes não eram sentido pela população urbana que crescia rapidamente. A administração de Aluízio Lobo, com intenção de remodelar o espaço urbano, passou a abrir novas áreas que se tornaram propícias para a habitação, transformando espaços, antes dominado pela vegetação natural, em espaço de habitação humana. Muitos terrenos, porém, que eram de propriedade da prefeitura e que a administração prometia entregar a quem não possuía um local para construir suas casas, passaram para as mãos de poucos privilegiados. Com a abertura de novos bairros, o espaço urbano se ampliou e logo receberia um contingente muito maior de pessoas vindas da zona rural.

A criação desses bairros também não foi acompanhada de uma adequada rede de saneamento básico e, em muitos locais, os moradores acionavam a imprensa para denunciar a falta de uma rede conveniente de esgoto e a crescente onda de criminalidade. De fato, o número de casos de homicídios e de roubos divulgados pelos principais veículos de imprensa da região, na década de 1980, teve um aumento significativo se comparado com as duas décadas anteriores. A cada manchete negativa nos jornais, a população se sentia mais insatisfeita com os gestores municipais. Logo no início da década, a população ficou chocada com o assassinato de um renomado médico, Dr. João Viana, às margens do Rio Itapecuru. Além de relatos de assassinatos, casos de estupro e denúncias contra pessoas abastadas e influentes na administração municipal começavam a aparecer nos jornais. O aumento no número de desempregados, o fechamento de algumas fábricas eram manchetes de jornais.

Entre 1984 a 1985, o município começou a sofrer os efeitos agudos da alta inflação do país e apresentou uma crise de abastecimento de alguns produtos como o leite e a carne, que

quando eram encontrados, tinham preços acima do mercado. Alguns fazendeiros locais tentaram tirar proveito da situação, revoltando muitos consumidores. A administração do prefeito Hélio Queiroz, aliado de Aluizio Lobo, era acusada pela mídia oposicionista de inércia em relação à situação dos preços praticados nos comércios do município. Mais tarde, já na Nova República, continuaria a crise de abastecimento. Os planos do Governo Sarney, como em alguns casos do congelamento dos preços, por vezes não eram respeitados e o próprio prefeito foi multado por ter seu estabelecimento não se ajustado a regra vigente.

Enquanto a zona urbana enfrentava esses problemas, os problemas da zona rural não eram menos trágicos. Os pequenos lavradores, os arrendatários (moradores), que se utilizavam de algum pedaço de chão dos grandes proprietários viviam em condições precárias. Enquanto os moradores eram obrigados a “doar” uma parte de seu produto ao dono da terra,<sup>40</sup> os lavradores autônomos, que possuíam um pequeno pedaço de chão para fazer suas roças estavam envolvidos em conflitos com grileiros que invadiam suas terras ou colocavam animais em suas roças, com o intuito de destruí-las e assim forçar o lavrador a migrar para outra região.

Os conflitos sobre questões de terras não eram novidade no município e seus registros remetem ao início dos anos 1950. Os grandes fazendeiros e latifundiários da região querendo ampliar suas terras para transformá-las em pasto para o gado amedrontavam os lavradores a fim de que pelo medo migrassem para outra localidade. Em meio a essa luta agrária, lavradores de Caxias se reuniram e criaram, ainda nos anos 1950, a primeira associação em defesa dos lavradores e agricultores, localizada no 3<sup>a</sup> distrito do município. Essa primeira entidade tinha como principal preocupação encaminhar o problema enfrentado pelos lavradores às autoridades competentes do município. Vários ofícios foram entregues, nesse meio termo, à Câmara Municipal e à Prefeitura, sem que nenhuma providência fosse tomada. Cansados de apelar para esses órgãos, os lavradores passaram a agir de seu modo, tentando evitar que o gado entrasse nas roças. Eles cercavam suas plantações e passavam horas em vigília. Com a criação da associação, os lavradores passaram a acionar o Poder Judiciário para resolver o caso.

Os conflitos foram ficando mais intensos com o passar dos anos, não só os latifundiários locais passaram a incomodar os pequenos agricultores, mas também agentes de

---

<sup>40</sup> A fração “doada” aos proprietários era chamada de “foro” ou apenas “renda” e tornou-se costume entre os proprietários e moradores. Era uma forma também de os moradores retribuírem ou pagarem o proprietário pelo uso de suas terras.

fora, como empresas que se estabeleciam na região, atraídas por incentivo fiscal do governo e o baixo custo da mão de obra. Além disso, nomes de políticos e aliados da administração municipal eram constantemente denunciados como incitadores de conflitos no campo, acusados de serem mandantes de incêndios, de ameaças e mesmo atentados à vida dos lavradores. Na década de 1970, a família Coutinho, aliada do grupo político de Aluizio Lobo, era uma das denunciadas. Almeida (1981, p.39) menciona uma notícia do jornal *O Imparcial*, na qual um membro dessa família é acusado de ameaçar lavradores: “na última segunda-feira, o lavrador José Pinheiro dos Santos, morador do povoado ‘Guarani’, foi expulso de sua posse de terra, através de tortura, pelos capangas do Coutinho”. E acrescenta que “durante o conflito entre os lavradores e o grileiro Eugênio Coutinho, já foram promovidas derrubadas e queimadas de várias casas, além de ter havido tiroteios e tortura contra a vida dos lavradores”.

Em agosto de 1980, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores de Parnarama e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias, divulgaram uma carta-denúncia no jornal *O Imparcial*, denunciando as ameaças sofridas pelos trabalhadores rurais no interior do estado, em especial na região de Parnarama, Caxias e Matões. Na carta, as entidades afirmavam que as atrocidades, “segundo voz corrente, tem como mandante o latifundiário Eugênio de Sá Coutinho e seu filho Ferdinando Araújo Coutinho” (ALMEIDA, 1981, p. 40). A nota ainda explicava que eles “diziam ser donos das terras em que estão localizadas a várias décadas os povoados de Santa Clara, São Raimundo ‘Bregelona’ Taaquá, João Vito, Centro do Ferreira, Bacaba, Santo Antônio, Barro Preto, Centro do Nazaré (...)” (Idem, p 41).

A família Coutinho era uma das que dava apoio ao grupo político de Aluizio Lobo no município. Este, várias vezes fez comícios de campanha nas terras de propriedade desta família, no município de Matões, atrelando sua imagem à daquela família. Sobretudo a partir da década de 1980, quando a grande massa dos trabalhadores rurais pode votar, pois até então a legislação não permitia que analfabetos votassem e a maioria dos lavradores não sabiam ler, os eleitores passaram a ignorar as iniciativas de Aluizio Lobo de se aproximar deles. Por outro lado, Alexandre Costa que fazia parte da bancada ruralista no Congresso Nacional criticava abertamente a versão proposta de reforma agrária apresentada pelo Governo Sarney, que visava privilegiar as áreas de conflitos e interesses sociais, a fim de que os conflitos fossem resolvidos. Para Alexandre Costa, isso era inconcebível, defendendo ser preciso privilegiar as terras consideradas improdutivas. Tais declarações foram entendidas pela classe trabalhadora

rural do município como uma clara evidência de que Alexandre Costa e Aluizio Lobo estavam representando os latifundiários e não os trabalhadores.

Setores progressistas da Igreja Católica no município se uniram aos lavradores e também denunciaram as ameaças e crimes cometidos contra eles. A Pastoral da Terra tornou-se uma das vozes mais atuantes e garantia aos trabalhadores certo amparo nas questões relativas ao acesso à terra. As denúncias eram noticiadas na imprensa local e na estadual, chegando até a colocar os donos de latifúndios e empresas contra o bispo.

Grande parte dos lavradores sem perspectivas de poderem continuar cuidando de suas roças, migraram para a cidade em busca de uma vida melhor. Estabelecem-se nas periferias da cidade, morando nas áreas recentemente desmatadas por Aluizio Lobo, formando novos bairros e contribuindo para o crescimento da população urbana. São esses os futuros eleitores, que indignados com os grandes latifundiários e insatisfeitos com os administradores do município, que integrariam, grosso modo, a base eleitoral de Paulo Celso Fonseca Marinho nas eleições seguintes.

### **3. ENTRE O VELHO E O NOVO: a entrada e consolidação de Paulo Marinho na política caxiense**

#### **3. 1. Nova postura do PMDB e filiação de Paulo Marinho**

Na década de 1980, as modificações no cenário político do país tiveram reflexos fortes em Caxias, influenciando significativamente no crescimento do PMDB municipal frente ao PDS (antiga ARENA). Essas mudanças refletiam também o que ocorria no Maranhão, pois as principais lideranças pedessistas migraram de partido para apoiar em 1984 a chapa Tancredo Neves / José Sarney (PMDB), para, respectivamente, presidente e vice-presidente da República.

É inegável que a migração de partido era devido ao posicionamento de José Sarney, que saíra do PSD e se filiara ao PMDB nos jogos políticos decorrentes da última eleição indireta para presidente da República, no final dos governos militares, da qual saiu eleito vice-presidente. A inesperada posse de Sarney à Presidência da República, devido à doença e morte de Tancredo Neves, tornou-o ainda mais cortejado pelos grupos políticos estaduais e locais que também deixavam o PDS. Os que ficaram no partido, como João Castelo, criticaram a saída dos ex-companheiros. João Castelo havia sido governador do estado e rompera publicamente com Sarney no final do mandato, em 1979. Era o nome mais forte do PDS naquele momento, cogitado a concorrer novamente ao pleito para governador. No cenário nacional, com Sarney na presidência e já dissidente do PDS, o PMDB “permaneceu como a maior força política em todos os 26 estados”, em 11 dos quais “os peemedebistas concentrariam mais de 50% dos votos” (BRAGA, 2006, p.109).

No contexto caxiense, o PDS passou a exercer pouca influência na política do município porque seus principais líderes, Aluizio Lobo e Alexandre Costa, migraram para o PFL e foram seguidos por outros políticos. A subida de Sarney à Presidência da República, em 1985 e a tentativa dele em manter a Aliança Democrática<sup>41</sup> trouxeram algumas modificações na postura dos opositores. Os antigos emedebistas (opositores de Alexandre Costa e Aluizio Lobo) puderam fortalecer o partido e aumentaram o poder de pressão na política local. Desse modo, diferentemente dos anos do regime civil-militar, o partido começou a ter protagonismo no ambiente político. Os tradicionais aliados de Sarney no município, Aluizio Lobo e Alexandre Costa, começavam a enfrentar duras críticas do próprio partido do aliado.

---

<sup>41</sup> Coalizão de partidos (mais influentes eram PFL e PMDB) que apoiaram as candidaturas, por via indireta, da chapa Tancredo Neves e José Sarney, mencionada acima.



As fortes investidas dos peemedebistas contra Alexandre Costa e Aluizio Lobo se iniciaram em meados de 1985 quando ambos migraram de partido. Contrários a essa postura, os peemedebistas viam nela uma forma de os dois permanecerem gozando de influência no poder, uma vez que o PFL era partido aliado ao governo. Com as críticas, os peemedebistas tentavam desqualificar a versão oficial apresentada pelos dissidentes, pois estes diziam ser a troca de partido necessária para o progresso da Nova República no município. O PMDB local questionava tal argumentação e viam incoerência nos dois ex-pedessistas pelo fato de que suas carreiras políticas serem fruto do regime anterior. Persistindo nas críticas a Aluizio Lobo e Alexandre Costa, chamados por eles de “velhos elementos da política local”, os peemedebistas mostravam-se à população como uma oposição consistente, fiel aos ideais tradicionais de seu partido, dizendo-se opositores de regime autoritário e de líderes autoritários. A Nova República, segundo eles, só viria ao município se os “velhos elementos da política local” se afastassem do poder. Neste sentido, eles divulgavam à população uma imagem de Aluizio Lobo e Alexandre Costa como autoritários, ligando-os sempre ao regime autoritário.

O crescimento do PMDB no município também está ligado à formação da Aliança Democrática Maranhense que uniu diversos partidos em torno da candidatura do deputado federal Epitácio Cafeteira ao governo do estado em 1986.<sup>42</sup> Cafeteira, um tradicional opositor de Sarney, na ocasião se unira a ele, o que animou alguns caxienses que aderiram à sua candidatura. Em pouco tempo, o PMDB caxiense viu o ingresso de novos membros, dando uma nova feição ao partido, que ganhou maior notoriedade e passou a ser mais agressivo com seus opositores. Ainda possuía em seu seio antigos filiados, como José Brandão, cuja maior contribuição foi manter a secção local do partido no período mais crítico do regime civil-militar. Porém, a partir de 1985, novos membros passaram a ter influência cada vez maior nas decisões internas do partido. Foram eles, Frederico Brandão, Antônio José Bittencourt de Albuquerque (Catulé) e Paulo Celso Fonseca Marinho. Contava com o apoio de Edson Vidigal, então assessor de gabinete da Presidência da República e importante articulador da reestruturação do partido no município. Os novos nomes faziam parte da linha de frente do PMDB contra o PFL local, liderado por Aluizio Lobo e Alexandre Costa.

As novas lideranças mudaram as coordenadas do partido, no município, contribuindo para que tivesse outra posição diante da sociedade. O PMDB notadamente voltou-se mais

---

<sup>42</sup> Nas eleições de 1986, os apoiadores de Sarney se uniram em torno da Coligação Aliança Democrática Maranhense, que envolvia os partidos PFL, PMDB, PTB, PCB e PC do B.

para questões sociais e seus membros foram se tornando cada vez mais próximos dos eleitores, através de reuniões com lideranças sindicais e de bairros ou com o empresariado local. Buscava sedimentar bases sociais com vistas às eleições.

Na linha de frente estava o terceto formado por Frederico Brandão, Paulo Marinho e Catulé, que se constituíra no final da década de 1970 com a volta de Brandão de São Paulo, onde estava residindo.

Em São Paulo, Frederico Brandão tivera forte atuação no movimento estudantil, chegando a ser secretário-geral da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1964, tendo lutado contra o golpe civil-militar. Foi também sindicalista bancário, tendo alcançado a presidência do Sindicato dos Bancários Paulistas, e chegou a candidatar-se a deputado federal, em 1970, pelo MDB paulista, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora este partido ainda estivesse na ilegalidade. Não conseguiu e, devido a divergências internas, rompeu com o PCB, mas dizia-se ainda de esquerda. Voltou a ser candidato pelo MDB paulista para o mesmo cargo em 1974, sendo eleito. Retornou ao Maranhão a convite do governador João Castelo (1979-1982) para assumir a Companhia de Colonização e Terras do Maranhão (COTERMA), então responsável pelo encaminhamento da política fundiária no estado. Nessa companhia, ele precisou conviver com as questões fundiárias do estado e as diferentes propostas de Reforma Agrária. Na sua própria apreciação, essa experiência deixou-o cético quanto à capacidade de atuação e competência do órgão, chegando a dizer que “o processo de posse de terras [no estado] foi feito de forma desorganizada e que a entidade tornou-se ineficaz para resolver os problemas apresentados” (BRANDÃO, 2003, p. 551). Com o conhecimento adquirido sobre as questões de terras no estado, este tema tornou-se um dos mais debatidos no PMDB caxiense, nas campanhas eleitorais de 1986 e 1988. Durante a presidência de Sarney, Frederico Brandão manifestou publicamente sua insatisfação com a maneira como o governo tratava tais questões, ao dizer que “após insistentemente prometido e ansiosamente esperado por milhões de brasileiros [o Plano Nacional de Reforma Agrária], trouxe profunda decepção por sua timidez e indefinição ante as questões fundamentais da terra em nosso país”. (BRANDÃO, 2003, p. 509).

Em face da candidatura de Epitácio Cafeteira ao governo do Estado pelo PMDB, Brandão transfere seu domicílio eleitoral para o Maranhão, visando contribuir com a candidatura de Cafeteira, em que estava fortemente engajado, e para pleitear uma vaga a deputado federal pelo partido no Maranhão. Os deputados eleitos fariam parte da Assembleia Nacional Constituinte. Ele esperava ser bem votado Caxias, sua terra natal, onde se

posicionara contra as figuras políticas mais influentes da região (Alexandre Costa e Aluizio Lobo). Para oficializar a campanha e garantir a conquista em um eleitorado dominado por Aluizio Lobo, Frederico Brandão e as principais líderes do PMDB caxiense se empenharam em criar um discurso e uma imagem consistentes para alavancar a popularidade da secção local do partido e assim conseguir respaldo popular para desestabilizar aqueles dois líderes políticos locais. Simultaneamente, divulgavam a intenção de se candidatarem. A princípio, Frederico Brandão começou a divulgar a ideia no “boca-boca”, em bares e em rodas de conversas com amigos (MENESES apud VILANETO, 2006). Nessas conversas se discutia que a política de Caxias precisava de mudança e de “pessoas novas”, capazes de enfrentar os desafios e problemas do município. Essas conversas foram uma estratégia de Frederico Brandão para ir se tornando conhecido e às suas ideias, pois era um desconhecido para a maior parte da população do município devido aos seus longos anos no centro-sul do país. Seu discurso buscava dar aos peemedebistas o caráter de uma “novidade” à qual os caxienses não deviam recear: esse “novo” era um sinal de melhorias para o município. Desenvolvia-se, assim, o cerne do discursivo que os peemedebistas locais usariam futuramente em suas campanhas eleitorais.

Em meados de 1985, os peemedebistas caxienses adotaram uma posição mais ofensiva em relação ao grupo situacionista, tendo como principais alvos de ataques, logicamente, Aluizio Lobo e Alexandre Costa. Numa entrevista, Frederico Brandão teceu críticas indiretas a eles, enfatizando, principalmente sua indignação pela troca de partido dos dois. Vejamos um trecho: “no Maranhão e na nossa Caxias, esses velhos e conhecidos elementos já estão de malas prontas para aderir à Nova República: logo eles, os maiores beneficiários dos vinte anos de violência, corrupção e arbítrio da Velha República”. (BRANDÃO, 2003, p. 510). Com isso, ele desqualificava os dois, associando-os ao período ditatorial.

De acordo com Meneses apud Vilaneto (2006, p. 57), a decisão de Frederico Brandão de disputar o cargo de deputado federal confrontando as antigas lideranças entusiasmou jovens da classe média caxiense e logo ele estava capitaneando um “grupo de jovens [caxienses] exaltados”, que também desejavam lutar contra a manutenção do mando de Aluizio Lobo, a quem classificavam de “dominador e autoritário”.

Nesse ínterim, Frederico Brandão aprofunda relações com o caxiense Paulo Celso Fonseca Marinho. Nascido em Caxias no dia 1 de dezembro de 1958, Paulo Marinho era filho de Nosli Marinho e de Maria Luísa Fonseca Marinho. A mãe era uma enfermeira de formação

e o pai, comerciante. Ainda adolescente, Marinho foi levado à São Luís para prosseguir nos estudos. Na capital maranhense, ingressa no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, em 1976. No ano seguinte, ele também ingressa no curso de Administração Pública, oferecido pela Universidade Estadual do Maranhão, concluindo, ambos os cursos, em 1980. Casou-se com a médica Marcia Regina Serejo Marinho, cuja mãe, Maria Madalena Serejo, já fazia notável carreira no judiciário maranhense.

Em 1980, Paulo Marinho havia ingressado no PMDB, mas não tinha muita atuação no partido. Brandão considerava Marinho, então na faixa dos trinta anos, como jovem “corajoso” e “virtuoso”, uma figura ideal para alavancar o PMDB em Caxias, contrastando com os políticos tradicionais do município. Incentivou-o a candidatar-se a deputado estadual nas eleições de 1986. Marinho não era de todo desconhecido dos grupos políticos do estado. Era bem acolhido no seio da Família Sarney, mantendo relações especialmente com Fernando Sarney e com políticos influentes. Tendo sido formado em Direito, já houvera construído uma carreira dentro do Ministério Público Estadual.<sup>43</sup> Em Caxias, porém, Paulo Marinho era pouco conhecido entre os populares. À época, Frederico Brandão explicou a um periódico qual era a intenção do partido em querer a presença de Paulo Marinho:

Foi de lá [em São Luís] que trouxemos para essa jornada um caxiense que, embora afastado do convívio da província natal, desde os primeiros anos de sua adolescência, mantinha, também, interesse de participar da vida política do município: Paulo Marinho. [...] jovem, ainda sem as virtudes e/ou os vícios inerentes à militância político-partidária, mas com as ambições naturais de sua idade, [...] Paulo parecia representar, nas circunstâncias, a “outra face” do confronto ora deflagrado contra os representantes da viciada ordem política de nossa cidade. Era, exatamente, o que precisavam para estabelecer o contraponto, o contraditório entre o “velho” e o “novo” – Aluizio Lobo era o passado; Paulo seria, então, a representação física, “a legenda” de uma nova proposta político-administrativa para Caxias. (FOLHA UM, ago. 1987, p.2)

Em uma entrevista concedida anteriormente para o mesmo jornal, Brandão relatou que Paulo Marinho havia relutado em entrar no PMDB, e que tomara a missão de convencê-lo a filiar-se no partido. E, novamente, ressaltou qual seria a importância do novo integrante:

---

<sup>43</sup> Segundo consta nos arquivos divulgados pelo site da Câmara dos Deputados, Paulo Marinho havia sido Procurador-Geral do Estado do Maranhão (1980-1982), Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial (1982-1983); Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal (1983-1984); Promotor de Justiça, Procuradoria de Justiça do Maranhão (1984-1985). Posteriormente, ainda nos anos 1980, foi Delegado Regional do Trabalho (1985-1986), Superintendente Regional do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (1987-1988) e Presidente da Companhia de Habitação Popular do Maranhão - COHAB (1989) antes de ocupar seu primeiro cargo eletivo, ou seja, Deputado Federal, em 1990. A sede de trabalho de todos esses cargos era em São Luís.

O Dr. Paulo entrou para o PMDB por insistência minha. Também levei à presença de Cafeteira, a quem entreguei a sua ficha de filiação no partido. Quando convidei o Dr. Paulo a ser meu companheiro de “dobradinha eleitoral” em Caxias, estava certo de contribuir para a tão necessária renovação dos quadros políticos. Jovem e inteligente, o Dr. Paulo parecia a pessoa ideal para se contrapor eleitoralmente, em Caxias, a um velho “cacique” local. Além disso, combinamos realizar uma campanha eleitoral de alto nível ético e moral, em respeito à família caxiense tão agredida em campanhas passadas. A nossa mensagem aos caxienses falaria nas exigências do progresso econômico para o nosso município e da justiça social, do bem-estar para os caxienses. (FOLHA UM, mar. 1987, p. 4).

Em 1985, quando José Sarney estava na Presidência da República, Paulo Marinho foi nomeado para dirigir a Delegacia Regional do Trabalho, órgão do governo federal ligado ao Ministério do Trabalho nos estados. O cargo foi essencial para iniciar o contato entre ele e as entidades sindicais em todo o Maranhão. O comportamento dele e de Frederico Brandão após essa nomeação nos faz inferir que o cargo, de certa forma, foi apropriado para suas ambições políticas. Nesse período, os dois percorreram o interior do estado, apresentando-se diante das organizações sindicais com os propósitos que, futuramente, seriam elencados na campanha eleitoral. As audiências de Paulo Marinho como Delegado do Trabalho pelo interior chamam atenção pela presença constante de Frederico Brandão. Até aquele momento, era injustificável a presença dele nessas audiências já que não possuía nenhum cargo cuja função estivesse ligada à Delegacia do Trabalho, nem ao menos junto a entidades sindicais. A imprensa, ao divulgar o nome de Frederico Brandão nesses eventos, apenas o inseria como um detalhe a mais na informação, sem lhe dar muito destaque, sendo mencionado como “ex-deputado federal”, algumas vezes acrescentando-se “estado de São Paulo”. Entretanto, uma matéria publicada pelo *O Nosso Jornal* acrescenta um detalhe sutil, mas revelador:

Após a concentração, realizada no auditório do Sindicato Rural de Chapadinha, Paulo Marinho; **o ex-deputado e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Frederico Brandão** e o advogado trabalhista Almir Moreira Filho se reuniram com a Associação dos Arrumadores e dos Empregados da Construção Civil de Chapadinha que querem implantar seus respectivos sindicatos naquela cidade. (O NOSSO JORNAL, 15 jul. 1985, p. 1, grifos nossos.)

A informação de que Frederico Brandão era “ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo” sugere que ele não estava alheio aos problemas sindicais. Nos discursos era enfatizada sua vivência como líder sindical. Nas palestras para a constituição de

sindicatos, quando convidado, ele expunha sua experiência, a exemplo de uma reunião realizada em Chapadinha, noticiada pelo *O Nosso Jornal*.<sup>44</sup>

Em Caxias, a tônica da reunião foi outra. No primeiro encontro de entidades de classe com Paulo Marinho como Delegado Regional do Trabalho, ali realizado, em julho de 1985, no auditório da Associação Comercial, ele também estava acompanhado por Frederico Brandão. Entre os presentes à reunião estavam representantes das diversas categorias de trabalhista do município, autoridades municipais e empregadores. Na ocasião, foi Frederico Brandão quem usou da palavra para falar sobre Paulo Marinho.

**A presença do Dr. Paulo Marinho significa a mudança do passado para o presente. Retiraram um delegado que há vinte anos exercia o cargo sem prestar nenhum serviço à comunidade, ao empregado para colocar um jovem como Dr. Paulo Marinho.** O apelo que fazemos é que usem bem esta oportunidade fazendo suas reivindicações. Precisamos deixar de dizer: ‘Caxias é a terra do já teve’, para dizer: Caxias tem. (O NOSSO JORNAL, ago. 1985, p. 6, grifos nossos.)

Esse trecho do discurso chama atenção para o peso dado as palavras “mudança”, “passado”, “presente” e “jovem”. Palavras que, na campanha eleitoral, soaram como símbolos das mudanças pregadas pelos peemedebistas caxienses. Essa reunião, segundo os organizadores, era para “ouvir” dos “patrões e empregados” sugestões e considerações a respeito de conflitos trabalhistas, envolvendo os dois lados. O próprio Paulo Marinho iniciou sua explanação aos presentes, ressaltando que “a intenção aqui [na reunião] é ouvir de vocês as reivindicações” (O NOSSO JORNAL, 1985, p. 6). Em seguida, criticou as ações de seus antecessores no cargo: “infelizmente a posição daqueles que tinham o poder em suas mãos era de viver trancados em suas salas tomando cafezinho e batendo papo”. Intensificando o tom de campanha, continua: “é disposto a isto [melhores condições para o trabalhador] que quero trabalhar, começando por Caxias, não só por ser minha terra, e sim pelo grande potencial Industrial e Comercial que ela é capaz”. Por fim, encerrou a explanação, dizendo: “eu prometo a vocês, nós temos uma meta de trabalho e estamos dispostos a cumpri-la [...] precisamos deixar de dizer: ‘Caxias é a terra do já teve’ pra dizer-nos, ‘Caxias tem’” (O NOSSO JORNAL, 1985, p. 6).

Enfatizamos o fato de uma reunião de trabalho tornar-se um ato de campanha eleitoral, cujo objetivo de cristalizar imagens que distinguiam duas realidades: a Caxias do passado (Terra do Já Teve) e a Caxias de um presente próximo e possível (Caxias Tem), que emergia

---

<sup>44</sup> Edição de 15 de julho de 1985.

com Paulo Marinho na Delegacia Regional do Trabalho e ascendendo para outros cargos vindouros.

A participação de Frederico Brandão nessas audiências públicas preparava terreno para sua campanha a deputado federal, num futuro próximo. Ele e Paulo Marinho planejavam fazer uma “dobradinha”, como era chamada a aliança entre dois candidatos que concorriam a cargos em níveis diferente, no caso deles, deputados federal e estadual. O contato dos dois com as entidades de classe e com a população em geral era a maneira mais viável para tornarem-se conhecidos e conseguirem ter eleitores nos pleitos vindouros.

Em junho de 1985, o PMDB caxiense fez sua primeira convenção após o fim do regime civil-militar. Esta contou com a presença de Frederico Brandão, Paulo Marinho, Edson Vidigal, Catulé, dos vereadores Jamilson Santos, Bastos Ferreira, José Brandão, e de muitos outros filiados. Catulé disputava a presidência da secção local do partido, tendo como principais entusiastas de sua candidatura Paulo Marinho e Edson Vidigal, com quem tinha notórias relações de amizade. O resultado do pleito dera vitória à Catulé.

### **3.2. Os peemedebistas caxienses procuram apoio nos setores sociais**

Em 1986, a direção do PMDB caxiense iniciou os preparativos para as campanhas eleitorais de Eptácio Cafeteira, Frederico Brandão e Paulo Marinho, respectivamente, para governador, deputado federal e deputado estadual. O partido se uniu ao PDT, cujo principal expoente em Caxias era Jadhel Carvalho, engenheiro de renomada reputação no município, que participara da fundação do PCB caxiense, em 1953, e cujas ideias de esquerda o aproximavam de Frederico Brandão. Jadhel preparava-se para lançar sua candidatura ao Senado, concorrendo com Alexandre Costa. Desta forma, nas eleições de 1986, Paulo Marinho e Aluízio Lobo, iriam se enfrentar na disputa pelo cargo de deputado estadual; Frederico Brandão buscava o cargo de deputado federal; Jadhel Carvalho concorreria com Alexandre Costa para o Senado.<sup>45</sup>

Os membros do PDT e do PMDB tentavam criar um programa de gestão para Caxias que batesse sempre de frente com o programa dos pefelistas. Nesse sentido, procuram criar

---

<sup>45</sup> O grupo peemedebista também passou apoiar a candidatura de Magno Bacelar (PFL) para o Senado, uma vez que nessas eleições havia a possibilidade de o eleitor escolher dois senadores. Magno Bacelar concentrava sua campanha mais na região de Aldeias Altas e Coelho Neto. Destacamos também que naquelas eleições José Gentil (PTB), então candidato a deputado estadual, reuniu em torno de si um pequeno grupo de apoiadores que constituía um terceiro grupo político, porém com menos expressividade que os demais grupos. Ressaltamos ainda que esse grupo, nas eleições seguintes, passaria a apoiar a candidatura de Paulo Marinho para prefeito de Caxias.

uma demarcação visível, elaborando um discurso que separassem os partidos que caminhavam “com o povo” – aqueles dois partidos – e os que seriam “contra o povo”.<sup>46</sup> Buscavam se aproximar das diversas camadas sociais, estabelecendo relações e até influência nas organizações de classes e associações de bairros.

Na década de 1980, quando aflorava no Brasil diversos movimentos sociais e reivindicatórios, muitos deles nascidos em bairros periféricos das grandes cidades, visando melhor qualidade de vida, foram criadas diversas organizações de bairros, como as Associações de Moradores que gradativamente se espalharam pelo país (HABERT, 1992). Cedo isso se refletiu em Caxias. O início daquela década, o município passava por significativas mudanças, entre elas a da ocupação do espaço urbano, provocada pelo aumento populacional, devido principalmente ao êxodo rural. O inchaço da zona urbana e as crescentes demandas provocadas pela falta de saneamento básico, iluminação pública, postos de atendimento médico nos novos bairros e a violência começaram a inquietar a população, que aos poucos se mobilizava, criando em diversos bairros da cidade, associações de moradores ou grupos reivindicatórios para exigir seus direitos perante a administração municipal.<sup>47</sup> Nesse contexto de mobilização, o PMDB procurava tentava se aproximar desses grupos, na maioria das vezes incentivando a constituição de novas associações. Em alguns casos, o partido facilitava-lhes a criação, através do assessor de gabinete da Presidência da República, Edson Vidigal, que encurtava o processo burocrático para que elas fossem reconhecidas.<sup>48</sup> Assim, algumas já nasciam sob a influência do partido, em decorrência, certamente seus membros apoiariam os candidatos peemedebistas nas eleições que se aproximavam.

As associações de moradores, de certo modo, fortaleciam a oposição peemedebista ao tecer uma imagem de caos e desorganização no município, quando questionavam a competência da administração municipal, cujo prefeito, Hélio Queiroz, era fiel aliado de Aluizio Lobo<sup>49</sup>. Por exemplo, a Associação de Moradores do Bairro Ponte enviou ao prefeito

---

<sup>46</sup> A palavra povo é empregada em sentido amplo, igualmente usado pelos políticos atuais, referindo-se aos eleitores ou as pessoas em geral de um determinado lugar, não fazendo qualquer distinção de raça, cor, sexo, idade ou renda.

<sup>47</sup> Nos anos 1980, os jornais da época noticiavam constantemente criações dessas associações, entre as quais a Associação de Moradores do Bairro Ponte, Associação de Moradores da COHAB, Associação de Moradores do Bairro Cangalheiro, Associação dos Moradores do Bairro Mutirão.

<sup>48</sup> Dentre outras fontes, uma matéria divulgada pelo *O Nosso Jornal* em 15 de julho de 1985, página 3, cujo trecho “Vidigal entrega à Associação dos Moradores do Bairro Mutirão a documentação da referida associação” nos fez chegar a essa conclusão.

<sup>49</sup> Hélio de Sousa Queiroz assumiu a prefeitura municipal de Caxias após a morte do titular, José Ferreira de Castro, em 1985. Castro havia sido eleito em 1982; o vice, Hélio Queiroz administrou o município até o final do mandato.



um abaixo-assinado “de mais de 700 pessoas, reivindicando energia elétrica nas ruas daquele bairro”, acrescentando que a falta de iluminação causava “transtorno nos moradores local [sic], pois isto faz com que aquela área sirva de esconderijo para maus elementos continuar no escuro” (O NOSSO JORNAL, 31, ago. 1985, p. 1). As insatisfações manifestas pelas associações de moradores davam legitimidade ao discurso do caos da oposição peemedebista.<sup>50</sup>

O PMDB aproximou-se também das organizações sindicais caxienses, buscando exercer alguma influência sobre elas. Como exemplo, citamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias, o mais disputado pelos partidos políticos no município. Esse sindicato tinha grande número de associados e alcançava destaque naquele momento em que se discutia no país o Plano Nacional de Reforma Agrária. Eram notórias suas manifestações contra a violência enfrentada pelos trabalhadores rurais, especialmente o pequeno lavrador. Neste contexto, é compreensível que os maiores grupos políticos do município tentassem influir em suas eleições. Era cortejado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação deste no Maranhão. Questões como a Reforma Agrária e melhores condições para o homem do campo eram temas importantes para os petistas, o que os fazia se aproximar dos trabalhadores rurais. Uma das grandes lutas dos petistas caxienses era tentar ao menos minimizar os conflitos agrários, que até então haviam provocado derramamento de sangue, sempre prejudicando o pequeno agricultor. Por outro lado, supomos que o grupo de Aluizio Lobo (agora pefelista) também queria ter esse sindicato na sua zona de influência, pois suas ações no dia das eleições do sindicato, descritas pelo *O Nosso Jornal* nos levou a essa conclusão.<sup>51</sup>

A luta pela Reforma Agrária era uma das principais bandeiras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias. Desde os anos 1950 os lavradores do município enfrentavam conflitos relativos à demarcações de terras, intensificados na década de 1970. Certamente esperavam contar com a ajuda de alguém ou de um partido político que lhes inspirasse confiança, de quem esperassem ter o apoio na luta pelas questões que reivindicavam. Talvez

---

<sup>50</sup> Cabe ressaltar que além do PMDB, o PT e PDT eram opositores da gestão municipal de Hélio Queiroz. Porém, o partido que ganhava maior notoriedade e maior apoio entre as camadas sociais era o PMDB. O PT revelou-se uma força ativa, porém insuficiente para alcançar maiores êxitos no município. Nas eleições municipais de 1988, Raimundo Dutra, seu candidato a prefeito, obteve 1.328 votos.

<sup>51</sup> Uma matéria desse jornal acusava os membros do PT de terem incentivado um tumulto no dia da eleição e de tentarem “queimar” as urnas com os votos ainda a serem contados, sendo impedidos por Aluizio Lobo. Afirma: “convém salientar, que elementos ligados ao PT– local tentaram queimar as Urnas sem, contudo, lograrem êxito, graças à intervenção do Deputado Aluizio Lobo e do Vereador Berilo Araújo que evitaram assim o incêndio das Urnas” (O NOSSO JORNAL, 31 dez. 1985, p.4). O episódio, porém, não foi mencionado em outros veículos de comunicação locais.

estivessem desiludidos com as antigas lideranças que há tanto tempo dominavam o município; quem sabe até por saberem que estes estavam a serviço dos grandes latifundiários em detrimento do pequeno lavrador. Talvez tenham considerado que o PT, embora fosse reconhecido como um partido que a nível nacional lutava em favor da Reforma Agrária, não tivesse condições de ter uma atuação mais efetiva em favor da implantação desta. O certo é que as condições foram favoráveis ao PMDB. Nas eleições para a diretoria do sindicato, realizadas em 1986, um aliado do partido conseguiu se eleger, trata-se do sindicalista Clidenor Rodrigues Guimarães, que se mostrou atuante durante a primeira gestão, fazendo manifestações e reivindicações aos órgãos públicos competentes pelas causas do homem do campo.

O fato de estar na Presidência da República o peemedebista José Sarney também é o elemento importante para a projeção do partido nas mais diversas formas de organização da sociedade. E precisamos destacar que, no seu governo, a Reforma Agrária foi discutida em âmbito nacional, sendo elaborado um Plano Nacional de Reforma Agrária, o que deve ter contribuído para a aproximação dos trabalhadores rurais com o PMDB. Saber que o governo peemedebista gerenciava uma proposta da Reforma à nível nacional, criava a expectativa de que a situação dos trabalhadores rurais iria melhorar se o PMDB assumisse também a administração local. A visão era para eles animadora, pois acreditavam que os peemedebistas caxienses teriam livre acesso ao governo federal, uma vez que Edson Vidigal era assessor de gabinete da Presidência. A vitória de um aliado peemedebista no sindicato com maior número de associados do município – que também eram eleitores –, às vésperas das eleições para deputados e senadores, marcadas para novembro de 1986, foi uma grande conquista para o partido.

No dia da posse da nova diretoria do Sindicato, realizada na sede da União Artística e Operária Caxiense, o presidente eleito agradeceu em discurso aos colaboradores e a quase todos os líderes peemedebistas, citados nominalmente, omitindo os petistas e pefelistas. Vejamos.

Um agradecimento especial devemos fazer ao Dr. Antônio José Bittencourt de Albuquerque (Catulé), que nos momentos difíceis de nossa eleição foi providencial impedindo a participação no processo eleitoral de grupos políticos sanguinários e extremistas que vendo seus interesses pessoais na iminência de uma derrota, tentaram prejudicar os trabalhos, até com uma ameaça de incendiar o sindicato. O Catulé agiu e assegurou a lucidez do processo. Ao dr. Paulo Marinho, jovem inteligente que em momento algum tem faltado com os sindicatos, graças a ele tivemos a participação de companheiros lavradores e a certeza de sua contribuição não decepcionaria a

classe. Devemos agradecer ainda ao dr. Edson Vidigal, ex-deputado federal, atualmente assessor do presidente José Sarney, que sempre nos dedicou atenção especial e decisiva ajuda. (O NOSSO JORNAL, 10 fev. 1986, p. 3).

Na solenidade, Catulé fez uso da palavra como representante do FUNRURAL no município e aproveitou para criticar a gestão de Aluízio Lobo, “lembrando certos episódios do passado quando Aluízio usava de artifício para prejudicar o homem do campo” (O NOSSO JORNAL, 10 fev. 1986, p. 3).

Estes agradecimentos públicos ao PMDB<sup>52</sup> prenunciavam o apoio do Sindicato ao partido, que procurava manter boas relações com outras entidades sindicais do município e da região. Para tanto, o cargo de Paulo Marinho como Delegado Regional oferecia vantagens, passando a imagem de amigo dos trabalhadores e demonstrando interesse pela causa dos sindicalistas em geral. Na visão de um periódico caxiense sua popularidade era evidente: “Paulo Marinho foi muito bem aplaudido ao afirmar que a Delegacia Regional do Trabalho tem todo interesse de prestigiar os Sindicatos e Associações Classistas, recordando que é conhecedor dos problemas trabalhistas”; e ainda ressaltava a satisfação de um líder sindical que teria se manifestado “empolgado com a atuação do Delegado do Trabalho” (O NOSSO JORNAL, 15 jul. 1985, p. 1).

### **3.3. A construção midiática de Paulo Marinho através do *Jornal da Cidade***

Durante as campanhas eleitorais, seja a de 1986, seja a de 1988, as propostas de Paulo Marinho foram divulgadas de dois modos: nos discursos em comícios ou em reuniões nos bairros e pelo *Jornal da Cidade* (o veículo de comunicação a serviço do partido, centrado, depois, exclusivamente na figura desse candidato). Bem no início da campanha, os peemedebistas sentiram necessidade de terem um veículo de comunicação por meio do qual pudessem atingir um público mais amplo, criando-o em julho de 1986. O *Jornal da Cidade* inicialmente foi de circulação mensal, passou depois a ser quinzenal e finalmente diário. Gradativamente foi ficando totalmente a serviço da construção imagética de Paulo Marinho

---

<sup>52</sup> O agradecimento especial a Catulé deveu-se ao seguinte fato: no dia seguinte à eleição, durante a contagem dos votos, houve uma suposta tentativa de tumultuar o processo. Para um periódico local, o tumulto foi provocado pelo “candidato da Chapa 2, o Sr. José Ribeiro de Oliveira e os demais componentes da referida Chapa” (O NOSSO JORNAL, 31 dez. 1985, p. 4). O jornal comentou que os ânimos se acalmaram com a “chegada da Polícia Militar” e após os “Fiscais e todos os membros da Chapa 2 saírem do recinto em sinal de protesto pela presença da polícia”. Só então o processo teria voltado à “normalidade e tranquilidade”. A matéria jornalística acusa os membros do PT de terem incentivado o tumulto e de tentarem “queimar” as urnas com os votos ainda a serem contados, sendo impedidos por Aluízio Lobo. Afirma: “convém salientar, que elementos ligados ao PT– local tentaram queimar as Urnas sem, contudo, lograrem êxito, graças à intervenção do Deputado Aluízio Lobo e do Vereador Berilo Araújo que evitaram assim o incêndio das Urnas” (O NOSSO JORNAL, 31 dez. 1985, p.4). O episódio, porém, não foi mencionado em outros veículos de comunicação locais.

como político. Nas suas primeiras edições, o editorial explicitava ser a função do jornal divulgar as proposições do PMDB. No entanto, além de ser um canal para os principais líderes locais do partido se expressarem, também tecia críticas aos políticos rivais, em pouco tempo, já era o periódico de maior circulação na cidade, logo, contribuindo para dar popularidade a quem se candidatava pelo partido, que cresceu bastante nos anos de 1986 a 1988.

Em entrevista a outro periódico dessa cidade, em 1987, Frederico Brandão afirmou que tudo “estava certo para a tão necessária renovação dos quadros políticos” e que “a nossa mensagem aos caxienses falaria nas exigências do progresso econômico para nosso município e da justiça social, do bem-estar para os caxienses” (FOLHA UM, mar. 1987, p. 4). Esse é o tom do discurso dos peemedebistas caxienses, encontrado nas matérias do jornal do partido. Conscientes de que seus principais candidatos eram nascidos no município, mas não eram bem conhecidos por uma parte da população, os articulistas utilizaram-se do jornal para tecer um perfil político positivo de Paulo Marinho, Frederico Brandão e até de Catulé, presidente do diretório municipal do partido e notória figura na cidade. Porém, o maior foco foi direcionado a Paulo Marinho, tomado como a representação física por excelência da mudança pretendida.

De tamanho pequeno, contendo apenas quatro páginas, o *Jornal da Cidade* era vendido a preço de CZ\$ 1,00 e conquistou muitos leitores em pouco tempo de circulação. Seus editoriais traziam discussões sobre questões internas do partido e elogios às suas lideranças, como já dissemos<sup>53</sup>. De fácil acesso, com reportagens curtas e mensagens simples, contribuía para formar a opinião pública em relação às pretensões dos peemedebistas, num processo que repercutiu no futuro político do município. Fornecia uma visão distinta dos seus adversários sobre como administrar o município e sobre o perfil ideal do administrador público. Criava “representações sociais<sup>54</sup>” do município, divergentes daquelas concebidas

---

<sup>53</sup> Enquanto Catulé se concentrava em assumir o controle da máquina partidária municipal, obtendo poder de decisão dentro do partido, Paulo Marinho lançava-se em frente aos palanques e nas relações entre as classes empresariais e operárias, entre as diversas camadas populares, ganhando visibilidade perante os caxienses e assumindo cargos, os quais, segundo o *Jornal da Cidade*, eram cargos de prestígios.

<sup>54</sup> Utilizamos o conceito de representação adotado por Roger Chartier (2011), ao se apropriar do conceito escrito no dicionário de Furetière, de 1690. No dicionário, a palavra aparentemente tem dois sentidos contrários. No primeiro sentido, a representação nos permite ver o “‘objeto ausente’ (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de representá-lo adequadamente. No segundo sentido, teria a “demonstração de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 2011, p. 16/7). As representações sociais são aqui entendidas como uma visão de mundo, interpretações e leituras sobre o mundo social, produzidas por sujeitos em um determinado tempo e espaço, estando intrinsecamente ligado às experiências vividas pelos sujeitos.

pelos políticos situacionistas. Enquanto estes divulgavam em outros veículos de comunicação uma realidade de bem-estar, progresso e desenvolvimento, os peemedebistas mostravam os baixos salários dos funcionários municipais, os buracos nas ruas e avenidas da cidade, ou seja, teciam uma imagem de caos e desorganização. Esses contrastes e discordâncias nos discursos sobre o cotidiano do município, veiculados nos meios de comunicação pelo governo e a oposição, construíam duas realidades distintas para o mesmo objeto: uma cidade que vai bem (discurso da situação) e outra que vai mal e necessita de mudanças (discurso da oposição). Travava-se, assim, uma disputa no campo das representações. Ambos os lados querendo fazer crer a seus leitores que a “realidade” era aquilo que suas reportagens divulgavam. Para isso, apresentavam “provas”: fotografia, discursos de autoridades, cópias de documentos, entre outras. E ambos acusavam seus oponentes de criarem uma realidade falseada e, portanto, indigna de crédito. Ao leitor/eleitor restaria escolher uma dessas realidades.

O *Jornal da Cidade* tecia elogios aos membros do PMDB, apontando suas propostas políticas como as únicas capazes de romper com a sequência de vinte anos de vitórias dos situacionistas. Além disso, apresentava-os sempre com uma visão de progresso. A figura de Paulo Marinho começou a ser destacada neste veículo de comunicação, enfatizando seus discursos e ações políticas, sempre o colocando como servidor da população caxiense e um bom gestor público. As administrações já exercidas por ele, como Delegado Regional do Trabalho e Diretor do INPS, eram mostradas como exemplo de honestidade, integridade e boa gestão, enquanto o prefeito da época era apresentado com qualidades inversas. Manchetes como “Marinho dinamiza INPS” (JORNAL DA CIDADE, Nov. 1987, p. 5), “Marinho acaba com corrupção na previdência” (Idem, mar. 1988, p. 4), “Não me vendo” (JORNAL DA CIDADE, jun. 1988, p.3), fizeram parte da estratégia do jornal peemedebista para construir a boa imagem dele. Seu desempenho como advogado foi exaltado, sendo retratado como uma pessoa que busca sempre qualificação profissional. Vejamos um pouco desse processo de construção:

Escolhido pelo Instituto dos Advogados do Brasil-AIB, o advogado Paulo Marinho tomou parte da delegação brasileira que visitou países da Europa e Oriente Médio, em viagem de estudos, no início do ano. A delegação composta por procuradores e advogados esteve em Portugal, onde manteve contatos com o ministro da justiça português. De Lisboa, seguiu para Inglaterra, onde seus membros tomaram parte em um curso de Direito Constitucional e Criminologia, na Universidade de Londres. A próxima etapa foi à França. (...) a viagem se completou com visitas à Grécia (para estudo de funcionamento do regime socialista local), Itália (com a finalidade de discutir o sistema político parlamentarista italiano) e a Suíça (em visitas à

Era apresentado como um estudioso em direito, alguém que se prepara para um grande objetivo. O periódico peemedebista foi utilizado para construir e consolidar a imagem dele nas duas eleições em concorreu, no período objeto de estudo dessa dissertação: em 1986 foi candidato à deputado estadual e, em 1988, a prefeito de Caxias. Focando mais no indivíduo e menos nas atividades e no programa de governo que ele iria realizar, o jornal objetivava deixar o eleitor encantado com as características pessoais do candidato.

A prioridade dada a Paulo Marinho, inicialmente era parte da estratégia dos peemedebistas de levar a público o contraste entre os velhos líderes políticos, já bem estabelecidos na política local, e os jovens políticos peemedebistas, principiantes na arena política. Além de realçar a diferença entre as duas gerações de políticos (a nova e a velha), relacionava-as ao progresso e ao atraso, representados, respectivamente, pelos peemedebistas e os grupos situacionistas da época. Paulo Marinho era considerado como o símbolo da geração que traria o progresso para o município e acabaria com os anos de atrasos, representados pelos grupos situacionistas.

A partir de 1987, o *Jornal da Cidade* começou a trazer em suas edições um box em que se lia: “Fundador: Paulo Marinho, Composição: Peninha”. Ao informar ao público leitor quem era o fundador do jornal, associava-se mais um elemento para a credibilidade desse personagem junto à população: ele era jovem, inovador e realizador. Tal inclusão ocorreu no ano pré-eleitoral, numa clara intenção de influir na campanha eleitoral. A cada nova edição mais destaque era dado a Paulo Marinho, como um jovem corajoso e íntegro. Em julho de 1987, um ano antes da convenção do partido que definiria o candidato a prefeito pelo PMDB nas eleições do ano seguinte, o jornal divulgou uma entrevista com Antônio Albuquerque (Catulé), presidente do Diretório Municipal, na qual tudo indicava que seria o candidato seria Paulo Marinho. A manchete que anunciou a entrevista era “Para Catulé, prefeito deverá ser do PMDB” e, na mesma página, acima, a imagem de um Paulo Marinho alegre e sorridente ilustrava outra reportagem que se intitulava “Marinho: ‘prefiro Caxias aos cargos’” (JORNAL DA CIDADE, mar. 1987, p. 5).

Figuras 1: A construção da imagem de Paulo Marinho 1986.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC)

Assim, o jornal continuava a apresentar as “qualidades de Marinho”, legitimando-o perante o leitor, que deveria ficar convencido definitivamente de ter ele tais qualidades. É clara a atuação desse meio de comunicação como veículo de montagem de um personagem político, de maneira sutil jogando com os sentimentos e as emoções dos leitores. Segundo Soares e Michel (2011, p. 04).

Cada vez mais as eleições são decididas no caráter publicitário e na sedução do relato jornalístico. As ideologias são deixadas de lado e as pessoas votam em quem consideram que passa uma imagem melhor. A consistência política não é mais importante, mas sim o personagem criado pelos publicitários políticos.

As manchetes do *Jornal da Cidade* não poupavam críticas ao prefeito e atribuir sentimentos aos opositores de Marinho, retratando-os de forma negativa. Mostrava-os como invejosos, perseguidores políticos, entre outras (des)qualificações. Ideias e ideologias

políticas não eram debatidas, mas as questões pessoais dos adversários, a quem se buscava desqualificar perante o eleitorado. O discurso jornalístico dos publicitários peemedebistas apresentava aos eleitores diversos matizes da dicotomia das duas representações conflitantes, sobre as quais já falamos: a do governo municipal, qualificado como “atrasado” e “oligárquico”; a do PMDB, imagem do progresso e desenvolvimento que viria para Caxias, personificado na figura de Paulo Marinho.

O grupo situacionista não assistiu passivamente a essa vigorosa campanha que o atacava. Menos de um ano depois da fundação do jornal peemedebista, lançou, em 1987, o jornal *Vilões da Cidade*, com o mesmo formato e estilo gráfico do periódico dos adversários. Nele, a administração local se pronunciava, rebatia as críticas recebidas dos opositores, especialmente dos peemedebistas a quem classificava como “vilões” e atacava-os, sobretudo ao Paulo Marinho, que se apresentava como o opositor mais ferrenho da administração. O jornal situacionista tinha características semelhantes às do jornal da oposição, pois era essencialmente político. Teve curta duração, circulando por apenas um ano. Em uma de suas primeiras edições, o editorial anunciou que o jornal objetivava ser “uma publicação informativa, compromissada com a verdade e interessada em alertar a população sobre os vilões que proliferam por todos os lados, transvertidos de cordeiros, sejam políticos, ou não, ricos ou pobres, brancos ou pretos” (VILÕES DA CIDADE, 20 mai.1987, p. 2). Além de explicitar a motivação por trás de sua inusitada denominação: “o título de ‘Vilões da Cidade’ é uma sátira humorística a outro jornal mal-humorado”.

O jornal situacionista tinha o objetivo de desacreditar o discurso e as pessoas da oposição, principalmente Paulo Marinho, de quem mostravam uma imagem diferente daquela construída pelos apoiadores. Atribuía-lhe supostos atos ilícitos, retratavam-no sempre de forma satírica. Ora era apresentado com o excêntrico apelido de “Paulo Bocão”, ora com o apelido de “Paulo Maracutaia”, que o ligava a uma honestidade duvidosa. Vejamos uma matéria em que isso é feito.

Empolgado com a multidão presente, Marinho anunciou pela enésima vez sua pretensa candidatura a prefeito e prometeu fazer a reforma agrária, que nem mesmo o governo federal está conseguindo implantar no país. Foi um fracasso. Nem pode terminar o discurso, diante de saraivada de vaias e pedradas da platéia. Em poucos minutos, sem esperarem para o baile, Marinho e sua comitiva entraram no carro e partiram do lugarejo, sob apuros de ruralistas da região. (VILÕES DA CIDADE, 30 jul. 1987, p. 2).

Por esse relato, ele fora desprezado pela multidão que o ouviu num determinado local, de onde saíra vaiado. Porém, é importante registrar, à época a popularidade dele estava



crescendo, como foi confirmado posteriormente pelo resultado das urnas. Mas nas batalhas travadas pelos jornais, nos palanques e no boca a boca dizia-se tudo para desqualificar os adversários.

### 3.4. A juventude como triunfo político

Desde o início da campanha eleitoral de 1986, uma estratégia política do PMDB para obter eleitores foi inserir no discurso de campanha uma demarcação visível entre as duas realidades discursivas: a defendida pelos adversários e a deles próprias. Neste sentido, centralizaram o discurso em algumas palavras-chaves ou ideias-forças: “juventude”, “mudança”, “novo” e “velho”. Através delas, os peemedebistas tentavam encontrar uma maneira clara para expressar suas ideias aos eleitores.<sup>55</sup> Para eles, esta era uma forma simplificada para mostrar as “opções” que o eleitor teria para escolher: o “novo”, prenúncio do “progresso”, representado pelos candidatos peemedebistas, especialmente Paulo Marinho; o “velho”, indicando a permanência do “atraso”, representado por Aluizio Lobo e seus correligionários.

É com base nessa dicotomia que a campanha eleitoral de Paulo Marinho a deputado estadual, pelo PMDB, é iniciada oficialmente em 12 de setembro de 1986, tendo o alicerce na imagem de sua juventude. Na edição nº1, o *Jornal da Cidade* mostra a que veio. Ao relatar a visita do então presidente da república, José Sarney, à Caxias, faz uma exaltação imagética da juventude do candidato.

A ninguém passou despercebido o gesto de aprovação e satisfação do presidente José Sarney, ao final do discurso pronunciado pelo **jovem candidato a deputado estadual, Paulo Marinho**, pela legenda do PMDB. Ele utilizou uma linguagem direta, sem metáforas, incisiva nos conceitos e objetivos nas colocações, o que entusiasmou **os jovens caxienses que o ouviram atentamente** (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 4, grifos nossos).

Observemos que o jornal sugere que o presidente da República ficou entusiasmado com a capacidade discursiva do “jovem candidato”, apesar de sua pouca idade. A palavra “juventude” dá ênfase a essa interpretação. O artigo sugere também que Paulo Marinho

---

<sup>55</sup> As ideias-forças e palavras de ordem, diz Bourdieu (2011), são usadas pelos políticos com objetivo de mobilizar o maior número de adeptos possíveis e, desta forma, fazer reconhecer que a realidade é igual a que se diz. A mobilização, afirma o autor, é decorrente da capacidade do portador das ideias em fazer crer que o que ele diz é verdadeiro e digno de confiança.

representaria essa faixa etária no município e que seu discurso era o próprio discurso da juventude caxiense. Ao discursar diante de Sarney, Marinho usou várias vezes a palavra juventude e saudou o presidente dizendo que o fazia “em nome do PMDB de minha terra e em nome da juventude de Caxias” (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 3).

Em outras edições, a mídia peemedebista ressaltava a juventude do seu candidato símbolo. Em uma delas, era colocado que, caso “esse jovem quebrasse o monopólio dos caciques seria sepultar para sempre as velhas raposas que ainda hoje servem do povo para exercitar sua política clientelista” (JORNAL DA CIDADE, nov. 1986, p. 2). Ao referir-se novamente ao dirigente maior do país, afirmava que “o presidente Sarney foi muito feliz ao observar que Paulo Marinho e [que este] tem muita vida pela frente”, acrescentado “é isso mesmo: aliando a juventude à experiência adquirida nesta dura campanha, resta agora tão-somente esperar a oportunidade concreta de ver seu nome consagrado pelo povo” (JORNAL DA CIDADE, nov. 1986, p. 2).

Além disso, os peemedebistas tentaram se aproximar da juventude caxiense, priorizando-a, em seus discursos, sobretudo no período eleitoral. Aproximar-se da juventude era a forma pensada por eles não só para ganhar esse grupo de eleitores, como também era um importante passo para a materialização da própria juventude de Paulo Marinho em um elemento de sua imagem política. Para tanto, tentaram conviver com os jovens. A população jovem caxiense naquele período era considerável. Segundo dados do censo de 1980, existiam em Caxias 14.299 pessoas com idade entre 15 a 19 anos. A população jovem com idade entre 20 a 24 anos era superior a 10.000 pessoas e, portanto, 29, 7% do eleitorado do município<sup>56</sup>. O PMDB decidiu investir nesse eleitorado, menos explorado pelos políticos até então. Nos discursos diziam lutar pelo bem-estar da juventude, trazendo indústrias para a cidade para que houvesse oportunidade de empregos, e anunciavam que lutariam por melhores condições na educação. O anúncio a seguir, cujo título é “Paulo Marinho patrocina curso para jovens caxienses”, mostra o quanto as práticas dos peemedebistas estavam centradas nos jovens.

Pela primeira vez será realizada em Caxias, no Colégio Coelho Neto, o Curso de Programadores de Computador, que será ministrado por professores e técnicos do Rio Grande do Sul. Os computadores já se encontram instalados no Colégio Coelho Neto, **este curso está sendo patrocinado pelo Dr. Paulo Marinho – candidato a Deputado Estadual pelo PMDB, que atende assim uma aspiração da juventude caxiense**, que passarão depois de concluído o referido curso a um Diploma de Técnico Programador em Computação (O NOSSO JORNAL, 15 jun. 1986, p. 2).

---

<sup>56</sup> A porcentagem está relacionada ao número total do eleitorado em 1982 que era de 34. 716 eleitores.

O anúncio informa que o curso para a “juventude” caxiense é patrocinado pelo candidato Paulo Marinho. Atitudes como essa serviam para passar a impressão de ele estar mais próximo e a serviço dos jovens. Era uma maneira sutil de agradá-los, torná-los seus eleitores e, quem sabe, até levá-los a engajarem-se em sua candidatura. A campanha de Paulo Marinho em 1986 foi baseada no discurso que propagava ser o jovem o protagonista da própria história e que poderia mudar o destino do município.

A conjuntura política daquela época mobilizava os jovens a atuarem em associações e clubes, onde tratavam de questões políticas. Desde os anos 1950, já havia entidade estudantil no município que também aspirava por reivindicar interesses da juventude em geral; porém, foi na década de 1980 que floresceram várias entidades juvenis, cuja existência visava alcançar uma mobilização política dos jovens caxienses<sup>57</sup>. Essas entidades eram independentes uma das outras. Entre elas, estacavam-se o Grupo Independente de Jovens Caxienses, União dos Estudantes Caxienses, União da Juventude Socialista (UJS) e Jovens Unidos na Esperança (JUE), que mobilizavam a juventude de diversos bairros da cidade.<sup>58</sup> O Grupo Independente de Jovens Caxienses chegou a criar um pequeno periódico, onde expressavam seus pontos de vista e cobrava da administração municipal assuntos de interesses sociais diversos, o folhetim “Alerta Jovem – Nosso meio, Nossa Voz”, que circulou em meados de 1989. Os peemedebistas caxienses, especialmente Paulo Marinho e Frederico Brandão, tentavam ganhar a confiança dessas associações, inclusive oferecendo espaço para que seus integrantes se manifestassem pelo *Jornal da Cidade*, que destinava a coluna intitulada “Jornalismo para principiantes” a esse fim. O texto que a inaugurou, “Os jovens e a Constituinte”, trata do posicionamento atribuído a Paulo França<sup>59</sup>, membro do Clube de Jovens, e enfatiza a importância de os jovens votarem conscientes de sua responsabilidade e conhecedores dos posicionamentos dos candidatos que escolhessem.

Vamos fazer a democracia ser direta, com a participação de todos, opinando e decidindo. Sabemos que a eleição de 15 de novembro vai testar a consciência de cada jovem. Então, é fundamental votar bem. A hora é esta, pois cada voto que um jovem confia a um candidato não comprometido com a luta do trabalhador ou da educação é um voto suicida.

---

<sup>57</sup> Supomos que o contexto político da época, que de maneira geral era marcado pela mobilização da sociedade civil, tenha influenciado também os jovens caxienses a ingressarem em associações e movimentos. Porém, não chegamos a aprofundar estudo sobre esta influência.

<sup>58</sup> A esse respeito, os jornais *O Pioneiro* e *O Nosso Jornal* são os que mais noticiavam sobre a criação e a rotina dessas associações juvenis no período entre 1984 a 1988.

<sup>59</sup> Sobre Paulo França não encontramos nenhuma outra referência ou informação a seu respeito.

[...] De acordo com Paulo França, o problema é que a população de Caxias nem fiscaliza e nem cobra aquilo que os políticos falam no discurso (JORNAL DA CIDADE, ago. /set. 1986, p. 2).

Com esse tipo de matéria, o jornal peemedebista buscava ganhar a simpatia dos jovens, fazendo-os acreditar que o partido lhes oferecia ampla liberdade de expressão e opinião em assuntos políticos. Em uma sociedade em que boa parte dos jovens começava a se mobilizar politicamente, o partido visava atraí-los e tutelá-los em questões políticas. Outras formas foram operacionalizadas como a realização de campeonatos de futebol, jogos escolares e concursos de beleza, envolvendo a classe estudantil.

A campanha de Paulo Marinho, porém, encontrou um primeiro grande obstáculo quando os deputados estaduais Aluízio Lobo e Vieira da Silva, seus opositores, acionaram a Procuradoria Regional da Justiça Eleitoral, pedindo a impugnação de sua candidatura sob a alegação de que não havia se desincompatibilizado do cargo de Delegado Regional do Trabalho em tempo hábil, como exigia a legislação eleitoral. Depois de várias audiências, o relator do processo votou contra a impugnação e os demais juízes acompanharam-lhe o voto. Essa vitória foi bastante comemorada. O primeiro comício realizado na principal praça da cidade, após a decisão da Justiça Eleitoral foi comentado da seguinte maneira pelo *Jornal da Cidade* (set. 1986, p. 3, grifos nossos):

No primeiro de uma série de comícios que serão realizados em Caxias, os candidatos Paulo Marinho e Frederico Brandão conseguiram aglutinar em torno de seus nomes, na Praça da Matriz, aproximadamente 3 mil pessoas, sem que tivesse sido feita uma divulgação maciça do evento e sem que se usassem do expediente de se transportar assistente para o local. A presença de Paulo Marinho na cidade já começa a despertar o interesse do povo caxiense desde sua chegada, no final da tarde do dia 12, quando dezenas de pessoas tomaram a iniciativa de se dirigir ao campo de pouso para receber o **jovem advogado**. Logo após a sua chegada, a caravana promoveu uma passeata pelas ruas da cidade.

O jornal quis passar a ideia de que as pessoas iam ao encontro de Paulo Marinho de forma espontânea, e não por serem compelidas a ir ou mediante pagamentos ou “presentes”, à moda de Aluízio Lobo. Mais uma vez, recorria ao contraste entre o “novo” e o “velho”. O enaltecimento da juventude e do preparo do candidato aparece no qualificativo “jovem advogado”. Durante o comício, os demais companheiros de partido, fossem eles candidatos ou apenas simpatizantes, referiam-se à manutenção da candidatura como a vitória da juventude caxiense. Um dos oradores chegou a dizer que “tentaram tirar dos jovens sua voz”, afirmando que, felizmente, “o TRE soube entender que é essencial a presença dos jovens na política maranhense” (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 3). Frederico Brandão, querendo

ombrear-se aos jovens disse que não ter com eles nenhum “débito” porque na juventude cumprira com suas “responsabilidades de estudante e cidadão” (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 4). A fala de encerramento do comício coube, como de costume, ao orador a quem se queria dar o maior destaque. Vejamos como o periódico peemedebista a descreve.

O desfecho do comício foi feito por Paulo Marinho. Bastante emocionado com as manifestações de carinho de que vinha sendo alvo a todo momento, durante o evento, ele fez questão, inicialmente, de deixar claro que não era, em absoluto, contra os velhos: “eu não sou contra eles, muito pelo contrário. Sou a favor de todos aqueles velhos que usam sua experiência para construir algo que sirva ao povo (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 4).

Essa fala é elucidativa. O candidato esclarece não ser contra quem é velho de uma maneira geral. Talvez o grupo situacionista o tivesse acusando de estar incorrendo nesse tipo de discriminação. Diz ser a favor de quem é velho e usa sua experiência para o bem do povo. Em contrapartida, fica implícito que é contra quem é velho e não age assim. Seus ouvintes certamente sabiam que estava se referindo àqueles que eram o alvo predileto de suas críticas constantes: Aluízio Lobo e Alexandre Costa. Destacamos, ainda, outra imagem discursiva enunciada no relato jornalístico: as “manifestações de carinho” da plateia direcionadas a Paulo Marinho, uma maneira de mostrá-lo bem aceito e apreciado pelos caxienses.

### **3.5. O discurso da perseguição política**

O questionamento da candidatura de Paulo Marinho e a decisão favorável do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) a não impugnação deu aos apoiadores da referida candidatura mais um recurso discursivo: os opositores eram “perseguidores” do jovem candidato, o qual, conseqüentemente, ficava como um homem “perseguido”, condição que podia despertar simpatia e solidariedade. Era mais um ingrediente para a imagem positiva dele e para a imagem negativa de seus adversários. Se esse argumento iniciou-se após a vitória contra o processo de impugnação de sua candidatura a deputado estadual, em 1986, intensificou-se no restante da década. Condições propícias não faltaram aos peemedebistas para alimentarem esse discurso da vitimização, haja vista um novo processo de cassação da candidatura dele a prefeito, em 1988, sobre o qual falaremos mais à frente.

O *Jornal da Cidade* esmerava-se em alimentar essa dicotomia, visando desgastar o grupo político de Aluízio Lobo. Não raras vezes ele e outros integrantes do grupo eram retratados como pessoas de caráter duvidoso, com adjetivos depreciativos. Uma das acusações feitas a Lobo era que ele estaria sempre em busca de “aposentadorias” no setor público, sem

que houvesse prestado qualquer serviço aos órgãos pelos quais se aposentava. Habilmente, a palavra “aposentadoria” era utilizada pelos peemedebistas também em outro sentido: como um “apelo” para que ele abandonasse a carreira política. Catulé, em diversas entrevistas expressou-se nos seguintes termos: “que as velhas e corrompidas lideranças que são um atraso para a cidade se ‘aposentem’ e deem lugar aos que realmente querem trabalhar em benefício do povo” (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 3). Porém, a característica atribuída a Aluízio Lobo de maneira mais enfática é a de ser ele um homem autoritário e raivoso, tomado pelo desejo de ver suas vontades serem sempre cumpridas.

O debate político privilegiava, portanto, a construção de imagens caricaturais dos oponentes. Expressavam sentimentos e não propostas políticas. No discurso dos peemedebistas parecia que a política local era uma batalha entre o bem e o mal, sendo Paulo Marinho a entidade representativa do bem, arauto do progresso para o município, enquanto Aluízio Lobo era a entidade representativa do mal, mantendo o atraso, movido pela ambição e pela raiva. Marinho seria maleável, aberto ao diálogo com vistas aos novos tempos; Lobo se fecharia na sua posição, para barrar a ascensão do PMDB. Vejamos uma amostra dessas disputas, na visão do jornal da oposição peemedebista.

Assim que se anunciou a possível visita do presidente [Sarney] a Caxias, o deputado Aluízio Lobo arvorou-se no direito de organizar e comandar a festa da recepção a Sarney. Até aí, tudo parecia muito simples. O que ninguém sabia era que o deputado planejava excluir das solenidades todos aqueles que não lhe são simpáticos. Autodenominando-se dono da festa, o indigesto parlamentar tentou a todo custo vetar a presença até de elemento de seu partido PFL/PDS. Sem falar que ele jamais admitiria a presença no palanque de qualquer representante do PMDB, numa clara alusão ao fato de que ele não tem o menor interesse em preservar a Aliança Democrática (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 5).

A matéria se concentra em relatar as supostas atitudes autoritárias de Aluízio Lobo que, de acordo com o jornal, tentava impedir seus desafetos políticos de participarem das solenidades de recepção ao presidente Sarney. Acusa-o de não respeitar a Aliança Democrática, induzindo o leitor a entender que ele não era a favor da governabilidade, representada na manutenção da Aliança. Mas a matéria continua:

O que Aluízio não esperava, ocorreu. Para surpresa dele, estavam os principais líderes do PMDB local. O susto foi maior ainda quando o locutor anunciou o nome de Paulo Marinho e o convocou a discursar. Momentos antes Aluízio Lobo quase morria do coração ao ser sistematicamente vaiado no decorrer do seu pronunciamento. O tiro saiu pela culatra: inconformado

com a monumental vaia que recebeu do povo caxiense na presença de Sarney e de autoridades, o deputado Aluizio Lobo tenta pôr a culpa no PMDB e, como ato de vingança, manda destruir os aut-doors [sic] dos candidatos Paulo Marinho, Frederico Brandão e Cafeteira (JORNAL DA CIDADE, set. 1986, p. 5).

Atentemos para o tom jocoso usado para ridicularizar as supostas ações autoritárias de Aluizio Lobo, com as colocações: “para surpresa dele”, “quase morria do coração”. O jornal tenta construir uma imagem caricatural e atrapalhada do adversário, ao mesmo tempo em que deseja envolver o leitor pela comicidade. Recorre também à classificação de “ato de vingança” à ação de Aluizio Lobo, para colocá-lo mais uma vez como um ser do mal, alguém movido pela ambição e mesquinhez, que pratica uma política de “baixo nível”, oposta à que o PMDB faz. O caráter “vingativo” reforça a imagem de “perseguidor” do opositor e seus correligionários. O próprio sobrenome do pefelista era usado de forma pejorativa. Ao mencioná-lo somente pelo sobrenome “Lobo”, os peemedebistas associavam-no ao animal selvagem que ataca e amedronta as pessoas, como na manchete da matéria jornalista intitulada “Lobo ataca de novo” (JORNAL DA CIDADE, ago. 1986, p. 5).<sup>60</sup>

Por outro lado, a informação de ter sido Aluizio Lobo vaiado “na presença de Sarney e de autoridades” é um detalhe importante na estratégia de desacreditá-lo e ao seu grupo político frente à população caxiense e aos próprios correligionários dele. À época, Aluizio Lobo e Alexandre Costa eram ainda os maiores aliados políticos de José Sarney no município e as supostas vaias na presença do chefe maior de seu próprio grupo político era um imenso sinal de desprestígio.

A perseguição atribuída aos adversários não era, porém, um argumento discursivo novo na seara política e não era totalmente desprovido de fundamentos. Faz parte da cultura política brasileira o favorecimento dos correligionários e a perseguição aos oponentes. Estas são práticas que estiveram e continuam presentes na política partidária. Desde os tempos do Império que se vê as ondas de demissão e de novas contratações a cada mudança de governo e/ ou quando ocorre o estabelecimento de novas alianças partidárias. O partido que está no governo usa e abusa de tal recurso. Isso também houve na política caxiense no período estudado. Se o PMDB estava em ascensão e conquistando espaço em um município administrado pelo PFL, não devemos estranhar que seus filiados ou apenas simpatizantes estivessem vulneráveis aos mandos e desmandos dos administradores locais. Porém, nossa intenção é ressaltar como esse discurso de perseguição foi tecido pelos peemedebistas. As

---

<sup>60</sup> Em vários títulos de reportagens desse jornal o sobrenome de Aluizio Lobo era usado com duplo sentido.

figuras a seguir são de páginas do *Jornal da Cidade*, com denúncias de casos apontados como de perseguição política, atribuídos à administração pefelista em Caxias.

**Figuras 2 e 3:** Imagens de opositores do PMDB como perseguidores



**Fonte:** Jornal da Cidade, acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias.

A figura a esquerda (nº 3), da matéria com o título “Demissão de Deusiano é perseguição política”, trata da demissão de Deusiano Bandeira, professor da rede pública municipal, que teria sido motivada apenas por ser ele “membro do PMDB e colaborador do *Jornal da Cidade*”. Na parte superior da figura a direita (nº 4), a manchete “Gasparinho e Catulé sofrem atentado” já anuncia o teor da denúncia na matéria, que acusa os adversários do PMDB de um suposto atentado e sugere que estariam associados a grupos criminosos.

Na batalha discursiva, Paulo Marinho e Catulé colocaram na pauta da campanha a impunidade do assassinato do secretário do PMDB local (o médico João Viana). O crime brutal ocorrera em 1982, causando grande choque à população caxiense, por ser o médico reconhecido por seus serviços prestados às camadas sociais carentes do município.<sup>61</sup> Passados

<sup>61</sup> De origem humilde, o Dr. João Viana, como era conhecido, fez grandes esforços para se formar em medicina. Era considerado por muitos como “o médico dos pobres” porque atendia o chamado de quem o procurasse, mesmo sem recursos para pagá-lo. Entrou no PMDB caxiense em meados do ano de 1980 e chegou a secretário do partido. Seu assassinato e de seu primo chocou a população pela brutalidade como foi cometido: receberam vários golpes de faca e seus corpos foram jogados às margens do rio Itapecuru. Os assassinos colocaram facas nas mãos dos mortos para dar a impressão de que haviam se matado mutuamente, hipótese descartada pela polícia. Logo correu pela cidade a compreensão de que os mandantes do crime era “gente poderosa”. A demora



quatro anos, o inquérito desse crime ainda não tinha sido elucidado, porém as repercussões políticas começavam a aparecer. O primeiro uso político desse crime, que temos notícia, aconteceu um ano antes da atuação de Paulo Marinho na política local, ou seja, em 1984, quando um vereador pelo PDS, Manoel Moura, levantou dúvidas acerca das investigações do caso, pediu o desarquivamento do processo e sugeriu que as motivações para o assassinato eram políticas.

Em 1986, o caso volta a ser debatido politicamente, como um elemento do discurso da campanha de Paulo Marinho. Diversas vezes ele falou publicamente sobre o caso, dando a entender que sabia quem eram os culpados pelo crime e que logo se faria justiça. De forma não explícita, sugeria que os aliados de Aluízio Lobo eram os mandantes do assassinato. No auge do uso político do caso, chegou a dar espaço para a família do falecido discursar em seus comícios. O *Jornal da Cidade* (set. 1986, p. 1) tratou desse assunto tão logo começou a circular.

O frio e absurdo assassinato do Dr. João Viana, então secretário do PMDB de Caxias, ao que tudo indica pode ser agora elucidado. É que o advogado Paulo Marinho conseguiu para que a mãe dele fosse recebida pelo presidente José Sarney, em Brasília, ocasião em que ela fez a entrega de um dossiê contendo fotos e todos os elementos que são suficientes para o esclarecimento do crime.

Desde que o cadáver de João Viana foi encontrado, não houve como a polícia descobrir os autores do assassinato [...] agora, o PMDB caxiense sugeriu ao presidente da república que acionasse o ministério da justiça e a polícia federal para investigar o fato.

Apesar de ter sido sugerido que o candidato peemedebista sabia quem eram os mandantes do crime, os nomes deles continuavam no anonimato e a elucidação do caso não ocorreu. Uma matéria posterior desse jornal, afirmava: “todos em Caxias sabem quem praticou [o assassinato] e a própria polícia também, apesar de não há ninguém na cadeia, porque Aluízio Lobo não deixou que ninguém fosse preso” (JORNAL DA CIDADE, 4 fev. 1990, p. 3). Era claro que Paulo Marinho tentava incriminar abertamente o grupo político de Aluízio Lobo. Reforçava, assim, sua imagem de jovem corajoso, por mexer em assunto até então temido dos caxienses, e mobilizava o eleitor com o desejo de justiça. Incorporava, mais uma faceta à sua imagem, era uma espécie de justiceiro.

---

nas investigações e a não solução do caso reforçaram essa hipótese. O caso caiu no silêncio, pois as pessoas tinham medo de falar abertamente sobre o assunto. Quatro anos depois, o assassinato entrou nas discussões políticas, mas continua uma incógnita para a polícia até os dias atuais.

Outras formas de mostrar seu dissabor político em relação a criminosos era divulgar que os próprios peemedebistas eram alvos constantes de ameaças e atentados. O *Jornal da Cidade* não poupava nomes e acusava abertamente os opositores: “Há vários dias, o Sr. Ferdinand Cotia manda recados para o presidente do PMDB de Caxias, Antônio José Albuquerque, em tom de ameaça. Inclusive, lembrando a Catulé o estimado médico João Viana, secretário do PMDB, morto em circunstâncias que a cidade toda conhece” (JORNAL DA CIDADE, jun. 1987, p. 3). A acusação prossegue com a identificação da arma que faria parte da ameaça: o ameaçador “portaria armas usadas por pistoleiros” em locais públicos.

### **3.6. Eleições de 1986: uma derrota e um ganho político**

Em meio à campanha eleitoral de 1986, Paulo Marinho teve sua candidatura impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Seus adversários haviam entrado com uma denúncia na Justiça Eleitoral do Maranhão. Não ganharam nessa instância e recorreram da decisão à instância superior, em Brasília, obtendo êxito. O TSE acatou o que fora denunciado: ele não se desincompatibilizara em tempo hábil do cargo de Delegado Regional do Trabalho. Com isso, ficou fora da corrida por uma vaga na Assembleia Legislativa. A campanha do PMDB caxiense continuou, focada em Frederico Brandão e Cafeteira, para deputado federal e governador, respectivamente. Paulo Marinho passou a apoiar a candidatura de José Gasparinho a deputado estadual, querendo transferir-lhe os votos de seus eleitores. Este era candidato pelo PFL e praticamente desconhecido pela população caxiense. Embora no âmbito local o PFL e o PMDB fossem rivais, Paulo Marinho acionava a Aliança Democrática para explicar seu apoio a Gasparinho, assim como justificava ser a semelhança de ideias entre eles o principal motivo da escolha desse candidato. Através do periódico peemedebista foram sendo divulgadas informações sobre o candidato. Numa matéria intitulada “Quem é Gasparinho?”, o jornal explicava:

Seguindo a orientação do presidente Sarney e levando em conta ainda requisitos como juventude, seriedade, honestidade de propósito, Paulo Marinho decidiu apoiar firmemente o nome de Gasparinho para representá-lo e aos seus milhares de eleitores na Assembleia Legislativa do Estado. Mas, quem é, na verdade, esse de que passa a ser depositário dos votos de Paulo Marinho? Gasparinho é um jovem economista formado pela Universidade Federal do Maranhão, tendo participado ativamente da vida política estudantil, sempre na defesa dos mais legítimos interesses da classe. Na vida profissional, tem dedicado especial atenção ao setor primário, ocupando ali cargos de conhecida importância, na luta por uma política agrícola e rural mais eficiente, visando dar ao pequeno agricultor, ao homem do campo, melhores condições de trabalho, garantia de subsistência, aumento e melhoria de produção (JORNAL DA CIDADE, nov. 1986, p. 3).

Destacamos alguns elementos que julgamos importantes na apresentação do novo candidato: ele fora indicado pelo presidente José Sarney e tinha um perfil próximo àquele propagado para o candidato caxiense (era jovem, comprometido com os interesses das camadas sociais mais carentes economicamente). O apelo à juventude permanecia porque, para Paulo Marinho, seu eleitorado era majoritariamente formado por jovens e esperava que esses votassem em Gasparinho. O perfil do candidato proposto era de “um jovem plenamente identificado com os ideais e aspirações do Presidente da República” (JORNAL DA CIDADE, nov. 1986, p. 3).

Outro destaque importante refere-se à suposta preocupação de Gasparinho com as questões agrícolas do estado, assim como com a situação dos trabalhadores rurais, numa clara tentativa de atrair para ele o eleitor do campo. Em Caxias, o número de trabalhadores e ex-trabalhadores rurais era considerável e, diante das questões agrárias que havia no município, apresentar ser um candidato atento a tais questões era um recurso para aproximá-lo desses eleitores.

Dessa forma, dois grupos eleitorais com potencial para decidir uma eleição – trabalhadores rurais e jovens – eram conclamados a votar em Gasparinho.

A força política que Paulo Marinho e o PMDB conseguiram adquirir em Caxias apareceu no resultado das eleições de 1986, embora ele não fosse mais candidato. O maior objetivo da campanha fora alcançado: a derrota daquele que era então o principal rival político dele e do partido, Aluizio Lobo, que não obteve os votos suficientes para a reeleição de deputado estadual. Os peemedebistas tiveram significativo avanço eleitoral no município, comparando-se com eleições anteriores, mesmo que seu principal personagem em âmbito local estivesse fora do pleito.

**Quadro 3.** Maiores votações para deputado estadual em Caxias -1986

CANDIDATO	Nº DE VOTOS
José Gentil (PTB)	8. 877
Aluizio Lobo (PFL)	4. 577
Gasparinho (PFL)	4. 471
Afonso Barata (PDS)	1. 038

**Fonte:** O Nosso Jornal, nov. 1986, p. 1

Notemos que Aluízio Lobo foi ultrapassado por José Gentil, um líder político local em ascensão pelo PTB e que mantinha relações amistosas com Paulo Marinho. Gasparinho, que tivera pouco tempo para ser apresentado ao eleitorado caxiense, obteve quase a mesma quantidade de votos que Aluízio Lobo (108 votos a menos), mas ultrapassou Afonso Barata, experiente político local e ex-membro do PMDB que tentava a reeleição pelo PDS. A transferência de uma quantidade relevante de votos para o pouco conhecido Gaparinho evidenciou a crescente projeção política de Paulo Marinho em Caxias.

**Quadro 4.** Maiores votações para deputado federal em Caxias -1986

CANDIDATO	Nº DE VOTOS
José Teixeira (PFL)	4. 597
Frederico Brandão (PMDB)	4. 295
Sarney Filho (PFL)	4. 045

**Fonte:** O Nosso Jornal, nov. 1986, p. 1

**Quadro 5.** Maiores votações para senador em Caxias - 1986

CANDIDATO	Nº DE VOTOS
Magno Bacelar (PFL)	13. 210
Alexandre Costa (PFL)	9. 211
Jadihel Carvalho (PDT)	8. 897
Edson Lobão (PFL)	8. 415

**Fonte:** O Nosso Jornal, nov. 1986, p. 1

Uma melhor compreensão do que ocorreu em Caxias nessas eleições precisa ir além da visualização da quantidade de votos obtida por cada candidato e do partido a que pertencia. Já vimos que Gasparinho era filiado ao PFL e foi apoiado por Paulo Marinho, após este ter sua candidatura impugnada pelo TSE. Magno Bacelar e Jadihel Carvalho, candidatos ao Senado, tiveram apoio dos peemedebistas caxienses e alcançaram expressivas votações no município. O primeiro obteve quatro mil votos a mais que Alexandre Costa, tirando-o da liderança de votos para senador em Caxias. Embora Jadihel Carvalho também não tenha ultrapassado os votos de Alexandre Costa, suplantou a votação de Edson Lobão, outro apoiado pelo grupo de Aluízio Lobo.

Na disputa para a Câmara dos Deputados, o candidato peemedebista Frederico Brandão foi o segundo mais votado no município, ultrapassando Sarney Filho, embora não

tenha se eleito. Ainda assim, não, podemos dizer que os peemedebistas caxienses amargaram derrotas tão graves porque conseguiram desgastar a liderança de seus opositores, sobretudo Aluízio Lobo e Alexandre Costa. Embora este último tenha sido o mais votado para o Senado, considerando os resultados de todo o estado, viu reduzir seu eleitorado em Caxias, enquanto Aluízio Lobo não conseguiu se reeleger como deputado estadual<sup>62</sup>.

O jornal peemedebista em Caxias mostrou essas eleições como um teste para Paulo Marinho, ou seja, foram uma preparação para um “objetivo maior”, a candidatura a prefeito do município em 1988. Explicava, também, que servira para torná-lo “paciente”, para que continuasse “lutando e agindo”, pois “seguramente, em 1988, o povo estará ao seu lado”, atribuindo tais palavras ao presidente Sarney (JORNAL DA CIDADE, nov.1986, p. 1). Duas mensagens estavam contidas nessa matéria jornalística: Paulo Marinho seria candidato a prefeito nas próximas eleições municipais e queria passar a ideia de que contava com o apoio de Sarney, em detrimento de seu opositor, Aluízio Lobo.

Entretanto, após as eleições de 1988 apareceram divergências internas entre peemedebistas, formando-se facções dentro do próprio grupo. Numa entrevista com Catulé, presidente municipal do partido, para o jornal peemedebista perguntam-lhe:

**Jornal da Cidade: Você se acha veiculado à facção pró-Vidigal ou à pró-Marinho?**

Catulé: Inicialmente, é preciso esclarecer que nenhum dos dois tem grupo ou facção dentro do PMDB. Os que me conhecem sabem perfeitamente que homem de minha estirpe não recebe ordens de quem quer que seja. Venha de onde vier, não tiro o chapéu para fazer reverência a ninguém. Além do mais, me dou bem com todos os dois e acredito que eles, juntamente com Frederico Brandão, estão interessados no futuro do partido (JORNAL DA CIDADE, set.1987, p.3, grifos nossos).

Alguns meses depois, porém, o PMDB caxiense não contava mais com Frederico Brandão, que divergira de alguns integrantes do partido, inclusive de Paulo Marinho, a quem ajudara a entrar na seara política. Em meados de 1987, aquele ex-deputado federal se retira definitivamente, desfazendo a linha de frente do partido, em Caxias. Ficaram no comando Catulé (presidente do diretório) e Paulo Marinho (visto como sua principal força política). O *Jornal da Cidade* continuava a atacar os opositores. A derrota eleitoral de Aluízio Lobo não significou o fim de seu grupo político, ainda à frente do município com a administração de Hélio Queiroz.

---

<sup>62</sup> Aluízio Lobo teve votos em outros municípios, mas sua maior base eleitoral era Caxias. Dos 5.589 votos que recebeu nas eleições de 1986, 4. 577 foram na sua terra e apenas 1.012 eram provenientes de outros lugares, segundo dados do TRE.

No começo de 1988, as convenções partidárias deviam escolher os candidatos que iriam concorrer ao cargo de prefeito. Na da convenção do PMDB, além da escolha desse candidato, deveria ser eleita os integrantes do novo diretório municipal. O jornal do partido apresentava Paulo Marinho como o favorito a ser candidato a prefeito e a reeleição de Catulé na presidência do diretório. Catulé lançou sua chapa “Sou livre, sou Catulé” e, para a surpresa de muitos, manifestou-se contrário à candidatura de Paulo Marinho à prefeitura de Caxias. Concorria também à presidência do partido, José D’Assunção Brandão, que lançou o lema “Paulo na Prefeitura pra valer”. A disputa foi tumultuada com reações escusas de ambos os lados. No final do dia 27 de março de 1988, um domingo, o resultado anunciou que Catulé permanecia à frente do Diretório. A edição seguinte do *Jornal da Cidade* estampava as manchetes: “Fraude na convenção do PMDB” e “PMDB pode intervir em Caxias” (JORNAL DA CIDADE, mar. 1988, p.3). O jornal era, efetivamente, de Paulo Marinho. Muitas evidências eram expostas para fundamentar a acusação de fraude. Nelas, Catulé ganhava outra conotação. Se antes era retratado como companheiro de Paulo Marinho na luta contra o “atraso”, agora era apresentado como “líder de facção” dentro do PMDB. Nessa mesma edição era comentado o discurso de Paulo Marinho durante a convenção, dizendo que este, em outras ocasiões tivera “palavras pregando a conciliação partidária, [mas] desta, fora duro e firme, acusando os membros da Mesa Diretora de estarem passando o comando do partido aos seus principais opositores” (JORNAL DA CIDADE, mar. 1988, p. 3). O resultado da convenção foi questionado junto à Justiça Eleitoral pelo maior perdedor, alegando que essa “uma das mais ilegais e fraudulentas convenções municipais já realizadas no Estado” (JORNAL DA CIDADE, mar. 1988, p. 4).

As disputas internas pelo poder dentro do partido tinham separado os principais líderes responsáveis pela ascensão do PMDB caxiense. No desenrolar desse processo, Paulo Marinho saiu vitorioso, conseguindo anular a convenção partidária e tornando-se o nome mais forte do partido no município.

### **3.7. Eleições de 1988: a popularidade consagrada**

Anulada a convenção em que Catulé saiu vitorioso, houve nova eleição para a mesa diretora do PMDB e o grupo alinhado com Paulo Marinho tornou-se vencedor. A vitória dentro do partido foi noticiada por um jornal local que divulgou: “Paulo Marinho venceu mesmo a batalha da chefia do PMDB caxiense, inclusive indicando os nomes da comissão que apontaria o candidato daquela agremiação partidária à Prefeitura de nosso município no

próximo pleito, que, aliás, deverá ser ele próprio (O PIONEIRO, 12 jun. 1988, p. 2). Catulé retirou-se do partido, filiando-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), a apoiar o grupo político de Aluízio Lobo, do que fora ferrenho opositor. No novo partido, lançou-se candidato a vereador. O cronista caxiense Jacques Inandy Medeiros (1996, p. 78) relatou esses fatos da seguinte maneira:

O Dr. Paulo Marinho, no mesmo mês de março, começa a se desentender com um de seus maiores aliados e presidente do PMDB local, o Dr. Antônio José Albuquerque (Catulé), e nas eleições executivas do PMDB, o Dr. Paulo Marinho foi derrotado, e Dr. Antônio José Albuquerque, rompe definitivo com seu grande aliado. Sem opção política no momento, o Dr. Antônio Albuquerque que juntamente com o Dr. Paulo Marinho tanta havia hostilizado os velhos caciques caxienses, Alexandre e Aluízio, inclusive recomendando em praça pública a sua aposentadoria como político, passa a ter contato com o Senador, como seu meio de opção no momento.

Enquanto isso, Paulo Marinho fazia articulações com vistas à sua campanha eleitoral. Aliou-se a Constantino Ferreira de Castro (irmão do ex-prefeito de Caxias, José Castro, que alguns anos antes falecera no exercício do mandato) como uma forma de garantir apoio financeiro à campanha. Em troca, o candidato a vice-prefeito seria o genro de Constantino, Antônio José Barros,<sup>63</sup> filiado ao PTB. Essa aliança permitia a Paulo Marinho dispor de outro veículo de imprensa, o jornal *O Pioneiro*, da família Castro, de grande circulação local e na região, que passaria a divulgar positivamente a personalidade do peemedebista.

Constituída a coligação PMDB/PTB, antes do início da campanha, os dirigentes dos dois partidos construíram um programa de gestão denominado de Plano de Metas, que consistia em um conjunto de ações a serem desenvolvidas nos diversos setores do município, durante a possível gestão de Paulo Marinho. O que mais entusiasmou os aliados foi o discurso de implantação de um parque industrial no município, que traria empresas e geraria empregos para a população. Divulgado nos meios de comunicação pró-Marinho (*Jornal da Cidade, O Pioneiro*), esse programa de governo tinha condições de agradar a população, em particular os jovens, pelo caráter inovador. Antes da homologação das candidaturas, o jornal *O Pioneiro* já cumpria seu papel de propagandista quando afirmava: “se tudo der certo, o candidato Paulo Marinho é fortíssimo e tido como imbatível” e reforçava: “o que não se pode negar é que seu nome [de Paulo Marinho] continua na liderança de qualquer pesquisa seria que se faça e se

---

<sup>63</sup> Empresário, diretor comercial da Francastro (empresa de propriedade de Constantino Castro, que produzia derivados do coco babaçu), foi presidente da Associação Comercial de Caxias.

houver mesmo eleição para prefeito este ano, não temos dúvida (nem ninguém) que Paulo Marinho vencerá qualquer outro concorrente” (O PIONEIRO, 10 jul. 1988, p. 2).

Após as convenções partidárias foram definidas as seguintes candidaturas para prefeito de Caxias nas eleições de 1988; Sebastião Lopes de Sousa (PFL), apoiado por Alexandre Costa, Aluizio Lobo e pelo prefeito Hélio Queiroz; Paulo Marinho (PMDB); Jadhriel Carvalho (PDT) e Raimundo Dutra (PT). Enquanto os demais candidatos faziam campanhas modestas, os candidatos do PFL e do PMDB ganharam maior notoriedade e polarizaram a disputa.

A campanha eleitoral ocorria praticamente pacífica. Paulo Marinho era apontado nas pesquisas de intenções de votos como conquistava grande parte do eleitorado caxiense. Porém, faltando pouco mais de um mês para as eleições, a coligação opositora entrou com um pedido de cassação de sua candidatura. Desta vez o argumento era de que a convenção partidária que o escolheu como candidato fora irregular. Não só a candidatura dele estava em risco de ser impugnada como também a de todos os candidatos a vereadores por seu partido. O processo chegou ao Tribunal Superior Eleitoral que deveria julgar o caso. Neste impasse, os opositores passaram a divulgar na cidade que Paulo Marinho fazia campanha sem ser candidato, o que era rebatido pelos peemedebistas. Para dar certeza à candidatura de Paulo Marinho, tentaram apaziguar a apreensão de seus eleitores, trazendo a Caxias o deputado federal Ulysses Guimarães, destacada personalidade política do país porque havia há pouco presidido a Assembleia Nacional Constituinte e era o presidente nacional do PMDB. Ulysses Guimarães chegou a Caxias na tarde de 5 de novembro de 1988, para participar de um comício de Paulo Marinho, no Largo de São Sebastião, no centro da cidade. O fato foi tratado nos jornais locais como um grande acontecimento histórico.

Ulysses Guimarães consagra as candidaturas de Paulo Marinho e Antônio Barros/Cid Carvalho e Renato Archer na comitiva/milhares de pessoas lotaram o Largo de São Sebastião – a frustração dos adversários.

Milhares e milhares de pessoas lotaram a tarde de sábado último (dia 5) o tradicional Largo de São Sebastião, quando ali se fez presente à frente de luzida comitiva o candidato à Presidente da República Dr. Ulysses Guimarães, ele que já é o vice-presidente tendo assumido a presidência 17 vezes, sendo também presidente da câmara dos deputados, presidente nacional do PMDB e que acabara justamente há um mês de presidir a constituinte, o qual aqui esteve para consagrar de vez a candidatura de Paulo Marinho à Prefeitura de Caxias juntamente com Antônio Barros (vice) e vereadores também da coligação PMDB/PTB à nossa Câmara Municipal.

[...] Antecipando o pronunciamento do Dr. Ulysses Guimarães, que se estendeu principalmente sobre a nova constituição e consagrou mesmo de vez as candidaturas de Paulo Marinho e Antônio Barros para a Prefeitura de Caxias bem como dos que pleiteiam pela coligação PMDB/PTB uma cadeira



em nossa câmara de vereadores, fizeram-se ouvir Cid Carvalho, José Gentil, Renato Archer e Paulo Marinho e o mesmo após a partida dos ilustres visitantes a festa cívica continuou com a palavra de diversos outros oradores. Vale ressaltar que apesar do sol e de outros fatores contados a seguir o povo caxiense ali aglomerado pacificamente ouviu atento e aplaudiu calorosamente oradores e candidatos, todos preocupados apenas em transmitir sua mensagem de fé e esperança num futuro para nossa terra (O PIONEIRO, 9 nov. 1988, p. 4).

Observamos que a vinda do presidente da Câmara dos Deputados é apontada como para “consagrar” as candidaturas dos peemedebistas, e como foi à cidade Caxias, onde Paulo Marinho era candidato, a consagração maior era da candidatura dele. Especialmente porque ocorreu quando os adversários divulgaram que ele não mais seria candidato, pelo fato de haver um processo em andamento no TSE que poderia tirá-lo novamente da disputa de um pleito. Trazer Ulysses Guimarães a Caxias foi uma jogada para apaziguar os ânimos dos eleitores e fazê-los crer que a candidatura de Marinho mantinha firme e forte. Teve a intenção de ser um ato simbólico, um ritual em que uma figura de prestígio nacional faria uma espécie de investidura, passando aquele expoente do peemedebista local o prestígio de Ulysses Guimarães e do PMDB nacional. Seria “um ato propriamente mágico pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político”, usando as palavras de Bourdieu (2011, p. 192).

Porém, o processo na Justiça Eleitoral ocorria em desfavor de Paulo Marinho. A sentença saiu oito dias antes das eleições, considerando procedente o pedido de impugnação, sob o argumento de ter ocorrido “a criação da executiva do partido em tempo não hábil” (MEDEIROS, 1996, p.80). A decisão do TSE repercutiu no Maranhão. A edição do dia 9 de novembro de 1988 do *Jornal Pequeno*, periódico publicado na capital do estado, estampou a manchete “TSE cancelou registro de candidatura de Paulo Marinho”. Novamente ele viu-se impedido de disputar um pleito até o fim. Todas as candidaturas do PMDB caxiense estavam impugnadas, deixando o partido fora das eleições de 1988.

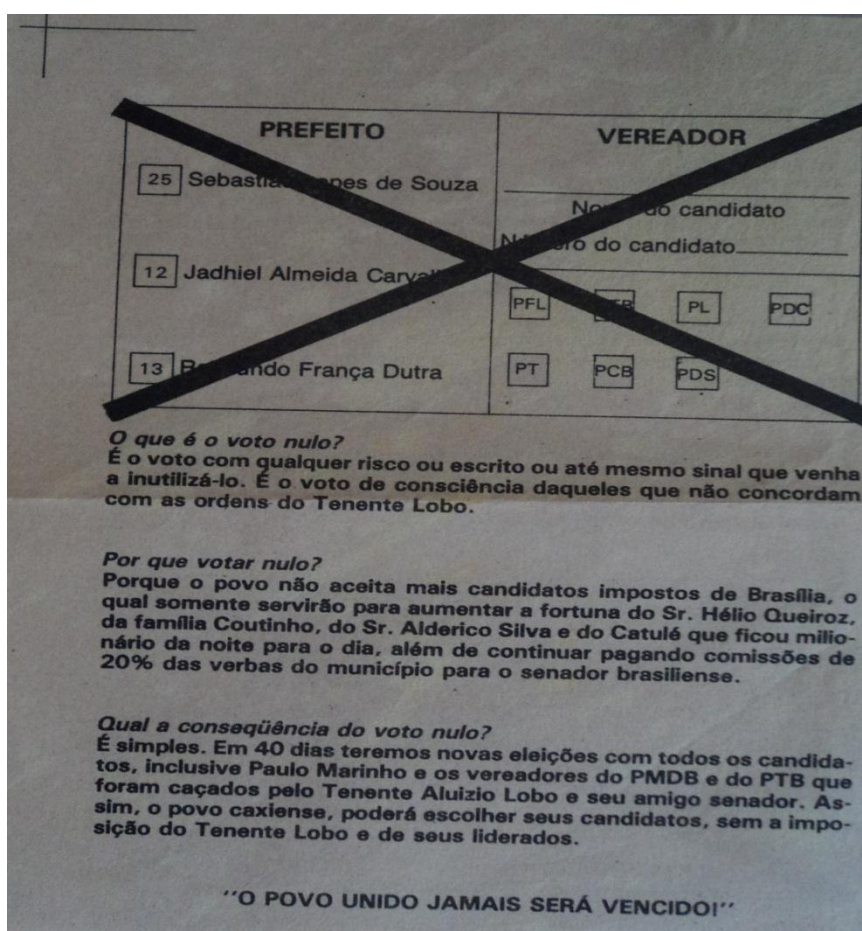
A divulgação da notícia foi uma surpresa para os eleitores, ainda entusiasmados com o grande comício de poucos dias antes, quando ouviram de Ulysses Guimarães que o candidato do seu partido era a melhor opção para a prefeitura de Caxias. Não havendo como recorrer da decisão, nos sete dias antes do pleito Paulo Marinho buscou mostrar sua força política mobilizando o eleitorado caxiense a anular o voto. Dizendo-se injustiçado e perseguido, apelou ao eleitorado caxiense que votasse em branco ou nulo, mas não em seus adversários. Conclamava a todos aqueles que fossem seus eleitores que anulassem o voto, colocando na

cédula de votação um X, de uma ponta a outra. Divulgou, inclusive, um panfleto explicativo do porquê do voto nulo.

No panfleto, a primeira justificava para a anulação do voto era não se submeter mais às “ordens do Tenente Lobo” e ter um voto livre, um “voto de consciência”. Quando coloca que “o povo não aceita mais candidatos impostos de Brasília”, a referência é ao mando político de Alexandre Costa – senador, logo, bastante presente em Brasília –, que teria influenciado na cassação da candidatura. Catulé, o grande aliado até pouco tempo antes, é acusado de recente enriquecimento ilícito. Porém, o argumento mais importante é a afirmação de que, caso o voto nulo obtivesse a maioria, “em 40 dias teremos novas eleições com todos os candidatos, inclusive Paulo Marinho e os vereadores do PMDB e do PTB”.

Esse foi a principal estratégia de Paulo Marinho para falar diretamente com a população, incentivando-a a repelir os candidatos que continuavam na disputa eleitoral, inclusive seu antigo aliado nas eleições de 1986, Jadhel Carvalho. Apelava para o emocional dos eleitores, dizendo-se vítima de seus opositores, que não queriam o bem de Caxias.

**Figura 4:** Panfleto da Campanha do Voto Nulo



**Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico de Caxias

Realizadas as eleições de 1988, o resultado das urnas de Caxias surpreendeu a todos. Dos 51.198 eleitores do município, 42.014 compareceram às urnas, sendo de 18% a abstenção.

**Quadro 6.** Eleições de 1988, em Caxias – MA

Votantes	42.014 (100%)
Votos válidos	16.163 (38,47%)
Branco	4.994 (11,88%)
Nulos	20.861 (49,65%)

**Fonte:** Arquivo eletrônico do TSE

O número de votos nulos chega quase à metade do eleitorado e o ultrapassa quando somado com os votos brancos. Foi uma resposta positiva ao apelo de Paulo Marinho. Tal comportamento do eleitorado caxiense foi um feito inédito na história do município.<sup>64</sup> Sua excepcionalidade fica mais evidente quando comparado com os números de pleitos anteriores.

**Quadro 7.** Votos nulos nas eleições de Caxias (1970-1988)

ANO ELEITORAL	PERCENTUAL
1970	11, 2 %
1972	4, 9 %
1976	3, 2 %
1982	-
1986	3, 8 %
1988	49, 6 %

**Fonte:** Arquivo eletrônico do TSE

É inquestionável que o elevado percentual de votos nulos das eleições de 1988 deveu-se à força política de Paulo Marinho junto ao eleitorado caxiense, resultado do trabalho de construção midiática de sua imagem política empreendida nos três anos anteriores. Mas também pela mobilização de alguns setores sociais do município, insatisfeitos com a administração municipal. O *Jornal da Cidade*,<sup>65</sup> com palavras otimistas, divulgava o resultado das eleições como um feito histórico, uma ato heroico do “povo” que devia ser seguido por todos os brasileiros. O trecho a seguir ressalta bem o tom jubiloso escrito no jornal.

Caxias: orgulho de ser brasileiro

<sup>64</sup> Possivelmente seja também na história do estado e talvez até no país.

<sup>65</sup> Este veículo também divulgou a quantidade de votos nulos no município, porém diverge ligeiramente dos fornecidos pela Justiça Eleitoral. Segundo o jornal, 50,2% dos votos foram anulados.

Foi lindo! O povo brioso de Caxias compareceu às urnas colocando o “X” no voto, numa demonstração de protesto contra a corrupção que campeia na atual administração cercada de lacaios e de desonestos por todos os lados. Nunca se viu coisa igual! No entanto, ainda é surpreendente que após a derrota dos poderosos e a vitória do povo caxiense, alguns dos arautos do poder teimem em comemorar uma vitória inexistente (JORNAL DA CIDADE, nov. 1988, p. 1).

O jornal O Pioneiro, outro apoiador de Marinho, escreveu em suas páginas que “a história de Caxias vem ser ampliada com o acréscimo de mais um capítulo, precisamente o capítulo X, pelo qual estudiosos do futuro ficarão conhecendo à fibra de um povo decidido, disposto a mudanças, corajoso e independente, que preferiu anular uma eleição a não poder votar no candidato que lhe foi negado (O PIONEIRO, 3 dez. 1988, p. 1).

Após as eleições, a edição de novembro de 1988 do *Jornal da Cidade* noticiou que Paulo Marinho e Antônio Barros iriam entrar com ação na Justiça Eleitoral pedindo o cancelamento do pleito, amparados no artigo 3º da Lei Eleitoral nº 7.664/88, que diz: “Serão considerados eleitos o Prefeito e o Vice-Prefeito com ele registrado que obtiverem maioria dos votos”. A interpretação que havia vigorado é que a “maioria dos votos” é calculada com a exclusão dos votos brancos e nulos, ou seja, são computados apenas os votos válidos depositados nas urnas. Entretanto, os peemedebistas tinham outra interpretação, alegando que a “maioria” deveria ser considerada em relação aos votos em geral, incluindo nulos e brancos. A Justiça Eleitoral decidiu não computar os votos nulos e o resultado final dessas eleições municipais favoreceu os pefelistas. Nesta perspectiva, passaram a chamar o candidato eleito, Sebastião Lopes de Sousa, de prefeito ilegítimo.

**Tabela 3.** Resultado das eleições municipais de 1988  
Caxias- MA, votos válidos

Colocação	Candidato	nº de votos
1ª	Sebastião Lopes de Sousa (PFL)	13.376
2ª	Jadihel Carvalho (PDT)	1.469
3ª	Raimundo Dutra (PT)	1.328

Fonte: O Pioneiro, 2 out. 1988, 1.

A posse do prefeito eleito foi marcada por protestos em diversos bairros de Caxias. Grupos de populares, em sua maioria eleitores de Paulo Marinho, saíram em caminhada até o centro da cidade, concentrando-se todos frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da

Conceição e São José. Os manifestantes intencionavam se aproximar da Prefeitura, onde realizava-se a solenidade de posse, na tentativa de “impedir” que o prefeito assumisse o cargo. Ao se aproximarem da rua de acesso ao local da posse, eles foram impedidos de prosseguir pelas tropas da polícia militar que fez um cordão de isolamento no local. O momento mais tenso do protesto foi quando houve confronto direto entre os manifestantes e a polícia, que para dispersar a manifestação, usou spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênicos. A seguir veremos um trecho do depoimento de uma das manifestantes, publicado pelo *Jornal da Cidade*.

#### Tumulto e agressões na posse de Caxias

Naquele dia, nós o povo, cerca de 5.000 pessoas, estivemos em passeata para impedir a posse do FICTÍCIO prefeito. Mas fomos absurdamente agredidos pela polícia. A concentração popular estava na praça da Igreja Matriz, quando policiais nos agrediram, chegando até mesmo a entrar na Igreja. Várias pessoas saíram feridas, cegas de gás lacrimogêneo e outras agressões que no momento não está dando para detalhar. Penso eu que eles não respeitaram nem mesmo a Igreja, porque o Sr. Bispo se recusou a celebrar a missa em Ação de Graças para os CORRUPTOS (O JORNAL DA CIDADE, jan. 1989, p. 4, caixa alta do texto original).

A depoente se identificou como Maria Raimunda, uma das organizadoras do protesto e líder comunitária. Notamos que na construção de seu discurso, ela dá ênfase para os responsáveis pelas manifestações. Ao longo de todo seu depoimento ao jornal, ela não cita os nomes de nenhum candidato nas eleições. O nome de Paulo Marinho também não aparece. Em sua visão foi o “povo”, a quem chama de “nós”, foi o responsável pelos protestos. Cabe ressaltar que o próprio Paulo Marinho e seu candidato a vice, Antônio Barros, não participaram das manifestações. Também ressaltamos em sua fala a presença da Igreja e do “Sr. Bispo” que “se recusou a celebrar a missa em Ação de graça” para o grupo do prefeito eleito. Esse trecho se torna importante porque era costume local iniciar as festividades de posse com uma missa em agradecimento pela vitória nas urnas, estando sempre presente o prefeito eleito e todo seu grupo político. A missa era sempre presidida pelo bispo. A recusa do bispo, porém, seria um ato bastante negativo para a nova gestão. O bispo em questão era D. Luís D’Andreia, que tomara posse na diocese em 1988. Era italiano e frei franciscano, cujo principal doutrina é a preferência pelos humildes e necessitados.<sup>66</sup> De fato, outras fontes ressaltaram ações do bispo de Caxias pondo fim ao enfrentamento entre os manifestantes e

---

<sup>66</sup> Supomos que a formação franciscana do novo bispo que exalta os valores da pobreza, da humildade e da fraternidade, juntamente com sua inclinação pela Teologia da Libertação, cuja principal bandeira era a vida preferencial pelos pobres influíram nas ações do bispo.

polícia. Ele abriu a Igreja Matriz para que os manifestantes feridos fossem socorridos no local e que outros se refugassem.

Após ter tomado posse e cumprido dois anos do seu mandato, a Câmara de Vereadores moveu um processo contra o prefeito, acusando-o de improbidade administrativa. Ele e seu vice foram afastados dos cargos, sendo nomeado pelo então governador Edson Lobão, José de Sousa Teixeira interventor no município.<sup>67</sup>

A não reeleição de Aluízio Lobo a deputado estadual em 1986 e a cassação do último prefeito a quem apoiara a candidatura foram golpes irrecuperáveis em sua liderança política. No início dos anos de 1990, Alexandre Costa foi chamado a ter maior atuação na esfera federal, à frente do Ministério da Integração Nacional no Governo Itamar Franco, ficando mais em Brasília e influenciando menos nas decisões políticas tomadas em Caxias. Sem o pulso forte dos velhos líderes, divergências internas afloraram entre os pefelistas locais, enfraquecendo-os ainda mais. Paulo Marinho já havia se tornado uma importante referência no cenário político municipal, aproveitou para consolidasse-se como o principal líder político de Caxias, naquela década. Em 1990, candidatou a deputado federal, sendo um dos mais bem votado do estado. Em 1992, elegeu-se prefeito de Caxias, pelo Partido Social Cristão (PSC).

---

<sup>67</sup> O então governador Edson Lobão (PFL) nomeou o pefelista José de Sousa Teixeira como interventor no município de Caxias, cuja gestão deveria ser provisória, durando enquanto a Justiça decidisse por definitivo, o afastamento ou não do prefeito e do vice. Essa nomeação foi criticada por Paulo Marinho que acusou Alexandre Costa de usar sua influência junto ao governador e interferir na escolha do interventor. José Teixeira se relacionava bem Alexandre Costa e Aluízio Lobo e ficou em primeiro lugar em números de votos para deputado federal no município nas eleições de 1986. Após alguns meses, o interventor deixa a administração, reassumindo o vice-prefeito por meio de liminar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que ora apresentamos, cujo objetivo era compreender o processo que levou à ascensão política de Paulo Marinho em Caxias, lançou mais um ponto de vista sobre esse debate tão importante para a história do município. Diante dos argumentos de alguns observadores políticos locais, tecidos nas considerações iniciais deste trabalho, cujo principal para explicar a emergência política de Paulo Marinho era dizer que ele exercia um poder carismático sobre seus eleitores, esta pesquisa trouxe outros aspectos que consideramos substanciais para explicar essa ascensão, como por exemplo, a produção midiática da figura pública de Paulo Marinho, a importância de seu partido (PMDB) na elaboração dos discursos de campanha, as mobilizações sociais no município durante os anos 1980 e por fim, a junção de interesses que ligavam o grupo peemedebista e os diversos setores sociais de Caxias, insatisfeitos com a atuação do então grupo dominante na região.

Apresentamos que as estratégias do PMDB caxiense de se aproximar dos diversos grupos sociais, dos jovens e dos sindicalistas trouxeram à legenda uma grande mudança em relação aos anos anteriores, em que o partido pouco conseguia repassar confiança a grande maioria dos eleitores. Além disso, trouxe a imagem de que o partido estava mais disposto a lutar pelas causas sociais, sendo positivo para o crescimento da popularidade de seus líderes.

Dissertamos sobre a importância de Paulo Marinho dentro de seu partido e sobre as estratégias peemedebistas para conseguir a confiança do eleitorado, levando-os a resultados positivos nas eleições de 1986 e 1988.

Abordamos que por meio das narrativas na imprensa, Marinho demonstrou habilidade em pôr a opinião pública contra seus adversários dentro e fora do PMDB. A não reeleição de seu principal rival político, Aluizio Lobo, em 1986, e a adesão de 49% do eleitorado à Campanha do Voto Nulo, em 1988, dão demonstrações da eficácia de suas habilidades.

Diante ao exposto, concluímos que a popularidade de Paulo Marinho é um fenômeno complexo, com razões diversificadas, mas que é possível identificar dois fatores que se destacam para que ela aconteça: o discurso de enaltecimento a sua imagem política, que o apresentava como símbolo do progresso e as precárias condições socioeconômicas de boa parte da população, esta que preferiu aliar-se a ele que a continuar viver sob o domínio de seus adversários.

A pesquisa mostrou que o eleitorado tinha razões próprias para votar em Paulo Marinho. O município vivia, assim como o restante do país, uma crise econômica, provocando desemprego, menor poder aquisitivo das pessoas devido à inflação. No campo, o

problema se agrava pelos conflitos agrários envolvendo os grandes latifundiários e os pequenos produtores. Estes acabaram perdendo suas terras e mudavam para a zona urbana em busca de melhores condições de vida. Entretanto, o êxodo rural acabou inchando o espaço urbano e surgindo outros problemas sociais.

Esse corpo de insatisfeitos e de migrantes se tornou um eleitorado bastante substancial. Eles passaram a ver em Paulo Marinho alguém que traria oportunidade de melhores condições de vida. Passaram a acreditar em suas propostas de campanha em detrimento das propostas dos situacionistas, a quem Paulo Marinho era opositor. Neste sentido, é possível pensar os trabalhadores, segundo a visão de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, não apenas como massa de manobra de políticos demagogos, mas também como atores de seus próprios atos. A aproximação com Paulo Marinho, a aceitação de suas propostas de campanha eram os melhores caminhos encontrados, à época, por uma parte do eleitorado que se sentia abandonado pela administração municipal.

Esta pesquisa como todo o trabalho histórico é limitada pelas fontes que o pesquisador tem em mãos. Suas interpretações e conclusões dependem desse conjunto de material deixado pelo homem do passado. Mediante a isso, a possibilidade de se encontrar novas fontes e a construção de uma análise sob novas perspectivas podem trazer resultados um pouco diferente desse trabalho que implicaria na sua atualização. Pensamos que o método da História Oral enriqueceria ainda mais a dissertação porque traria os pontos de vistas atuais das pessoas que participaram diretamente do processo histórico em questão, dando novas dinâmicas interpretativas. Todavia, a indisponibilidade e mesmo a recusa dos possíveis entrevistados não nos permitiram enveredar por esse caminho, limitando, desse modo, o horizonte de explicações sobre o tema em questão.

Com fontes limitadas, procuramos extrair o máximo de informações das que dispúnhamos. Nesse sentido, os periódicos foram importantes na falta de um depoimento oral. Eles, ao apresentarem entrevistas e as falas dos personagens políticos em estudo, nos ofereceram uma narrativa que traduz a expectativa e o clima desses personagens no momento. Destacamos entre eles as narrativas deixadas por Frederico Brandão. Elas podem ser classificadas em duas temporalidades: antes e depois dos acontecimentos estudado e por isso, foram importantes para produção da dissertação, especialmente o terceiro capítulo. Ter em mãos as duas narrativas nos proporcionou questionar e comparar as variantes discursivas que elas apresentavam.



## REFERÊNCIAS

### Fontes documentais

A GRANDE CONVENÇÃO: Chapa de José Gentil tem apoio de Constantino Castro. **O Pioneiro**. 16 jan. 1986. p. 3.

ALUÍZIO LOBO é repudiado pelo PMDB. **O Nosso Jornal**. 20 a 31 mai. 1986. p. 3,

ALDERICO, Aldenir e Getúlio – os batalhadores do progresso. **Folha de Caxias**. 4 nov. 1972. p.1,

AS COISAS da prefeitura contra a Igreja e contra o povo. **O Pioneiro**. 22 mai. 1977. p.1.

ASSASSINATO de João Viana pode ser elucidado. **Jornal da Cidade**. Set. 1986, p. 1.

CENSO Geral de 1950 a 1980. UF: Maranhão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Arquivo IBGE/Caxias-MA.

CONSULTA-LEGENDAS eleições 1965. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1966. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1970. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1974. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1978. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1982. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1986. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

CONSTITUINTE e os jovens. **Jornal da Cidade**. Agos/set. 1986, p. 2.

CRÉDITO DE CONFIANÇA - apoio de todos, progresso da terra e bem-estar do povo. **Folha de Caxias**. 11 jan. 1970. p. 1.

CRESCE a candidatura de Paulo Marinho. **Jornal da Cidade**. Set. 1986, p. 4.

DELEGADO Regional do Trabalho se reúne com associações em Chapadinha. **Nosso Jornal**. 15 jul. 1985, p. 1.

DEPUTADO Aluizio Lobo encontra-se com o povo. **O Nosso Jornal**. 10 a 31 jan. 1985. p. 6.

DETALHES-VOTAÇÃO eleições 1965. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1966. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1970. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1974. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.trema/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1978. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.trema/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1986. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.trema/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

DISCURSO de posse de José Ferreira de Castro como prefeito de Caxias, 31 jan. 1973. In: BASTIANI, Jorge. **José Castro, uma biografia**. Caxias, MA: Caburé, 1998, p. 46-49.

DISCURSO de posse de José Ferreira de Castro. **O Pioneiro**. 13 fev. 1983. p. 3.

ELEIÇÕES em Caxias. **O Pioneiro**. 24 nov. 1976. p. 1.

ELOGIOS à cidade. **O Pioneiro**. 1 ago. 1976. p. 1.

ENTREVISTA com Frederico Brandão. **Folha Um**. Ago. 1987, p. 2

EXTINÇÃO do Diretório Municipal do MDB. **O Pioneiro**. 9 nov. 1977. p. 10,

GOVERNADOR Luiz Rocha e a convenção regional do PFL. **O Pioneiro**. 2 mar. 1986. p. 1.

GOVERNADOR Luiz Rocha, Deputados, Prefeitos e Vereadores garantem que o PFL será o maior partido do Estado. **O Nosso Jornal**. 10 a 20 jun. 1985. p. 2.

HÉLIO QUEIROZ e Aluízio Lobo comandam o PFL em Caxias. **O Nosso Jornal**, 1-11 jan. 1986. p. 1.

INAUGURAÇÕES marcam o 31 de março no município de Caxias. **O Pioneiro**, 1 mai. 1976. p.3.

LÍLIO, Luís. O imparcial, 25 out. 1972. In: BASTIANI, Jorge. **José Castro, uma biografia**. Caxias, MA: Caburé, 1998. p. 35.

LIVRO DE ATA da Câmara Municipal de Caxias nº19. **Acervo da Câmara Municipal de Caxias**, out/1984 a nov./1985.

LIVRO DE ATA da Câmara Municipal de Caxias nº20. **Acervo da Câmara Municipal de Caxias**, out/1985 a nov./1986.

LOBO leva a pior. **Jornal da Cidade**. Set. 1986, p. 5.

LOBO ataca de novo. **Jornal da Cidade**. Set. 1986, p. 5.

MANOBRAS militares. **O Pioneiro**. 31 out. 1976. p. 8.

MARINHO em viagem de estudo. **Jornal da Cidade**. Mar. 1987, p. 4.

POVO DE CAXIAS vibra com candidatos da vitória. **Jornal da Cidade**. 10-24 set. 1986. p. 4.

PRESIDENTE agradece em São Luís vitória do PDS. **O Pioneiro**. 6-30 jan. 1983. p. 1.

O NOVO PDS. **O Nosso Jornal**. 25 jun. – 5 jul. 1986. p. 6.

PARA Catulé, prefeito deve sair do PMDB. **Jornal da Cidade**. Set. 1987, p. 3.

PAULO Bocão vai ao desespero. **Vilões da Cidade**. 30 jul. 1987, p. 2.

PAULO Marinho patrocina curso para jovens caxienses. **Nosso Jornal**. 15 jul. 1986, p. 2.

POVO de Caxias vibra com candidatos da vitória. **Jornal da Cidade**. Set. 1986, p. 3.

PRONUNCIAMENTO do senador Alexandre Costa na tribuna do Senado Federal. **Diário Oficial** nº 4147, Brasília, 1 nov. 1972.

QUEM é Gasparinho? **Jornal da Cidade**. Nov. 1986, p. 3.

TOMA posse novo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias. **Nosso Jornal**. 10 fev. 1986, p. 3.

TUMULTO e agressões na posse de Caxias. **Jornal da Cidade**. Jan. 1989, p. 4.

ULISSES Guimarães consagra candidaturas de Paulo Marinho e Antônio Barros. **O Pioneiro**. 9 nov. 1988, p. 4.

UMBANDISTAS prestarão homenagem ao deputado Aluísio Lobo. **O Nosso Jornal**. 21 a 31 mai. 1984. p. 2.

VOTAÇÃO-CANDIDATO Eleições 1965. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1966. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1970. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1974. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1978. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1982. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1986. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

VOTAÇÃO-PARTIDO eleições 1965. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1966. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1970. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1974. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1978. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1982. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Eleições 1986. **TRE-MA**. Disponível em: < <http://www.tre-ma/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

## Fontes bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e a Oposição no Brasil: 1964-1984**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner de. **Transformações econômicas e sociais no campo: conflitos de terras no Maranhão**. São Luís: CPT/MA, 1981.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In: **Opinião pública**. n.1 (12) (2006) p. 88-113.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- BASTIANI, Jorge. **José Castro, uma biografia**. Caxias-MA: Caburé, 1998.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- \_\_\_\_\_. Os partidos. In. RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003
- BOBBIO, Norberto. Partidos políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1998. v.1.
- BORGES, Arleth. Trabalhadores Rurais no PT no Maranhão. In BORGES, Arleth. **PT no Maranhão: 1980-1992**. São Luís: Edufma, 2008.
- BORGES, Arleth; FERREIRA, Andréa Bianca Gonçalves. Partidos políticos no Maranhão 1980-2010: relevância e papel na política local. In. SANTOS, André Marenco dos; GRILL, Igor Gastal (orgs). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. São Luís: Edufma, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15 ed. Tradução Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRAGA, Maria do Socorro. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Fapesp, 2006.
- \_\_\_\_\_; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**. n.? (5)(2009), p. 117-148.
- BRANCO, Carlos castelo Branco. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- BRANDÃO, Frederico. **Os construtores de pontes**. São Luís: Belas Artes Ltda, 2003.
- BRENER, Jayme. **Regimes políticos: uma viagem**. São Paulo: Scipione, 1994.
- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 de nov. de 2015.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 21 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERVI, Emerson Urizzi (org.). **Eleições e mídia local: a democracia de massas em disputas municipais**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2010.

CHACON, Vamireh. **Histórias dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. Cultura e democracia. In: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. **Crítica y emancipación**. n. 1(1) (2008). p. 53-73.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. Defesa e ilustração da noção de representação. Trad. de André Dione Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. **Fronteiras**. n. 24 (13) (2011), p. 15-29

\_\_\_\_\_. “O mundo como representação”. In: **Estudos Avançados**. n. 11(5) (1991). p. 173-191.

\_\_\_\_\_. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COSTA, Wagner Cabral. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

\_\_\_\_\_. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

\_\_\_\_\_. Novo tempo/Maranhão novo: quais os tempos da oligarquia? In: MATIAS, Moisés. **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Estação Gráfica, 2002.

COUTINHO, Milson. **Caxias das Aldeias Altas: subsídios para a sua história**. Caxias: Prefeitura Municipal de Caxias, 2005.

\_\_\_\_\_. **Caxienses ilustres: elementos biográficos**. São Luís: Lithograf, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. **História**. n. 1(25) (2006). p. 226-247.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). **Ernest Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In. DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato (orgs). **Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

- FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade.** São Luís: EDUFMA, 2012.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA NETO, Edgar Leite. **Os partidos políticos no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Contexto, 1989.
- FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou usualmente como o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. (orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 19ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. Clientelismo na política brasileira: toma lá dá cá. In: **Braudel Papers.** São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1999. p. 3-14.
- GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Carisma e dominação carismática: perspectivas teórico-metodológicas do conceito weberiano de carisma e sua efetivação histórica no estudo da religião. In: **Revista de teoria da história.** n. 11(6) (2014) p. 238-257.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha da espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico.** São Luís: Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFMA, 2006.
- HARBERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira.** São Paulo: Ática, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na revolução francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental. In: **Revista Brasileira de Ciência Política.** n. 7 (2012). p. 349-385.
- MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. In: **Novos estudos.** n. 29 (1991) p. 34-58.
- MAIR, Peter. Os partidos e a democracia. **Análise Social.** n. 167(28) (2003). p. 277-293.
- MARTINS, José de Sousa. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República.** São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MEDEIROS, Francisco Caldas. **Aconteceu em Caxias.** 2 ed. Caxias: acadêmica Caxiense de Letras, 2005.

MEDEIROS, Jacques Inandy. **Fragmentos da história política de Caxias e do Maranhão**. São Luís: Visual Mídia & Marketing, 1996.

MENDES NETO, Gonçalo. **Cantando e politicando: cultura e imaginário dos jingles eleitorais do município de Penalva (1969-1992)**. São Luís: Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2013.

MENESES, Sebastião César de. Suma Política. In: SENADO FEDERAL. **Conselhos aos governantes**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: ARGUMENTUM, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. **Revista de Sociologia e Política**. n. (6) (1996). p. 201-212.

MOURA, Marivânia Melo. **Cultura política, voto e eleição em São Luís do Maranhão: uma análise do pleito de 2010**. São Luís: Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de pós-graduação em História - UFMA, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa maranhense**. São Paulo-SP. Tese – Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense**. Imperatriz: Ética, 2009.

REIS, Fábio Wanderley. O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. In. SORJ, Bernard; ALMEIDA, Maria Hermínia T de. (org.). **Sociedade de política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. et al. (orgs) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RÉMOND, René. As eleições. In. RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003

RIBEIRO, Bruno Leonardo. **A proeminência da oligarquia Sarney: análise da conjuntura política eleitoral em Caxias nas décadas de 70 a 90**. Caxias-MA: Monografia-Departamento de História e Geografia - CESC-UEMA, 2010.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Ática, 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 2 ed. Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SIRINELLI, Jean- François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SOARES, Felipe Bonow; MICHEL, Margareth de Oliveira. **Comunicação e Política: espetáculo midiático e os media training**. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

SOARES, Hugo Porto; CASTRO, Maria Elizabeth; et. al. O Estado e os partidos políticos no Brasil. **Revista Administração Pública**. n. 20 (1) (1986) p. 5-43.

TÉTART, Philippe; CHAUVEAU, Agnés (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

VIANA, Nilton. **O que são partidos políticos?** Goiânia: Germinal, 2003.

VILANETO, Quincas. **O município e a Câmara Municipal de Caxias**. Caxias: Câmara Municipal de Caxias, 2006.

WEBER, Max. A política como vocação. In. WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A, 1982.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.